

FABÍOLA PICOLI

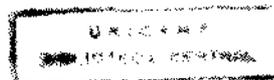
**TERRA ROXA E OUTRAS TERRAS:  
MODERNISMO E PAULISTANIDADE**

*Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Curso de Teoria Literária do Instituto de  
Estudos da Linguagem da Universidade  
Estadual de Campinas como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre em Letras  
na Área de Teoria Literária.*

Orientadores:

Prof. Dr. Carlos Eduardo O. Berriel <sup>medal</sup> e  
Prof.ª Dr.ª Enid Yatsuda Frederico \*

UNICAMP  
Instituto de Estudos da Linguagem  
1997



04135990

UNIDADE	RC
N.º CHAMADA:	
Unicamp	
P587t	
V. _____	Et. _____
TOMCO BC, 31780	
PROC 281/97	
C <input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO R\$ 11,00	
DATA 17/10/97	
N.º CPD	

CM-00102434-3

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

P587t	<p>Picoli, Fabiola "Terra Roxa e outras terras": modernismo e paulistanidade / Fabiola Picoli. - - Campinas, SP: [s.n.], 1997.</p> <p>Orientador: Enid Yatsuda Frederico Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Modernismo (Literatura) - Brasil? 2. Periódicos brasileiros - São Paulo (SP) I. Frederico, Enid Yatsuda. II Universidade Estadual de Campinas Instituto de Estudos da Linguagem III. Título.</p>
-------	--

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Fabiola Nicoli

e aprovada pela Comissão Julgadora em

28.08.97.

Alta De. Enid Yatsuda Frederico

Enid Yatsuda

Prof.ª Dr.ª Enid Yatsuda Frederico - Orientadora

Elide Rugai Bastos

Prof.ª Dr.ª Élide Rugai Bastos

Vera M. Chalmers

Prof.ª Dr.ª Vera M. Chalmers

Campinas, \_\_\_\_\_ de agosto de 1997.

Dedico este trabalho ao Rogério e a Daphnae pela paciência,  
dedicação e carinho e  
aos meus pais, pelas lições de vida.

Gostaria de deixar meus agradecimentos a CAPES pelo auxílio financeiro.

Aos funcionários do IEL, principalmente o pessoal da biblioteca que sempre nos atende com a devida atenção.

Ao Haroldo um agradecimento especial pelo sorriso constante e a amizade.

Ao Helton do xerox pela agilidade e compreensão.

Agradeço a Enid Yatsuda que aceitou conduzir o trabalho na reta final.

Agradeço especialmente ao Berriel que acreditou no trabalho e aceitou conduzi-lo junto comigo.

Agradeço a alguns amigos em especial pela presença em vários momentos de meu caminho: Cido, Sinara, Alessandra, Tetê e Ilka.

Ao Fabio Ricardo que leu e opinou com propriedade sobre o trabalho.

Aos companheiros do mestrado pelas boas conversas na cantina, que ensinam e divertem muito.

Agradeço principalmente ao Rogério pelo companheirismo de toda hora e a Daphnae pelo carinho de toda hora.



## RESUMO

Este trabalho realiza uma análise temática do periódico modernista *Terra Roxa e outras terras* produzido em 1926, cujo objetivo era constituir-se como órgão divulgador de cultura, não restringindo-se apenas ao material literário.

Apresenta uma temática variada e repleta de componentes simbólicos que possibilitam resgatar algumas diretrizes que uniam e identificavam o grupo paulista que o produziu. Essas diretrizes podem ser encontradas nas discussões dos temas: raça, cultura, brasileirismo, imigrantes, bandeirantismo, Anchieta e paulistanidade, revelando-se este último como tópico central, norteador dos demais.

Além disso, identifica-se no periódico um movimento de invenção de uma nova tradição para o país, fixada segundo os objetivos do jornal literário, revalorizando figuras esquecidas, erigindo-as como símbolo da nacionalidade, em detrimento de outras anteriormente consolidadas. Há um movimento de rompimento com a tradição já estabelecida e reinvenção de uma outra, o qual não é exclusivo de *Terra Roxa e outras terras*, mas pode ser encontrado, em construção, durante outros momentos da história literária.

## INTRODUÇÃO

Estudar o Modernismo Brasileiro significa penetrar em um amplo leque de discussões dentro da Literatura Brasileira. Muitos estudiosos procuraram conhecê-lo, alguns buscaram defini-lo, outros combatê-lo.

Este trabalho se insere neste leque, sem no entanto pretender avaliar o movimento como um todo, tampouco definir quais as concepções essenciais deste. Seu objetivo é preciso: analisar a temática do jornal literário *Terra Roxa e outras terras*, produzido por parte do grupo modernista paulista em 1926.

O objeto é claramente definido, a linha de análise busca uma visão temática do jornal, sem destacar autores específicos, e o momento modernista é bastante determinado: o ano de 1926. Portanto, não é um trabalho com pretensões a generalizações. A pesquisa constitui-se de uma recomposição do momento histórico e cultural, através da imersão em questões específicas eleitas no periódico estudado, e busca de dados em outros jornais e periódicos da época. O projeto esteve desde o seu surgimento vinculado à Historiografia Literária, sem constituir-se, no entanto, em trabalho descritivo, mas sobretudo em trabalho analítico.

Como *Terra Roxa e outras terras* é um periódico de poucos números, restringindo-se exclusivamente ao ano de 1926, é possível estabelecer uma linha central a partir da qual são selecionadas as publicações. A busca desta linha central procura respeitar as diferenças individuais de cada colaborador, apresentando todas as concepções a partir das palavras dos colaboradores, citando-os.

A análise temática do periódico, além de identificar itens que convergem para um mesmo centro, procura interpretar algumas questões simbólicas como: a presença de uma subscrição em sacas de café para a compra de uma carta autógrafa de Anchieta e o título do jornal. Todas estas interpretações são pautadas pelo momento histórico-político e pelo momento modernista de 1926.

A partir da análise identifica-se como tópico centralizador de *Terra Roxa e outras terras*, a paulistanidade: um tema polêmico, que permeia as colaborações de *Terra Roxa* em vários níveis, tanto explícita quanto implicitamente, tanto em discussões político-

sociais, quanto em discussões artísticas. A paulistanidade neste trabalho é compreendida como a afirmação da superioridade do paulista.

Outros autores, no âmbito da literatura, já identificaram tal item dentro do Modernismo Brasileiro e o denominaram de formas variadas: paulistismo, perspectiva paulista, nacionalismo paulista, ideologia do paulistanismo, etc. A opção de denominar tal aspecto de paulistanidade, deve-se à análise da palavra propriamente dita e ao seu caráter dentro do periódico aqui estudado.

Considerando que o sufixo “ismo” representa um sistema perfeitamente delineado: o paulistismo ou o paulistanismo, e que o sufixo “dade” indica uma propriedade, uma qualidade, optamos pelo termo ‘paulistanidade’, porque é exatamente isto que se identifica em *Terra Roxa e outras terras*. Não se pode afirmar que haja um sistema ideológico claramente definido norteando o jornal literário, como o paulistismo, mas há uma ‘propriedade’ comum às variadas colaborações, que não é explicitada por todos os colaboradores: a paulistanidade, ou seja, a afirmação da superioridade paulista.

Tais reflexões serão construídas em quatro capítulos:

O primeiro deles, intitulado “A Construção de um Periódico”, trata da apresentação do jornal literário e das variadas colaborações de que é composto, além de um cotejo de sua recepção pelos contemporâneos e, posteriormente, pelos críticos que o avaliaram.

O capítulo dois, intitulado “A Temática: concepções de raça e cultura”, realiza uma análise do momento histórico-político-cultural no qual o periódico se insere e os dois itens mais gerais da análise temática: raça e cultura, ambos apresentados como itens que serão reaproveitados para a fundamentação dos posteriores.

O terceiro capítulo, intitulado “A Paulistanidade em *Terra Roxa*”, continua a apresentação dos tópicos de discussão da temática: brasileirismo, imigrantes, bandeirantismo, Anchieta, todos convergindo para o tema central: a paulistanidade. Acrescenta-se ainda aos itens uma análise do principal fato noticiado pelo periódico: a subscrição para compra da Carta de Anchieta.

No quarto capítulo, “A tradição de *Terra Roxa*”, avalia-se a relação do periódico com a tradição literária (a recuperação de elementos do Romantismo) e histórica

(figuras e fatos), além do resgate da chamada “tradição da paulistanidade”, em três momentos específicos da produção literária: um anterior à *Terra Roxa*: a 1ª. fase da *Revista do Brasil*, outro concomitante e oposto: o grupo Verde Amarelo; e outro posterior: a *Revista Nova*.

Finalmente, na conclusão da dissertação serão consideradas as temáticas e sua convergência dentro de um processo simbólico que pretende efetuar a “(re)invenção da tradição”, através da seleção de elementos específicos que comporão a tradição paulista.

## CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO DE UM PERIÓDICO

### 1.1 - O JORNAL LITERÁRIO

O jornal literário *Terra Roxa e outras terras* iniciou sua publicação em 20 de janeiro de 1926, em São Paulo, tendo como diretores Antonio de Alcântara Machado e A.C. Couto de Barros e, como redator, Sérgio Milliet.

Foram publicados sete números do jornal, no ano de 1926: n°1 em 20 de janeiro; n°2 em 3 de fevereiro; n°3 em 27 de fevereiro; n°4 em 3 de março; n°5 em 27 de abril; n°6 em 6 de julho e o último, n°7 em 17 de setembro. A característica de jornal quinzenário não foi respeitada, sobretudo entre os números 5, 6 e 7, nos quais se verifica um período de quase dois meses de intervalo entre uma e outra publicação.

Em 31/12/1925, Alcântara Machado escreve a Prudente de Moraes anunciando o surgimento de *Terra Roxa* e convidando-o a participar do jornal<sup>1</sup>. Pede que envie um conto e, mais que isso, que assuma o compromisso de divulgar o periódico no Rio de Janeiro.

*“São Paulo, 31-XII-925*

*Boas últimas festas, Prudente. Saiba que, em meados de janeiro de 1926, daremos à luz da inteligência pátria que lê um quinzenário, em formato de jornal. Título: Terra-roxa. Sub-título:... e outras terras. Diretores: A.C. Couto de Barros e Antônio de Alcântara Machado. Redator-secretário: Sérgio Milliet. Representante no Rio de Janeiro: Prudente de Moraes, neto.*

*Aí é que está a surpresa. E o motivo disto. Também. Você tem de aceitar. Queira ou não queira. NÓS queremos.*

---

<sup>1</sup>Nesta mesma data escreverá uma carta também a Sérgio Buarque de Holanda comunicando-o do nascimento de *Terra Roxa e outras terras* e solicitando sua colaboração: “Pegue qualquer livro nacional, moderno, ultimamente produzido. Surre-o, eleve-o. Como quiser. Sem falta. Isso é que é importante”. Vide: LARA, Cecília. “*Terra Roxa... e outras terras*, um periódico Pau Brasil”, in *Terra Roxa e outras terras*. Edição fac-similar, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1977. Apesar da solicitação de colaboração até “15 de janeiro”, Sérgio Buarque de Holanda só participará no número 6, datado de 6 de julho de 1926. Coincidentemente, a colaboração é uma crítica ao livro de Alcântara Machado, *Pathé Baby*.

*Bom. Assinatura anual: 12\$000. Além disso, arranje anúncios de livrarias (20% de porcentagem), trate de colocar desde já o jornal, dê coisas nos jornais, etc.*

*Tome a sério o negócio. Escreva-me logo, mandando endereços dos nossos cariocas e mineiros. O Sérgio (então... daí... então...) é o crítico literário (de prosa) do Terra roxa. Você, até o dia 5 ou 6, tem de mandar um conto. Sem falta. Já está marcado o lugar no primeiro número. Concite os povos: Manuel Bandeira, Soares, Arinos, e outros que tais, inclusive Graça-Renato-Ronald. Sericamente. Belisque o Sérgio.”<sup>2</sup>*

Assim, *Terra Roxa* surgirá em 20 de janeiro de 1926. Além da carta de Alcântara Machado, Mário de Andrade reforçará a solicitação de participação dos cariocas, em duas cartas datadas de janeiro de 1926<sup>3</sup>. Tanto Prudente de Moraes Neto quanto Sérgio Buarque participarão do jornal enviando cada um sua colaboração, embora com um atraso considerável. Prudente de Moraes enviará um conto para o número 5 e Sérgio Buarque colaborará com uma crítica no número 6, o penúltimo número publicado.<sup>4</sup>

Em 17 de setembro de 1926, o último número será lançado sem qualquer referência ao término da publicação. Através da carta enviada a Prudente de Moraes Neto, percebemos que dificilmente a causa seria problemas financeiros, já que, conforme A. de Alcântara Machado<sup>5</sup>: “São capitalistas da empresa: Paulo Prado, René Torres (agro-doce<sup>6</sup>),

<sup>2</sup>Carta enviada a Prudente de Moraes Neto, datada de 31/12/1925, in LARA, Cecília. “*Terra Roxa... e outras terras*, um periódico Pau Brasil”. in *Terra Roxa e outras terras*. Edição fac-similar, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1977, p. VII.

<sup>3</sup>A 1ª tem data provável de Janeiro de 1926, e a 2ª é de 11-1-26, ambas publicadas em *Cartas de Mário de Andrade a Prudente de Moraes Neto*. Organizadas por Georgina Koifman, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 170-171 e 180-181, respectivamente.

<sup>4</sup>Talvez a demora deva-se ao clima pouco amistoso, naquele momento, entre cariocas e paulistas. Segundo Eduardo Jardim de Moraes, houve uma polêmica em 1924 entre Graça Aranha e Oswald de Andrade que marcou uma cisão entre os grupos modernistas paulista e carioca. Tal polêmica discutia as noções de brasilidade e nacionalismo. in MORAIS, E. J. *A Brasilidade Modernista: Sua Dimensão Filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 31. Além disso, em janeiro de 1926, Mário de Andrade ataca abertamente Graça Aranha por sua pretensão de liderança do movimento modernista, em carta aberta publicada no jornal carioca *A Manhã*. Tais fatos criaram um ‘mal-estar’ geral no grupo carioca ligado ao modernismo paulista: Ronald de Carvalho, Renato de Almeida, Prudente de Moraes Neto, Sérgio Buarque de Hollanda, Manuel Bandeira. Possivelmente por isso, Mário de Andrade faz questão de frisar, em sua carta a Prudente de Moraes Neto, que *Terra Roxa e outras terras* não se comporá com “aspecto de igreja” in carta 1ª, *Op. Cit.*, pp. 170-171.

<sup>5</sup>Carta enviada a Prudente de Moraes Neto, datada de 31/12/1925, in LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p. VII.

<sup>6</sup>Esta anotação provavelmente faz referência ao livro de contos de René Thiollier: *Senhor Dom Torres - Páginas agro-doces*. Mário de Andrade comenta em 1923, a respeito deste livro e da participação do autor no movimento modernista, que o livro foi criticado juntamente com os futuristas, embora seguisse as orientações literárias antigas. Afirma que a crítica não procede, pois, se René Thiollier “emprestou seu apoio à deliciosa e mais que interessante *Semana de Arte Moderna*, por curiosidade amiga e inteligente, não escravizou por isso sua maneira de ser e de pensar.” in “Os jacarés inofensivos”, *Crônica de Arte, Revista do Brasil*. S.Paulo: Monteiro Lobato e Co. Editores, nº 88, ano VIII, vol. XXII, abril de 1923.

A. de A.M. (Antônio de Alcântara Machado), A.C.C. de B. (Antonio Carlos Couto de Barros), Gofredo Telles, e outros.”

Todas essas pessoas faziam parte da elite paulista da época. Na seqüência da carta percebemos uma reserva de A. de Alcântara Machado quanto à divulgação do envolvimento dessas pessoas com a manutenção do jornal: “*Não diga isso a ninguém. É segredo! Ou como se fosse*”.<sup>7</sup>

Esta questão financeira também é mencionada por Rubens Borba de Moraes, que não aparece como colaborador do jornal literário, mas é apenas citado como futuro autor de uma enquete acerca do espírito moderno, enquete que não se realiza. Embora com diferenças em relação às informações de Alcântara Machado, Rubens Borba de Moraes reafirma, em seu depoimento, a participação financeira de Paulo Prado:

“(…) *Mais tarde [após Klaxon] resolvemos fundar outra revista. Cotizamos e reunimos um conto de réis para pagar o primeiro número. Paulo Prado entrou com a diferença. Fundamos “Terra Roxa e outras terras*”.<sup>8</sup>

Conforme menciona Rubens Borba de Moraes, *Terra Roxa e outras terras* é a segunda publicação modernista paulista, tendo sido *KLAXON*<sup>9</sup> a primeira. Surge depois da carioca *ESTÉTICA*<sup>10</sup> e da mineira, *A REVISTA*<sup>11</sup>. Nasce num momento em que se evidencia a cisão no grupo modernista inicial, com a formação de grupos que se combatem, como o “Verde e Amarelo”, liderado por Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, e o grupo “Pau Brasil”, liderado por Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Através de publicações variadas em jornais e periódicos, esses grupos atacam-se uns aos outros, procurando traçar a qualquer custo as diferenças, nem sempre tão evidentes, entre eles.

<sup>7</sup>Carta enviada a Prudente de Moraes Neto por Alcântara Machado, datada de 31/12/1925, *Op. Cit.*, p.VII.

<sup>8</sup>MORAES, R. Borba. “Memórias de um Sobrevivente de Klaxon” in *ANHEMBI*, ANO XII, Vol. XIV, Nº 138, maio 1962, p.494.

<sup>9</sup>Primeira revista modernista, publicada no ano de 1922 em São Paulo. Durou nove números e arrebanhou a colaboração dos participantes da Semana de Arte Moderna.

<sup>10</sup>Revista publicada em 1924-1925 no Rio de Janeiro, sob a direção de Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda. Foram publicados três números, ricos em material teórico sobre literatura, incluindo também a colaboração dos paulistas.

<sup>11</sup>Revista publicada em 1925-1926, sob a direção de Carlos Drummond de Andrade e Martins de Almeida, em Belo Horizonte. Também com a duração de três números.

Após a publicação dos sete números de *Terra Roxa e outras terras*, a maioria dos colaboradores canalizaria sua participação na *Revista de Antropofagia*, sob a liderança de Oswald de Andrade <sup>12</sup>.

*Terra Roxa e outras terras*, apesar de ser chamado “jornal literário”, não tratava somente de literatura. Há seções de pintura, música, poesia, esportes, teatro, romance, e matérias diversas como: comentários, notas, entrevistas, reproduções de textos de outros jornais, etc. A presença de material de ficção dentro do jornal é pequena, tornando-o, portanto, mais representativo das discussões ideológicas da época, em comparação com outros periódicos modernistas, como *Klaxon* e a revista *Estética*, por exemplo.

O assunto de maior destaque foi a doação de uma carta autógrafa do Padre Anchieta ao Museu Paulista, comprada através de uma subscrição, em sacas de café, promovida por *Terra Roxa e outras terras*. Esta subscrição iniciou-se a partir do 1º número do jornal e perdurou até o 5º, quando se anuncia a doação da carta. Através dela, a presença do ‘café’ em *Terra Roxa* torna-se explícita. Tal presença e, particularmente, a subscrição serão investigadas no decorrer deste trabalho.

Um outro acontecimento noticiado é a vinda do líder do futurismo italiano - Marinetti - ao Brasil, em maio de 1926. Num artigo extremamente irônico, sem assinatura, intitulado “*Gostosura da Terra*”<sup>13</sup>, são narradas as atitudes dos intelectuais paulistas frente ao futurista e as atitudes deste quando de sua visita ao Brasil:

*“Daqui a anos o cronista verídico não deverá dizer que em maio de 1926 Marinetti esteve em S.Paulo. Mas sim que em S.Paulo houve, se deu ou se verificou Marinetti em maio de 1926. Como quem fala de um cataclisma, de uma peste, de uma revolução. Tal qual.*

*Cidade onde não acontece nada de nada, na capital paulista aconteceu Marinetti. Com graves prejuízos materiais e intelectuais. Aqueles (a terra é milionária) não tiveram importância. Mas estes!*

<sup>12</sup>Surge em 1928 sob a direção de Antônio de Alcântara Machado e Raul Bopp. No primeiro número é lançado o “Manifesto Antropófago” de Oswald de Andrade. Devido a dissidências a publicação se interrompe, sendo retomada em sua “segunda edição” como página semanal de colaboração do *Diário de S. Paulo*.

<sup>13</sup>Em todas as citações aqui apresentadas será mantida a ortografia original.

*Balanço deles: esguichos verbais do passadismo nativo, confusão nos cérebros ingenuos, clarinadas asmáticas de Marinetti e também de seus adversários e também de seus partidários. Apoteose final e popular do marinettismo.*

*O mais divertido (e expressivo) é que só a vanguarda literária da terra soube manter a atitude indiferente que convinha. O rabo da literatura indígena, que marcha de costas, aproveitou a ocasião para fazer bonito e aparecer. Um descalabro.”<sup>14</sup>*

O artigo caracteriza-se, assim, como um claro manifesto anti-marinettiano. Ressalta a confusão intelectual que a visita provocou, principalmente devido à constante associação que os críticos do Modernismo sempre fizeram entre o movimento e o futurismo. Nas cartas e artigos dos modernistas tal relação é sempre negada, numa tentativa de afirmação de independência do movimento brasileiro. Mário de Andrade em cartas a Drummond e Manuel Bandeira relata esta visita e explicita sua posição antagônica em relação ao futurismo marinettiano.

*“Estive com o Marinetti duas vezes, uma num chá e a outra quando depois de três dias dele estar aqui fui visitá-lo e lhe falei francamente que não tinha ido à conferência primeira por duas razões: porque discordava dos processos de propaganda que ele estava empregando e... Ele secundou logo que eu tinha inteiramente razão porém que a culpa era do empresário que tinha posto as galerias a mil-réis e isso incitava os estudantes a vaiar e... que quanto à política eu podia ter certeza que ele não vinha contratado fascistamente de forma alguma. O tipo, esperto é e percebeu muito bem antes de eu falar qual era a segunda razão que me impedira de ir na conferência”<sup>15</sup>*

Neste trecho Mário deixa claro que não concorda com Marinetti em relação à sua forma de se promover e principalmente em relação à sua ligação com o futurismo. Por isso não teria ido à conferência do futurista, mas, além disso, refere-se a uma terceira razão para a sua ausência: uma “armação” contra ele, preparada por seus adversários.

<sup>14</sup>T.R. (Terra Roxa e outras terras ) 6, p.1.

<sup>15</sup>ANDRADE, M. A Lição Do Amigo - Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982. Carta de 8/07/1926, p. 77.

*“ (...) estava avisado que se aparecesse no teatro me esperava uma manifestação de apreço toda especial com ovos e bombas. Não fui, não só porque não estou disposto a bancar o sacrificado como porque acho besta a gente se expor a uma multidão enfurecida e bem manejada por alguns cães..”<sup>16</sup>*

Na carta que escreve a Bandeira, de igual teor, porém com tom mais irado, Mário comenta a possível “armação” e prossegue criticando Marinetti pelas “besteiras” que teria dito, frisando sua recusa do futurismo marinettiano.

*“Aliás, estava me irritando danadamente com tôdas as besteiras que o Marinetti estava falando e que se reforçaram mais com as que falou depois.” (...) “Também faço a visita pra responder às gentilezas dêle e depois o mando naquela parte. Estou convencido que convém tratá-lo com a maior desimportância até com uma desimportância afetada pra que êle não imagine que a gente está indo na onda. Mesmo as coisas pesadas que direi pra ele pretendo dizê-las com o ar mais desimportante do mundo, como quem já está acostumado a lidar com uma porção de Marinettis. Êsse carcamano, que veio fazer a gente perder quase metade do caminho andado, carece mais é de ser tratado com importância que tem.”<sup>17</sup>*

Comparando-se os comentários feitos por Mário de Andrade nas cartas e o teor do artigo “Gostosura de Terra” podemos supor que, se não o escreveu, o escritor concordava absolutamente com ele. Como dissemos, os modernistas eram obrigados a reafirmar freqüentemente, pós 22, sua independência em relação ao futurismo, já que repetidamente eram acusados por seus opositores de serem futuristas. É a esta questão que se refere Mário ao dizer que Marinetti “veio fazer a gente perder quase metade do caminho andado”, já que sua presença trouxe à tona novamente, agora em 1926, as comparações entre o modernismo brasileiro e a ‘escola marinettiana’. Prova disso são os rodapés que Mario Guastini, declarado combatente do movimento modernista, escreveu no *Jornal do Comércio* por ocasião da visita do italiano ao Brasil:

*“Julguei encontrar ao seu lado, no palco, a reduzida turma dos futuristas da terra; acreditei encontrar, apresentando-o ao publico, um desses*

<sup>16</sup> ANDRADE, M. *A Lição Do Amigo - Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982. Carta de 8/07/1926, p. 77.

*inovadores com a coragem de Graça Aranha. Imaginei, também, assistir a assuadas ensurdecedoras... Enganei-me, em parte. A princípio, Marinetti só. Dos futuristas, nem sombra.”<sup>18</sup>*

Continua ainda, agora em outro rodapé, anunciando nova conferência do futurista, já que a primeira não pode ser realizada devido à manifestação desfavorável da platéia (descrita nas cartas de Mário de Andrade, apresentadas acima):

*“E que os marinettianos de São Paulo já não existem, vimo-lo no Cassino, onde brilharam pela ausência. (...) É tempo ainda de dar remédio á lamentável gaffe... A conferência está anunciada. Apareça ao menos um dos inovadores paulistas e diga meia dúzia de phrases sobre a personalidade de Marinetti.”<sup>19</sup>*

Estes comentários mostram como o grupo modernista precisava esforçar-se, com muita ênfase, para desvincular sua imagem do futurismo italiano, principalmente nesse momento de 1926, no qual a preocupação do grupo era criar um Modernismo Brasileiro com suas características próprias, preocupado em definir o caráter nacional, em buscar as “raízes” do país.

Neste momento os grupos modernistas, cada um a seu modo, pretendem realizar o “descobrimento” do Brasil. Falam em resgate da verdadeira tradição brasileira e abandono da influência européia. Promovem até mesmo uma revisão da história do país a partir desse prisma, buscando ressaltar as figuras históricas ‘genuinamente’ nacionais e procurando no passado justificativas para os problemas presentes e respaldo para as proposições que julgam adequadas para o país no momento. É nesse âmbito, portanto, que se inscreve a publicação de trechos de cronistas do período colonial mesclados aos artigos de *Terra Roxa e outras terras*. Foram provavelmente selecionados por Paulo Prado, que já efetuava suas pesquisas para a publicação de *Retrato do Brasil*, e já havia publicado *Paulística*, em 1925, conforme relata Geraldo Ferraz, em prefácio à edição de *Retrato do Brasil*:

*“A primeira carta de Paulo Prado, coligida na Correspondência de Capistrano de Abreu, datada a 26 de junho de 1918, fala da ‘questão de Claude*

<sup>17</sup> ANDRADE, M. *Cartas A Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d.

<sup>18</sup> GUASTINI, Mário. “*Galanterias Futuristas*” in *A Hora Futurista que Passou*. São Paulo: s/ed., 1926, p. 117.

<sup>19</sup> GUASTINI, M. “*Deixemos Marinetti falar*” in *Op. Cit.*, pp. 122-123.

*d'Abeville', e a segunda carta, de 3 de julho, apenas uma semana depois estende-se sobre vários assuntos de história, Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil que Capistrano atribuiu a Fernão Cardim, livros e revistas que o historiador máximo enviava ao 'Paulo amigo'. Exatamente cem páginas de correspondência são dedicadas a esses assuntos, e ainda mais as notícias de cópias de documentos, de edições que ambos projetam e realizam, de dúvidas que suscitam sobre atribuições e estudos a esclarecimentos até de significados sobre termos encontrados, tanto nos velhos alfarrábios como na moderna terminologia. Dez anos depois do início dessa correspondência é que Paulo Prado se acha capacitado a lançar o Retrato do Brasil, após a fase preparatória que sua passagem na Revista do Brasil lhe ensejara e que os estudos, reunidos em Paulística (1925), fundamentaram em boa parte quanto à parte da história de S. Paulo*<sup>20</sup>

Paulo Prado tem uma atuação importante no modernismo brasileiro, como idealizador e apoio do movimento<sup>21</sup>. Esta atuação é atestada em depoimentos de vários participantes como: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, René Thiollier, Rubens Borba de Moraes, entre outros. Todos referindo-se ao poder de organização e decisão de Paulo Prado. O trecho do depoimento de Di Cavalcanti, transcrito abaixo, exemplifica isto:

*"Acha Di que sem a colaboração entusiasta e decidida de Paulo Prado, dificilmente se faria a Semana como se fez, daí considerá-lo a sua personalidade fundamental. Foi ele quem encarregou René Thiollier de organizar o grupo financiador. Além disso acha que foi através da influência do sobrinho de Eduardo Prado, estudioso da história pátria, amigo de Capistrano, que nasce o interesse dos homens da Semana pelas coisas do Brasil, que é de fato o aspecto mais importante do Movimento modernista."*<sup>22</sup>

<sup>20</sup>FERRAZ, G. "Perfil de um homem e de um livro", Prefácio, in PRADO, P. *Retrato do Brasil*. 6a.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

<sup>21</sup>Segundo Carlos Eduardo O. Berriel, em um estudo inaugural sobre a obra do autor: "Paulo Prado foi o principal idealizador da Semana de Arte Moderna (...) É preciso abandonar de vez a idéia difusa, de ter sido Paulo Prado apenas o 'mecenas' do movimento, empenhado em comprar com o dinheiro fácil do café a companhia alegre e prestigiosa dos iconoclastas de 22. Tal atitude seria, aliás, inteiramente contrária à sua índole aristocrática, que só poderia ver nesta prática evidência do mau gosto de novos ricos." in *Tietê, Tejo E Sena*. Tese de Doutorado, IEL/UNICAMP, 1995, pp. 1-2.

<sup>22</sup>DI CAVALCANTI. Depoimento no "Suplemento Literário" in *O Estado de São Paulo*. Fevereiro de 1962.

Di Cavalcanti descreve a atuação de Paulo Prado na realização da Semana de Arte Moderna de 1922 e também ressalta a influência do historiador no interesse dos modernistas pelas “*coisas do Brasil*”. Exatamente como observamos em *Terra Roxa e outras terras* nas constantes referências a figuras e fatos históricos e na defesa de uma arte genuinamente nacional. A figura de Paulo Prado se revelará então como figura norteadora dentro do jornal literário, apesar de sua tentativa de manter-se discretamente à distância.

Além da figura de Paulo Prado, temos em *Terra Roxa* a presença dos seguintes colaboradores: Sérgio Milliet, Antônio de Alcântara Machado e Mário de Andrade, que assinam um número maior de matérias, e outros como Guilherme de Almeida, Martins de Almeida, João Alphonsus, Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Antonio Carlos Couto de Barros, Ronald de Carvalho, Luiz da Câmara Cascudo, Blaise Cendrars, Oswaldo Costa, Ribeiro Couto, Teobaldo Fagundes Vieira, Jorge Fernandes, Luiza Guerreiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Prudente de Moraes Neto, Cândido Motta Filho, René Thiollier, e Afonso d’E. Taunay, este colaborando indiretamente com a transcrição de seu discurso, na qualidade de diretor do Museu Paulista, durante a cerimônia de doação da Carta de Anchieta.

Nesta lista de colaboradores há aqueles que participam apenas com material literário, como: Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, Oswaldo Costa, Ribeiro Couto, Luiz da Câmara Cascudo, João Alphonsus, Jorge Fernandes. Os demais contribuem com discussões estéticas, históricas, políticas e culturais. Fornecem ao leitor do periódico um panorama do ideário no qual o movimento modernista estava inserido e mais especificamente o periódico *Terra Roxa e outras terras*.

## 1.2 - PANORAMA DAS COLABORAÇÕES

Há em *Terra Roxa e outras terras* algumas seções que são fixas e cuja responsabilidade cabe, apenas, a um colaborador específico. Outras, entretanto, são variáveis e recebem colaborações esporádicas de alguns autores. Procurou-se tratar primeiramente dos autores que contribuíram em seções fixas, ou daqueles que abordam assuntos semelhantes, ainda que fora das seções, e posteriormente serão apresentados os demais.

### Sérgio Milliet

Sérgio Milliet colabora em todos os números de *Terra Roxa* com assuntos diversos. Produz uma obra em prosa, publicada em trechos, do número 1 ao 7, intitulada “Naturezas Mortas” que chama de ‘romance’, embora não possua uma característica definida. Na verdade, compõe-se de uma sucessão de cenas, como as narrativas de viagem, ‘na linha’ de Oswald de Andrade. Há nitidamente uma preocupação estética, tanto com o estilo quanto com a arte moderna propriamente dita. É escrita em primeira pessoa e compõe-se de variados personagens femininos e um filósofo. Além das cenas urbanas, com elementos que evocam a modernidade da época: automóveis, vida noturna, cinema, psicanálise, há a inserção de elementos rurais com a descrição de uma viagem de trem pelo interior paulista.

O autor também é responsável pela seção de ‘Poesia’ que aparece do número 1 ao 6. Sérgio Milliet analisa obras de autores ligados ao Modernismo como: *Raça* de Guilherme de Almeida, *Borrões de Verde e Amarelo* de Cassiano Ricardo, *Losango Cáqui* de Mário de Andrade, *Toda a América* de Ronald de Carvalho, *Um homem na multidão* de Ribeiro Couto, e relembra Luiz Aranha e seu *Poema Giratório*.

Na maior parte das críticas que escreve, Sérgio Milliet utiliza como fator de avaliação estética da obra o seu grau de ‘brasileirismo’: a forma como realiza seu estilo próprio, tratando de questões nacionais. O brasileiro não é só temático, mas está presente nas imagens, no estilo, no ritmo dos poemas. Esta categoria de análise serve também para definir o que pode ser considerado passadista ou não, até mesmo dentro do grupo modernista.

Assim, o autor vê em *Raça* de Guilherme de Almeida um brasileiro de estilo, diferente do estilo dos modernismos europeus. Segundo Milliet:

“Guilherme é profundamente brasileiro. Digo mais: paulista.” (...) “Isso não é um defeito, porque só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal sendo do seu país.”<sup>23</sup>

Esta formulação gerará uma polêmica com Mário de Andrade e Alcântara Machado sobre o que significa ser paulista, a qual será encerrada com novo artigo de Milliet,

<sup>23</sup>MILLIET, Sérgio. “Raça - por Guilherme de Almeida”, POESIA, in *T.R.* 1, p.6.

explicando a necessidade de um nacionalismo artístico naquele momento cultural do país e assumindo a necessidade de ser paulista para ser brasileiro.<sup>24</sup>

Tratando de *Losango Cáqui* de Mário de Andrade, retorna a essas discussões, identificando alguns poemas como modelos “*para o nosso brasileiro estético*”. No entanto, afirma que é um livro “*desigual*” por apresentar processos técnicos adequados ao momento anterior do Modernismo, 1922, por isso classifica a obra de passadista.<sup>25</sup>

Seguindo o mesmo tipo de análise, Milliet elogia em *Toda a América* de Ronald de Carvalho o brasileiro do ritmo, o “*lirismo espontâneo*” que denota “*uma raça formada, definitiva, grande*”.<sup>26</sup> Já em Ribeiro Couto, na obra: *Um homem na multidão*, encontra um “*brasileirismo melancólico, leve, gracioso, muito mais tradicional e mais profundo.*” Para Milliet o poeta não se deixou influenciar pela cidade e a máquina, porque conserva em seus poemas a melancolia tradicional da raça. Nessa crítica o autor discute o brasileiro estético e a maneira diversa como este se realiza em vários poetas modernistas, além de reforçar a necessidade do nacionalismo nas artes.<sup>27</sup>

Na seção de poesia, o autor analisa ainda *Borrões de Verde Amarelo* de Cassiano Ricardo, classificando o livro como passadista e situando-o no Simbolismo Brasileiro.<sup>28</sup> Lembra também o poeta Luiz Aranha que teria colaborado na revista *Klaxon* e desaparecido do cenário literário.<sup>29</sup>

Sérgio Milliet colabora ainda com um artigo sobre esportes, no qual fala da necessidade de incentivos ao esporte e à literatura esportiva, ressaltando os benefícios para a melhoria da raça.<sup>30</sup>

Finalmente, no quinto número de *Terra Roxa*, assim como os demais colaboradores, homenageia Anchieta com um artigo no qual o jesuíta aparece como um modernista pela ousadia na fundação de São Paulo. Elogia ainda os fazendeiros paulistas pela nobreza do gesto de adquirirem a Carta de Anchieta e, os modernistas de *Terra Roxa*, por se preocuparem com o passado paulista.<sup>31</sup>

<sup>24</sup>MILLIET, Sérgio. “Pontos nos is” in *T.R.3*, p.4.

<sup>25</sup>MILLIET, Sérgio. “Losango Cáqui”, POESIA, in *T.R.3*, p.3.

<sup>26</sup>MILLIET, Sérgio. “Toda a América”, POESIA, in *T.R.4*, p.4.

<sup>27</sup>MILLIET, Sérgio. “Um Homem na Multidão”, POESIA, in *T.R.6*, p.3

<sup>28</sup>MILLIET, Sérgio. “Borrões de Verde e Amarelo - por Cassiano Ricardo”, POESIA, in *T.R.2*, p.3.

<sup>29</sup>MILLIET, Sérgio. “Inéditos”, POESIA, in *T.R.5*, p.5.

<sup>30</sup>MILLIET, Sérgio. “Os Nossos Recordes”, ESPORTES, in *T.R.1*, p.6.

<sup>31</sup>MILLIET, Sérgio. “30 saccas de café” in *T.R.5*, p.3.

Neste mesmo número, escreve uma crítica a “Pathé Baby” de Alcântara Machado, afirmando que o autor “realizou o que procuram os modernos: a impressão cinematográfica da vida.” Reprova a “secura” com a qual Alcântara traça as impressões sobre a Itália e Portugal, mas a justifica por ser o autor “paulista” e por isso “abrutalhado”.<sup>32</sup>

### Martins de Almeida

Esse autor colabora com duas críticas de poesia, embora não ocupe esta seção, que é produzida por Sérgio Milliet. Mas, como analisa obras sobre as quais Milliet também tecerá comentários, é possível estabelecer comparações entre a sua análise e a do outro crítico. Percebe-se que Martins de Almeida pauta sua avaliação crítica em características estéticas, buscando os elementos modernistas na obra poética: a ruptura com padrões rítmicos, a elaboração formal dos versos, etc.

No ensaio intitulado “Sobre a Expressão Técnica”<sup>33</sup> analisa *Raça* de Guilherme de Almeida, *Losango Cáqui* de Mário de Andrade e *Toda a América* de Ronald de Carvalho. Afirma que Guilherme de Almeida efetua sempre um enriquecimento dos meios expressivos, “ele idealiza a forma e dá expressão à própria expressão”, por isso o caracteriza como um poeta que utiliza admiravelmente a métrica, revelando-se, inclusive, um ‘parnasiano’ no sistema métrico: “Um parnasiano sem parnasianismo”.

Quanto a *Losango Cáqui* de Mário de Andrade, ressalta que o autor possui uma poesia muito pessoal, mas com forte poder analítico:

“Às vezes me parece que Mário tem uma noção atomística do termo. A gente tem a impressão de que ele dissocia a própria palavra em partículas infinitesimais”. “O seu verso é produto profundamente analítico”.<sup>34</sup>

Além desta características aponta o uso que Mário faz da pontuação, simplificando-a e tornando-a muito expressiva, devido ao seu “polifonismo”.

Encerra o artigo, analisando *Toda a América* de Ronald de Carvalho. Afirma que os versos do autor possuem um ritmo largo, mas ‘com relações métricas muito precisas’.

<sup>32</sup>MILLIET, Sérgio. “Pathé Baby” in *T.R.5*, p.6.

<sup>33</sup>*T.R.5*, p.4.

Por fim, considera que o Modernismo alcançou avanços irreversíveis, e um deles diz respeito aos novos ritmos que criou, ou liberou. Concorde que “a métrica não é passadismo”, pois não é preciso manter-se preso às formas rígidas. Um bom exemplo é Ronald de Carvalho que usa a métrica criando novos ritmos: “*É poeta e geometra*”.

Em outra colaboração analisa *Um Homem na Multidão* de Ribeiro Couto, apontando que o autor não se encaixa bem nas tendências modernistas porque se pauta por uma sensibilidade pessoal “*que não se preocupa em comunicar-se com outros espíritos*”. Além disso, necessita de um enriquecimento maior dos meios expressivos. Termina por situá-lo na mesma linha romântica de Casimiro de Abreu, com a diferença de que não faz uso da eloquência, pois sua matéria-prima é o cotidiano mesmo.

### Teobaldo Fagundes Vieira

Nesta seção o autor compõe quatro artigos<sup>35</sup> nos quais ressalta a falta de preparo do público que compra quadros. Ataca principalmente as galerias francesas, que vendem quadros de péssima qualidade por preços altíssimos e a imprensa, que não efetua críticas sérias, de qualidade, às exposições apresentadas pelas galerias. Devido a tudo isso, o burguês paulista estaria perdendo dinheiro ao investir em obras sem valor.

*Não se pode compreender como amadores compram quadros do tal Sr. Blanchon por meio de fotografias, só uma feroz aversão á pintura explica tamanho desprezo pelo colorido.*<sup>36</sup>

No artigo “Carta-aberta ao Ilmo.Sr.Dr. Alcântara Machado”<sup>37</sup>, dialoga com o colega afirmando que pior que as companhias estrangeiras de música que aqui aportam são os vendedores de pintura européia que trazem invariavelmente para o Brasil o “*rebotinho*” da Europa.

Tratando ainda da incultura paulista, compara a diferença de mentalidade entre esses compradores e os que adquiriram a carta de Anchieta:

<sup>34</sup>ALMEIDA, Martins . “Sobre a Expressão Técnica” in *T.R.5*, p.4.

<sup>35</sup>“Carta-aberta ao Ilmo.Sr.Dr. Alcântara Machado” in *T.R.2*, p.2; “Pintura” in *T.R.4* , p.3; “Anchieta” in *T.R.5* , p.3; “Pintura” in *T.R.6*, p.4.

<sup>36</sup>*T.R.5*, p.3.

<sup>37</sup>*T.R.2*, p.2.

*“Há um abismo entre as duas mentalidades; de um lado, compras por preços grotescos da pior pintura dos ‘salões oficiais’; de outro, aquisições valiosas, que enriquecem nosso meio”.*<sup>38</sup>

Fora da seção de Pintura, Teobaldo Fagundes colabora com o artigo “Anchieta”, também em comemoração à entrega da carta ao Museu Paulista, no qual narra um pouco da vida do jesuíta, destacando seu grande valor como catequisador.<sup>39</sup>

### **Mário de Andrade**

Embora Teobaldo Fagundes escreva regularmente na seção fixa sobre Pintura, Mário de Andrade a assume por duas vezes. No primeiro número do periódico escreve sobre o pintor Gastão Worms afirmando que este se encontraria em um momento decisivo de sua carreira, no qual teria de optar entre ser “artista” ou mero “pintador” de quadros. Ressalta alguns bons quadros do pintor incitando inclusive os compradores a adquirirem-no, pois estarão fazendo *“bom negócio”*<sup>40</sup>.

Assumirá novamente a seção com o artigo “Moderno e Antimoderno”<sup>41</sup>, no qual discute a obra do pintor Navarro da Costa. Utilizando metáforas afirma que o artista é submisso à vida e à natureza e só as retrata adequadamente quando elas permitem, como as casas e águas que pinta admiravelmente.

Mário filia Navarro da Costa aos impressionistas, elogiando sua capacidade de colorir, mas afirma que não abandonou a estética realista. Finalmente classifica o pintor de moderno-antimoderno: moderno porque possui um estilo próprio, seu, fruto de trabalho técnico e disciplina; antimoderno porque não se preocupa com os grandes problemas estéticos e técnicos modernistas.

Além de participar na seção de pintura, Mário de Andrade assume também a seção de ‘Música’. No primeiro artigo, intitulado “Chaminadismo”<sup>42</sup>, critica a *“incultura”* da musicalidade paulista, que não possui *“o egoísmo inconsciente de grupo”* e valoriza apenas o que é estrangeiro. Para explicar essa incultura paulista discute sua definição de cultura,

<sup>38</sup>T.R.2, p.2.

<sup>39</sup>T.R.5, p.3.

<sup>40</sup>T.R.1, p.3.

<sup>41</sup>T.R.3, p.3.

<sup>42</sup>T.R.1, p.5.

baseada nos alemães. Segundo ele “*em toda cultura verdadeira se dá uma conformação tornada inconsciente de pessoa, de meio e de tempo*”. Assim os paulistas, com relação à música, mostram-se incultos por ouvirem qualquer coisa que venha da Europa e por não incluírem música brasileira de qualidade, nos programas. Além de culpar os paulistas, culpa também os “*estrangeiros mal transplantados*” que, saudosos da pátria, “*vêm envenenar a água da gente*” com música de péssima qualidade.

Já no segundo artigo que produz sobre música, elogia a cantora Germana Bittencourt, justamente pela qualidade do programa de música brasileira que apresentará, no qual serão incluídas canções indígenas, canções populares e música erudita. Mário afirma que é excelente cantora e inteligente na escolha do repertório, enfim, “*tem caracter nítido*”.<sup>43</sup>

Versátil como sempre, Mário discute também teatro, embora o responsável pela crítica teatral seja Antonio de Alcântara Machado.

Mário utiliza a seção para ressaltar a qualidade dos espetáculos teatrais do circo brasileiro, destacando a qualidade da peça “Do Brasil ao Far-West”<sup>44</sup> de Piolin pela sua qualidade criativa, já que é uma arte desinteressada, preocupada apenas com o “*prazer*” e a “*ficção*”. O crítico ressalta na peça teatral a presença dos valores do bem e do mal, herói e bandido, de uma certa forma invertidos pelo cômico, pela fragilidade do herói, encontrando no trabalho de Piolin um jogo com o lugar-comum da “sub-literatura”. Afirma que o autor é excelente justamente porque não tem consciência do seu valor, criando de forma desatenta e por isso original.

Tratando agora de ‘poesia’, Mário escreve sobre o escritor argentino Salas Subirat e seus livros “*La Ruta del Miraje, 1924; Pasos en la Sombra, 1926; e Marinetti, 1926*”<sup>45</sup> Comenta que o autor vai deixando o pessimismo dramático do primeiro livro para uma precisão emotiva, no segundo, provocada pela sua aceitação do Comunismo que o faz denunciar Marinetti e o Futurismo.

Mário discute então o Comunismo, afirmando que sem dúvida produz benefícios mas “*a gente carece de aceitar as formas de governo conforme as psicologias nacionais e as circunstâncias transitórias das chamadas pátrias.*” Conclui assim que nem a

---

<sup>43</sup>T.R.2, p.3.

<sup>44</sup>T.R.3, p.2.

<sup>45</sup>T.R.7, p.2.

América, nem a Europa Latina, pela sua “*iniciativa individual*”, estão prontas para o Comunismo.

O autor também produz um dos poucos artigos do periódico que discutem exclusivamente questões estéticas: “Inerência do deslumbramento à beleza. (Estudos para uma introdução à Estética)”.<sup>46</sup> Neste artigo, Mário discute o conceito de beleza, ressaltando que qualquer que seja o uso, em arte ou não, ela deve provocar o deslumbramento do outro. Trata então da “comoção” do espectador, o qual o artista deve procurar atingir, não apenas na esfera intelectual, mas numa esfera de espiritualidade, isto porque “*o material verdadeiro do artista é o espectador*”, este mesmo artista que ao produzir sua arte também se torna espectador dela.

Adentrando agora ao terreno das polêmicas travadas por Mário de Andrade, encontram-se em *Terra Roxa e outras terras* número 2, três artigos polêmicos. O primeiro<sup>47</sup> é uma longa resposta sua, pontual, à crítica de Menotti del Picchia ao seu livro *Losango Cáqui*. Mário cita trechos do artigo de Menotti, que é mordaz, e vai respondendo em estilo satírico e ferino, acusando o outro de vaidoso, egoísta, inculto, passadista, cínico, etc. Ao final, Mário se dirige diretamente ao escritor dizendo:

*“Menotti seja leal ao menos pra com o seu destino. Você é literato como eu (...) Não fuja de si mesmo. Trate de melhorar. Você é um literato convencido. Tem o direito de ser literato. Porém deixe de ser convencido e prosinha.”*

No mesmo tom satírico, Mário responde também a outras críticas feitas ao seu trabalho por jornalistas do Rio e de São Paulo, comunicando urgentemente, numa “Seção Livre”, que é Poeta.<sup>48</sup>

Porém, não é somente com os do “grupo oposto” que Mário polemiza, também abre crítica franca aos seus amigos. Por isso escreve “Carta Protesto”<sup>49</sup> para criticar a

<sup>46</sup>T.R.3, p.3.

<sup>47</sup>ANDRADE, Mário de. “Artigo de Menotti del Picchia. Resposta de Mário de Andrade” in T.R. 2, p. 4.

<sup>48</sup>“Seção livre - Comunicação urgente” . “Devido a varios jornalistas de São Paulo e o sr. Tasso da Silveira do Rio de Janeiro terem afirmado que não sou poeta e devido a terem afirmado o contrário os srs. Martim Damy, Sérgio Milliet e Martins de Almeida, pra tranquilizar o público e evitar futuros equívocos históricos venho comunicar e jurar solenemente QUE SOU POETA.” in T.R.5, p.5.

<sup>49</sup>T.R.2, p.4.

afirmação de Sérgio Milliet, em artigo anterior do periódico, de que *“só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal sendo de seu país”*.<sup>50</sup>

Mário critica a frase de Milliet, porque o autor estaria idealizando o paulista que muitas vezes foi covarde e desleal durante sua história. Sérgio Milliet estaria sendo *“desnacionalizante, regionalizante e errado”*. Mário alude também a críticas antigas de *“alguns”* à sua posição de não pensar em limites estaduais:

*“Você e outros me chamam de sentimental e romantico porque gosto de gemer no verso e no pinho o amor melado e caricioso do brasileiro e porque grito, o “Vem, minha gente” pros brasileiros sem limites estaduais da nossa terra.”*<sup>51</sup>

Saindo do campo das polêmicas, Mário de Andrade colabora também com um artigo de comemoração da entrega da carta de Anchieta ao Museu Paulista. Chama-se *“Ad petendam pacem”* e nele o autor narra o sentimento que a presença da carta de Anchieta provocou nos modernistas:

*“Ficamos com dedo tremendo e comoção boa no peito quando enxergamos a carta dele amarelando a nossa vista como sombra solar do mormaço silencioso da saudade”*.<sup>52</sup>

As outras colaborações do autor são material poético: um poema intitulado *“Iara”*<sup>53</sup> e outro chamado *“Pirandello, a Epiderme Desvairada e um Sentimento Alegre da Injustiça”*<sup>54</sup>. Neste último compõe um diálogo entre Dona Poesia, eu e o coro de fanáticos, todos discutindo a posição do poeta frente à poesia e aos críticos.

### **Antonio de Alcântara Machado**

Responsável pela seção de ‘Teatro’, o autor centra sua crítica também na importação de Companhias de Teatro estrangeiras de péssima qualidade. Reclama, como Teobaldo Fagundes, da falta de crítica séria, por parte da imprensa, para educar o gosto do público, e critica a pobreza de tipos e peças genuinamente nacionais. Assim como Mário de

<sup>50</sup>MILLIET, Sérgio. “Raça - por Guilherme de Almeida” in *T.R.* 1, p.6.

<sup>51</sup>*T.R.* 2, p.4.

<sup>52</sup>*T.R.* 5, p.3.

<sup>53</sup>*T.R.* 5, p.6.

Andrade, ressalta a originalidade da obra circense de Piolin. Centra suas críticas na figura do empresário Walter Mocchi, dono de uma companhia lírica que estava sempre se apresentando em São Paulo, e incita o público a não comparecer aos seus espetáculos.<sup>55</sup>

No artigo “Indesejáveis”<sup>56</sup>, afirma que as companhias nacionais precisam voltar-se para o Brasil, para os tipos brasileiros para que se tornem originais:

*“A cena nacional não conhece o cangaceiro, o imigrante, o grileiro, o político, o ítalo-paulista, o capadócio, o curandeiro, o industrial. Não conhece nada disso. E não nos conhece. Não conhece o brasileiro. É pena. Dá dó.”*

Por isso, no artigo “Questão de Vergonha”<sup>57</sup>, critica a idéia de uma temporada teatral brasileira em Paris. Segundo Alcântara Machado, o Brasil não pode permitir que uma arte de má-qualidade seja mostrada, em seu nome, no estrangeiro, visto que a única coisa que apresentarão na França será uma imitação de má-qualidade do teatro francês.

É também com o argumento da escassez de teatro genuinamente nacional que combate a idéia de criação de uma Academia Teatral Brasileira. *“Como imortalizar o que não existe?”* Propõe então a criação de uma Academia Circense Brasileira, para que mais não seja, *“ao menos para encaminhar devidamente tantos elementos magníficos que estão se perdendo por aí com fundações de cenáculos e outras baboseiras teatrais.”*<sup>58</sup>

Falando ainda de teatro, Alcântara Machado redige o artigo “Nosso Primeiro Dramaturgo”<sup>59</sup> para homenagear Anchieta. Analisa o teatro didático anchietano destinado a catequizar os indígenas, identificando-o como uma comédia de costumes, moderna para a época, porque, além de tudo, ambientada com a *“cor local”*. O autor se entusiasma principalmente pelos *“improvisos cênicos”* nos quais Anchieta *“saritizava os vícios dos vicentinos cristãos e não cristãos”*. No artigo, Anchieta é definido como um excelente *“comediógrafo”*.

<sup>54</sup>T.R.4, p.3.

<sup>55</sup>No artigo “Assim é que é”, mostra-se extremamente feliz pela falta de público nos espetáculos de Walter Mocchi, apesar dos jornais paulistanos estarem criticando tal atitude do público. Segundo o autor: *“é preciso combater as estopadas líricas de Walter Mocchi com a mesma energia com que se combatem a febre tifóide e outras calamidades que assolam periodicamente S. Paulo.”* in T.R. 7, p.2.

<sup>56</sup>T.R.1, p.5.

<sup>57</sup>T.R.4, p.3.

<sup>58</sup>MACHADO, A. de A. “Rir, Chorar ou Dar?”, TEATRO in T.R.5, p.5.

<sup>59</sup>T.R.5, p.2.

Além de tratar de teatro, Alcântara Machado ainda colabora com materiais literários<sup>60</sup> e com uma carta em que polemiza com Mário de Andrade pela crítica que fez à Milliet a respeito da declaração: “*só se é brasileiro sendo paulista*”. Mário condena a afirmação e Alcântara Machado vem em defesa de Milliet, apresentando argumentos variados para a defesa do paulista, além de endossar a frase polêmica:

“*Sérgio acertou quando escreveu que só se é brasileiro sendo paulista. Quiz insinuar com isso que é preciso fazer de cada brasileiro um paulista injectando-lhe as qualidades deste.*”<sup>61</sup>

### **Luíza Guerreiro**

Esta autora é responsável pela seção de “Esportes”, publicando, do número 2 ao 6, seu diário sobre uma viagem de carro pelo sul, saindo de São Paulo. Luíza Guerreiro comenta aspectos culturais de cada região que percorre, narrando o contato com as pessoas do interior, além de referir-se a povoados destruídos pelas revoluções que percorreram o sul do país e São Paulo nestes anos 20.

Estas são as colaborações efetuadas em seções fixas. Além delas há aqueles autores que contribuem com participações esporádicas.

### **Paulo Prado**

O autor participa com o discurso<sup>62</sup> de entrega da Carta de Anchieta ao Museu Paulista, no qual ressalta a atitude dos jovens de *Terra Roxa e outras terras* que adquiriram o documento, comparando-os aos bandeirantes, pela coragem e ousadia. Aponta a carta como “*o atestado de ascendência do paulista que a adquiriu simbolicamente com trinta sacas de café*”. Lembra também a importância do Museu Paulista como o museu do “*heróico passado paulista*”.

Outra participação, assinada, de Paulo Prado é uma resenha da obra de Ronald de Carvalho: *Toda a América*<sup>63</sup>. Afirma que não pretende classificar os poetas como os outros

<sup>60</sup>Um conto chamado “O Revoltado Robespierre” in *T.R.6*, p.2; e a descrição de uma dança popular chamada “A Dança de S. Gonçalo” in *T.R.1*, p.1.

<sup>61</sup>MACHADO, Alcântara. “Colhér Direita” in *T.R. 3*, p.4.

<sup>62</sup>*T.R.5*, p.1.

<sup>63</sup>*T.R.4*, p.1.

críticos, mas busca no poeta algo que o delicie, que provoque sensações agradáveis. Ressalta que sua admiração por Ronald de Carvalho vem do “*profundo brasileiro*” que este revela no ritmo dos versos: “*embalado com indolência por uma brisa carregando cheiros de mato.*”

Comentando o brasileiroismo dos poetas modernistas faz questão de afirmar que “*o Brasil nem sempre esteve atrelado à Europa*”, pois houve um certo período colonial, o dos bandeirantes, onde se criou uma cultura própria. O ‘atrelamento’ seria fruto do Romantismo. No entanto, agora, no Modernismo, desatrela-se novamente: neste momento “*vae nascer o Brasileiro*” e os poetas anunciam isto.

### **Affonso d’E. Taunay**

Affonso d’E. Taunay participa indiretamente de *Terra Roxa* com a publicação de seu discurso, por ocasião da entrega da carta de Anchieta ao Museu Paulista. Na qualidade de diretor do Museu Paulista, Taunay elogia a atitude de Paulo Prado e dos modernistas de *Terra Roxa* pela recuperação de uma relíquia do fundador de São Paulo. Destaca ainda a importância do documento ter sido adquirido mediante doações de sacas de café (símbolo da prosperidade paulista) por fazendeiros descendentes dos antigos bandeirantes.

### **René Thiollier**

Apresenta duas colaborações. A primeira delas é uma reportagem, na qual narra sua viagem a São João Del Rey juntamente com Paulo Prado, Blaise Cendrars, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Olivia Guedes Penteadó, Tarsila do Amaral. Em estilo bem descritivo, conta suas aventuras nos restaurantes, no hotel, descrevendo gestos, paisagens e entremeando com digressões sobre os povos paulista e mineiro e sobre o restante do país.<sup>64</sup>

A segunda colaboração aparece no quinto número do periódico que homenageia Anchieta. René Thiollier narra o momento em que teve nas mãos, na casa de Paulo Prado, a Carta de Anchieta e reafirma seu caráter de “*atestado de ascendência do paulista*”.<sup>65</sup>

<sup>64</sup>THIOLLIER, René. “Nós em São João Del Rey” in *T.R.* 1, p.2.

<sup>65</sup>Idem, “A Carta de Anchieta” in *T.R.* 5, p.3.

### Blaise Cendrars

Embora os demais colaboradores se refiram a Blaise Cendrars com frequência, sua participação direta em *Terra Roxa e outras terras* ocorre apenas em dois pequenos artigos. Um deles é uma entrevista rápida feita por Sérgio Milliet “Dez minutos com Blaise Cendrars”, na qual se revela irônico e brincalhão, dizendo coisas como: “*Que penso do fascismo, ... Não penso nunca nisso, porque Mussolini proibiu de pensar.*”

Sendo instado, no mesmo artigo, a dizer o que pensa sobre *Terra Roxa*, responde:

*“Que é a melhor terra do mundo e que sinto mais que nunca não ser fazendeiro, para poder subscrever também uma sacca de café. Em todo o caso, si a redação me permitir, eu enviarei de boa vontade um tonel de vinho.”*<sup>66</sup>

Estabelece uma relação direta entre o nome do periódico e a terra paulista e, entre a subscrição para a compra da Carta de Anchieta e os fazendeiros de café.

No outro artigo chamado “Outras Terras na Terra Roxa”<sup>67</sup>, Cendrars ironiza um possível *progresso* do Rio de Janeiro que lhe serviu café turco em um de seus hotéis. Obviamente ironiza a querela entre Rio e São Paulo, apontando o falso progresso carioca, em oposição ao progresso cafeicultor paulista.

### Gregório Warchavtchik

Engenheiro russo que fala sobre a arquitetura moderna, explicando que esta exige praticidade e economia de dinheiro. Critica o uso de ornamentos, que outrora eram necessários à própria estrutura da casa, mas contemporaneamente não são mais. Quanto ao Brasil, condena a imitação de estilos franceses, afirmando que a casa deve adequar-se ao seu espaço, ao clima, à sua finalidade. Portanto, devem ser adotadas linhas simples, sem muito ornato, já que a natureza se encarrega de embelezar o espaço.<sup>68</sup>

### Oswald de Andrade

Apesar de não estar no Brasil no ano em que *Terra Roxa* foi criado, Oswald de Andrade envia algumas colaborações ao periódico.

---

<sup>66</sup>T.R. 2, p.1.

<sup>67</sup>T.R.4, p.1.

Em uma “Carta-Oceano”, cujo subtítulo é “Prefácio para Pathé-Baby de Alcântara Machado”<sup>69</sup>, utilizando um estilo telegráfico, o autor classifica a obra de Alcântara Machado como pertencente a “*uma geração mais desenvolvida*”, pois seu livro é “*um cinema com cheiros*” (...), “*é reportagem*”, enfim “*literatura de viagem*”.

Ironizando, como sempre, Oswald também responde ao desmentido de *Terra Roxa e outras terras*<sup>70</sup> a um artigo de Monteiro Lobato que o acusa de ter criado o modernismo. Afirma que os redatores do jornal literário estão errados e que Lobato tem razão, pois o Modernismo foi mesmo uma blague sua. No entanto, não pode mais ser desfeito, já que até Paris acreditou na brincadeira. Continua dizendo que “*felizmente aí (no Brasil) nem todos são bobos. O Lobato sabe que é blague. O Guastini também.*”<sup>71</sup> Aproveita a ocasião para atacar também Mário Guastini, outro crítico do Modernismo.<sup>72</sup>

Além dessas participações, encontra-se também em *Terra Roxa e outras terras* a transcrição de um trecho do romance inédito: “Serafim Ponte Grande”.<sup>73</sup>

### Carlos Drummond de Andrade

Drummond colabora com poesias, uma crônica e dois “recados”, pequenas narrativas, para Mário e para Oswald de Andrade<sup>74</sup>. A única participação crítica é uma polêmica com o poeta mineiro, Prado Kelly - “Conversa com Prado Kelly”<sup>75</sup>-, na qual responde às críticas feitas aos “futuristas de Minas” e à publicação de “A Revista”. Ataca ferozmente o crítico dizendo que não entendeu nada do que leu, não conhece os modernistas, nem Blaise Cendrars, que cita. No entanto, concorda com o poeta quando este diz que o futurismo está morto, assim como a Academia Brasileira de Letras.

<sup>68</sup>T.R.7, pp.2-3.

<sup>69</sup>T.R.2, p.1.

<sup>70</sup>O desmentido parece ser o artigo “Pingos nos is”, de autoria da redação do jornal, no qual os redatores criticam Lobato afirmando que finge “*estar bem informado sobre a origem do Modernismo brasileiro*” no entanto, “*nada mais fez que repetir mentiras vulgares*” Além disso acusam o autor de ser “*o responsável do Brasil se ter divorciado da sua entidade nacional com a criação dos regionalismos situantes*”. in T.R.5, p.3.

<sup>71</sup>ANDRADE, Oswald de. “Pontos nos ismos” in T.R.6, p.3.

<sup>72</sup>T.R.6, p.3.

<sup>73</sup>T.R.7, p.1.

<sup>74</sup>T.R.6, p.2.

<sup>75</sup>T.R.4, p.3.

### Antonio Carlos Couto de Barros

O autor participa com 3 colaborações: uma crônica chamada “Sala de Visitas”<sup>76</sup>; um estudo chamado “Profetas e Profecias”<sup>77</sup>, publicado nos números 1 e 2 do periódico, no qual aborda uma discussão histórica sobre a “irrealidade do tempo” que levaria as pessoas a acreditarem na possibilidade de prever o futuro. Prossegue comentando alguns profetas e suas profecias e conclui, afirmando que ao se liberar do tempo o homem poderá realizar tudo que deseja, mas deve temer os gestos perigosos.

No quinto número, também comenta a entrega da carta de Anchieta ao Museu Paulista, descrevendo sua imagem do jesuíta, que é uma imagem dupla: aquela do “*homem empreendedor e catequisador*” e a outra de uma “*energia espiritual*”<sup>78</sup>.

### Clodomiro Santarém

Este autor apresenta um estudo sobre o método científico - “Vinte metros acima dos homens e das cousas”, no qual afirma que a ciência busca um mundo ordenado e explicável, como a filosofia, e nem sempre é suficiente para explicar coisas como o conhecimento intuitivo. A ciência precisa da crença numa ordem pré-estabelecida para o mundo racional e que, por vezes, pode levar a Deus.<sup>79</sup>

### Sérgio Buarque de Hollanda

A obra de Alcântara Machado, *Pathé Baby*, também é avaliada por Sérgio Buarque de Hollanda em sua participação única em *Terra Roxa*<sup>80</sup>. Segundo o autor, o livro de Alcântara Machado é “*seco, quasi todo de frases incisivas e cortantes*”, revela uma descrição extremamente “*lúcida*” e por isso mesmo quase “*perversa*” da Europa. É a visão de “*um turista apressado, sem muito tempo pra tomar amor pelas coisas e que fica satisfeito dizendo como elas são.*” No entanto, Sérgio Buarque descobre na obra certos momentos “*onde se derrama um sentimentalismo bem brasileiro*” e uma certa “*sugestão*” de nacionalismo

<sup>76</sup>T.R.3, p.1.

<sup>77</sup>T.R.1, p.3 e T.R.2, p.3.

<sup>78</sup>COUTO DE BARROS, A. C. “Padre Anchieta” in T.R.5, p.3.

<sup>79</sup>T.R.6, p.1.

<sup>80</sup>HOLLANDA, Sérgio Buarque de. “Pathé Baby” in T.R.6, p.3.

romântico. O crítico afirma que o Romantismo está sendo recuperado pelos modernistas, os quais denomina de “românticos de 1926”.

### Cândido Motta Filho

Em “O Bom Caminho”, Motta Filho reflete sobre os rumos da arte, constatando que há um nacionalismo artístico em evidência no Brasil, fruto das revoluções modernistas, mas iniciado pelo românticos.

*“Ora, o nacionalismo constitui programma essencial de todos os povos livre. Não o criaram por capricho, mas o aceitaram como uma fatalidade. Cresceu no Romantismo. E se repete agora, brilhantemente!”<sup>81</sup>*

Este nacionalismo, no entanto, não deve criar exageros nem falsidades, deve buscar a índole popular e a nossa tradição. Encontrar a arte genuína nacional.

As demais colaborações são algumas notícias transcritas de outros jornais; entrevistas e artigos não assinados ou assinados com pseudônimos não identificados, como o artigo intitulado “Um desaforo que já dura quatro séculos”, criticando a atitude dos imigrantes que vêm enriquecer em São Paulo e continuam desmerecendo a ‘terra roxa’.<sup>82</sup> Ou ainda, o artigo, sem assinatura, que trata do problema dos negros norte-americanos e sua incorporação na cultura americana, discutindo os conceitos de raça, cultura e miscigenação.<sup>83</sup>

Também os artigos “Gostosura de Terra” e “Guerras Literárias”<sup>84</sup> não são assinados. O primeiro noticia a visita de Marinetti ao Brasil, criticando o italiano num estilo irônico e mordaz. O outro, no mesmo estilo, comenta a importância das “guerras literárias” para agitar o meio cultural e afirma que *Terra Roxa* já provocou algumas críticas, as quais, no entanto, não são suficientemente significativas para serem consideradas.

*Terra Roxa e outras terras* traz também algumas contribuições literárias: contos, crônicas, poemas e outras de difícil definição. Estão esparsas por todos os números,

<sup>81</sup>T.R. 2, p.2.

<sup>82</sup>Assinado por A.de A. e A.de C. “Um desaforo que já dura quatro séculos” in T.R. 2, p.1.

<sup>83</sup>“Outras Terras” in T.R.7, p.1.

<sup>84</sup>“Gostosura de Terra” in T.R.6, p.1 e “Guerras Literárias” in T.R.4, p.1.

mas são pouco numerosas. O ponto de união dessas contribuições parece ser a matéria de que tratam: o cotidiano, tanto urbano quanto rural.

As contribuições em prosa são : uma descrição de Alcântara Machado de dança folclórica do interior paulista: “A dança de S. Gonçalo”<sup>85</sup>, com violeiros e cantorias; o conto “Um homem bondoso”<sup>86</sup> de Carlos Alberto de Araujo, ambientado na cidade de São Paulo, que narra o drama pessoal de um homem que queria ser santo, mas enfrenta problemas com a imprensa, os amigos, etc.; uma narrativa indefinida entre conto e crônica de Couto de Barros sobre um estranho homem e suas visitas semanais ao amigo que se sente hipnotizado com as maneiras do outro - “Sala de visitas”<sup>87</sup>; uma satírica discussão, como um texto teatral, “Omnis Definitio Periculosa est”<sup>88</sup>, de Guilherme de Almeida, na qual dialogam “o caniço pensante” e o “bípede sem penas” que seriam duas definições de homem que são, por fim, destruídos pelo verdadeiro homem; uma narrativa irônica, utilizando elementos históricos tanto do passado quanto do presente, intitulada “Chronica Geral da Capitania do Brasil - no qual se descreve, com particular agrado, uma bruta farra em casa da sra. marquezina de Santos”<sup>89</sup>, escrita por Oswaldo Costa; um conto intitulado “Maria da Glória”, de Prudente de Moraes Neto, que relata o amor de uma moça a um marinheiro que a abandona, utilizando personagens comuns<sup>90</sup>; na mesma linha de personagens populares, Alcântara Machado escreve o “Revoltado Robespierre”, conto que narra o cotidiano de um funcionário público que reclama constantemente seus direitos, critica as mordomias do governo e insinua uma revolta popular que estaria por vir<sup>91</sup>; outro conto que trata de pessoas e elementos do cotidiano é “Galinha Cega” de João Alphonsus, relatando o relacionamento entre um humilde carroceiro e uma galinha cega. O animal ganha subjetividade quando seu dono se apieda dela e passa a protegê-la.<sup>92</sup>

As contribuições em verso são em menor número. Algumas tratam de paisagens e costumes nacionais, como: “Modinha do Pernilongo” de Guilherme de Almeida, que é quase uma cantoria, com estribilho e muita sonoridade, utilizando elementos rurais: uma chácara, a

---

<sup>85</sup>T.R.1, p.1.

<sup>86</sup>T.R.1, p.6.

<sup>87</sup>T.R.3, p.1.

<sup>88</sup>T.R.3, p.1.

<sup>89</sup>T.R.4, p.2.

<sup>90</sup>T.R.5, p.6.

<sup>91</sup>T.R.6, p.2.

<sup>92</sup>T.R.7, p.4.

rede, lamparina de azeite, oratório, coqueiros<sup>93</sup>, ou “É pura” de Ronald de Carvalho que geometriza “os caminhos de sua terra”, feita de troncos redondos de bananeiras<sup>94</sup>; mas há também a comparação entre dois sertões diversos, aquele verde, cheio de vida e o outro, sertão nordestino, vermelho e seco, do poema “Não gosto de sertão Verde” de Luiz da Camara Cascudo.<sup>95</sup>

Outras comparam elementos urbanos e rurais como: “Cidade do Interior” de Manuel Bandeira que cita a matriz, os casarões e a luz elétrica como “forasteira”.<sup>96</sup> Ou “Jardim da Praça da Liberdade”, de Carlos Drummond, que compara o jardim bem cuidado e pouco brasileiro da praça aos jardins de sua terra natal, com plantas e matos crescendo a esmo.<sup>97</sup>

Há também aqueles poemas que tratam apenas do urbano, como: “Rio de Janeiro” de Ribeiro Couto, homenageando Prudente de Moraes Neto. Nele a cidade é descrita através de turistas, montanhas, mar, cinematógrafos, o bonde, as pessoas, o cheiro do asfalto, a pressa.<sup>98</sup>

As poucas contribuições literárias têm, é claro, uma preocupação com a forma: algumas utilizam elementos gráficos, linguagem coloquial, estilo telegráfico, etc., mas a preocupação maior parece ser a temática, centrada em elementos cotidianos brasileiros.

Tendo conhecimento, através deste panorama, da forma assumida pelo jornal literário e dos assuntos tratados por ele, pode-se analisar um pouco do modo como o jornal foi recebido e das polêmicas que causou em sua época.

### **1.3 - A RECEPÇÃO DE TERRA ROXA E OUTRAS TERRAS**

A recepção do periódico parece ter sido favorável. Há anúncios na *Revista Do Brasil*, no *Jornal do Comércio*, n’*O Estado de São Paulo* e no próprio jornal há referências a comentários sobre seu surgimento.

Os anúncios na *Revista do Brasil* foram promovidos, provavelmente, por Prudente de Moraes Neto que colaborava na revista neste período e fora nomeado colaborador-representante de *Terra Roxa* no Rio de Janeiro por Alcântara Machado: “Aceite o honroso

---

<sup>93</sup>T.R.2, p.1.

<sup>94</sup>T.R.3, p.1.

<sup>95</sup>T.R.6, p.4.

<sup>96</sup>T.R.4, p.4.

<sup>97</sup>T.R.7, p.1.

<sup>98</sup>T.R.6, p.1.

*cargo de representante. E escreva sempre. Vamos fazer qualquer coisa. Ajude-nos.*"<sup>99</sup>. Em outras cartas de Alcântara Machado a Prudente de Moraes Neto, aquele cobra os anúncios na *Revista do Brasil* e os elogia quando aparecem.<sup>100</sup>

São anúncios de página inteira, ao final da revista, que classificam *Terra Roxa* como o "melhor periódico modernista" e apresentam a listagem dos colaboradores. No entanto o primeiro anúncio surge somente com a publicação do último número do periódico, em setembro de 1926. Depois disso a *Revista do Brasil* continua anunciando *Terra Roxa* em novembro e dezembro de 1926 e em janeiro de 1927, muito embora o periódico não estivesse mais sendo publicado, referindo-se talvez aos números existentes do jornal literário que continuariam à disposição dos leitores.

Também o jornal *O Estado de São Paulo* recebe positivamente o surgimento de *Terra Roxa*. No dia 4 de fevereiro de 1926 uma pequena nota anuncia:

*"Apareceu hontem, nesta capital, o segundo número do interessante quinzenário "Terra Roxa", que reúne produções literárias de vários escriptores filiados às correntes modernas. O número presente publica collaborações muito attrahentes de autoria de Antonio de A. Machado, Oswaldo de Andrade, Motta Filho, Teobaldo Fagundes, A.C. Couto de Barros, L. Guerreiro, Sérgio Milliet e Mário de Andrade."*<sup>101</sup>

O mesmo jornal publicará artigos, meses depois, referindo-se a *Terra Roxa e outras terras* como o periódico que promoveu a subscrição para a aquisição de uma carta de Anchieta e noticiando a cerimônia de entrega da carta ao Museu Paulista. O artigo de 25 de abril de 1926 anuncia:

*"Para effectivar o donativo, será, na terça-feira próxima, às 16 horas, feita a entrega solenne da carta ao director daquelle museu, sr. dr. Affonso de Taunay, falando, nessa occasião, o sr. dr. Paulo Prado, nosso prezado collaborador."*<sup>102</sup>

<sup>99</sup>Carta enviada a Prudente de Moraes Neto por Alcântara Machado, datada de 31/12/1925, in LARA, Cecília . *Op. Cit.*, p.VII.

<sup>100</sup>Conforme relata Cecília de Lara na Introdução que faz à edição fac-similar de *Terra Roxa* in *Op. Cit.*, pp.VII - X

<sup>101</sup>*O Estado de São Paulo*, 4/II/1926, p.7. Microfilme (MR 465), Acervo do Arquivo Edgard Leuronth, UNICAMP.

<sup>102</sup>"Um Autographo de Anchieta " in *O Estado de São Paulo*, 25/IV/1926, p.6. Microfilme (MR 466), Acervo do Arquivo Edgard Leuronth, UNICAMP.

Além deste artigo, outro de teor semelhante será publicado no dia da entrega da carta ao museu, 27 de abril de 1926, louvando a atitude da “collega “*Terra roxa*” e informando também que o quinzenário:

*“publicará um número especial consagrado a José de Anchieta, que trará, além da carta ora adquirida, vários artigos dos seus colaboradores, rememorando a grande figura do nosso passado.”<sup>103</sup>*

De fato, *Terra Roxa e outras terras* número 5, datado de 27 de abril de 1926 apresenta a estrutura anunciada acima. Além de trazer transcritos os discursos de Paulo Prado e Affonso d’E. Taunay, o número especial contém artigos de vários colaboradores acerca do acontecimento e da figura histórica de Anchieta. A coincidência de datas entre o artigo do jornal, o dia da entrega da Carta ao Museu e a data de surgimento do quinto número de *Terra Roxa e outras terras* apontam para a existência de um intercâmbio entre o periódico e o jornal *O Estado de São Paulo*, provavelmente efetuado pelo “colaborador”, em ambos, Paulo Prado.

A publicação de *Terra Roxa* também é noticiada no *Jornal do Comércio*, dentro dos ‘rodapés’ produzidos por Mario Guastini, antagonista do grupo modernista que escrevia sob o pseudônimo de Stiunirio Gama. O artigo, intitulado “*Autographo quinhentista*”<sup>104</sup>, dialoga com o artigo de Paulo Prado publicado em *Terra Roxa* número I, chamado “*Uma carta de Anchieta*”, no qual o “*ilustre historiographo*” propõe a idéia da subscrição em sacas de café para a compra da carta de Anchieta. Mario Guastini critica a idéia afirmando que Paulo Prado possui condições financeiras para comprar a carta, no entanto “*na hora do esforço material, embora pequeno, somos todos eguaes, perfeitamente eguaes...*”<sup>105</sup>. Questiona também o modernismo do grupo que produz *Terra Roxa* e apóia a recuperação da tradição paulista, juntamente com as idéias e o estilo de Paulo Prado. Aproveita também para comentar o estilo passadista de René Thiollier em outro artigo do periódico.<sup>106</sup>

Esta crítica dá ensejo a respostas, tanto de Paulo Prado quanto de René Thiollier, que Mário Guastini apresenta e discute em dois outros rodapés. No primeiro, “Uma

<sup>103</sup>“O Autographo de Anchieta” in *O Estado de São Paulo*, 27/IV/1926, p. 6. Microfilme (MR 466). Acervo do Arquivo Edgard Leuronth, UNICAMP.

<sup>104</sup>GUASTINI, Mário. “Autographo Quinhentista” in *A Hora Futurista Que Passou*, São Paulo, 1926, pp. 69-77.

<sup>105</sup>*Ibidem*.

<sup>106</sup>René Thiollier. “*Nós, em S. João D’El Rey*”. T.R.1, p.2.

carta de Anchieta”, publica carta de Paulo Prado explicando a idéia da subscrição. Em sua carta, Paulo Prado justifica-se, dizendo:

*“(...) foi por altruísmo que proporcionei aos meus collegas argentarios, na compra da carta anchietana, uma preciosa ocasião para fazer figura. Em São Paulo faltam pretextos para a generosidade dos ricos nessas questões da intelligencia.”<sup>107</sup>*

No segundo rodapé, intitulado “O Passado e o Futuro”<sup>108</sup>, René Thiollier envia carta explicando que “*ser moderno não significa esquecer o passado*”, opinião que Mário Guastini ignora e ironiza dizendo ser impossível para René Thiollier abandonar o passado.

A última referência a *Terra Roxa* feita pelo colunista do *Jornal do Comércio* é o artigo “Cultuando o passado...”, no qual relata a cerimônia de entrega da carta de Anchieta ao Museu Paulista, da qual participou, e elogia a atitude de Paulo Prado, publicando um trecho de seu discurso. Elogia, também, a qualidade literária das produções de Paulo Prado e de Alcântara Machado, afirmando que “*Isso, repito-o, não é modernismo: é cultura, conhecimento da língua, bom senso e horror á pieguice e á pyrotechnia...*”<sup>109</sup>

Além de anúncios em outros órgãos da imprensa, no próprio periódico *Terra Roxa e outras terra* há comentários sobre sua recepção. O primeiro deles surge no segundo número agradecendo “*as amáveis referências feitas pela imprensa de S.Paulo e Rio, no dia do seu aparecimento*”<sup>110</sup>. Nos dois números seguintes, no entanto, a amabilidade parece ter deixado de existir e o jornal discute algumas críticas feitas à publicação, sustentando a posição, assumida na “Apresentação” do periódico, de não travar batalhas. Ao ser chamado de “*jornaleco*” por um “*literato em certo jornalzão*” a redação do periódico responde:

*“TERRA ROXA é um jornaleco. Exactamente. Nos dois sentidos: gramatical e literário. No gramatical: é um jornal pequenino. E no literário: é um jornal-éco das correntes modernistas.”<sup>111</sup>*

<sup>107</sup>“Uma carta de Anchieta” in GUASTINI, Mário. *Op. Cit.*, pp.73 -76.

<sup>108</sup>“O passado e o futuro” in GUASTINI, Mário. *Op. Cit.*, pp. 77-79.

<sup>109</sup>“Cultuando o Passado” in GUASTINI, Mário. *Op. Cit.* pp. 107-113.

<sup>110</sup>“Como fomos recebidos” in *T.R.* 2 , p. 1.

<sup>111</sup>“Perfeitamente!”. Sem identificação do autor, in *T.R.* 3, p. 4.

Posteriormente, no artigo intitulado “*Guerras Literárias*”, *Terra Roxa* refere que “*não surgiu para promover o motim, a discordia, o bate-boca. Mas sendo uma força jovem teve, logo de início, de travar pequenas escaramuças, que talvez sejam o preparatório para maiores lutas*”. Embora anunciem o desejo de preparar-se para tais lutas, duvidam da possibilidade de existirem, devido à pobreza do meio literário em que se inserem e finalizam reafirmando a posição de não-combatentes:

“*Não há duvida que há sempre algum disposto a fazer gestos desabalados e gritaria ensurdecadora. Contra esses, Terra Roxa e outras terras, dentro da sua fragilidade de papel não poderá servir de mordaca e muito menos de camisa de força. Mas poderá fazer de carapuça, brinquedo amável, que ainda não passou de moda. Pois, para que agredir os irresponsáveis?*”<sup>112</sup>

Outras referências que ajudam a compor a recepção do periódico por seus contemporâneos são aquelas encontradas nos depoimentos de alguns participantes da publicação. Através deles os colaboradores contam como ocorreu sua participação no periódico e qual o significado do jornal literário para o momento modernista.

O primeiro depoimento a ser considerado é o de Prudente de Moraes Neto no Suplemento Literário d’*O Estado de São Paulo*, no qual, ao falar de sua participação em *Estética*, filia *Terra Roxa* à revista carioca, afirmando:

“ (...) *Estética* foi o primeiro órgão de expressão do movimento modernista que empreendeu a sua crítica, com liberdade, vivacidade e sinceridade. Por isto mesmo provocou dissensões e a conseqüente dispersão do grupo. Quando *Estética* se permitiu criticar a obra e as idéias de Graça Aranha, o grupo ‘gracista’ brigou.” “*Prudente de Moraes Neto considera herdeiras da desabusada ‘Estética’ as revistas ‘Terra Roxa’, a ‘Revista Nova’ de A. de Alc. Machado, e ‘Antropofagia’, esta já dentro do sistema de brigas, em plena dissolução do grupo que, inicialmente unido e solidário, fizera a Semana e lançara as bases do Modernismo no Brasil.*”<sup>113</sup>

<sup>112</sup>“*Guerras Literárias*” in *T.R.4*, p.1.

<sup>113</sup>Moraes Neto, Prudente de “*Suplemento Literário*”, *OESP* 17/02/1962, n° 269.

Também João Alphonsus, autor de contribuição única dentro do periódico, fala da importância que teve para ele a sua pequena participação na revista, na época, revelando um pouco do significado das revistas para os novos escritores:

*“ (...) Recordo que esse meu único conto foi publicado a primeira vez nessa sua cidade de S.Paulo, em abril de 1926, no número 5 de “Terra Roxa e outras terras”, o quinzenário modernista dirigido por A.C. Couto de Barros e Antônio de Alc. Machado, tendo como “secretário e administrador” Sérgio Milliet - circunstância de tamanha importância para mim, naquele tempo e ainda agora!”<sup>114</sup>*

Obviamente, Mário de Andrade, em suas inúmeras cartas, não poderia deixar de falar de sua participação na publicação do periódico e nem deixar de angariar participações de todos seus amigos para o jornal. Em uma carta para Carlos Drummond de Andrade, datada como “Ano Bom de 1926”, anuncia o surgimento do jornal:

*“Olhe, insista pro Nava me mandar dois ou três desenhos modernos dele, dos menos decorativos. Aqui vai sair um jornalzinho quinzenal moderno e sei que publicará um desenho em cada número. Como sou amigo dos redatores embora não faça parte da redação mostrarei os trabalhos pra que algum saia. Sei que vocês vão ser convidados pra colaboração. Assim que sair pois o Terra Roxa e outras terras mandarei, pra vocês pautarem a colaboração pelo tamanho e gênero dos artigos. Sustentarei uma crônica musical no jornal.”<sup>115</sup>*

Nessa carta Mário mostra-se distanciado da elaboração definitiva de *Terra Roxa*, afirmando-se mero colaborador, embora seja um dos colaboradores mais ativos do jornal. Não é possível saber se Pedro Nava de fato enviou os desenhos requisitados, mas em *Terra Roxa* não há desenhos publicados.

Novamente, em 18 de fevereiro de 1926, Mário escreve para Drummond, agora para enviar-lhe o jornal:

*“Enfim aí vai (uma carta) ao que Deus quiser, com Terra Roxa e dois livros pra você entregar. Já afirmei que os diretores de Terra Roxa mandam pedir a*

<sup>114</sup>CAVALHEIRO, E. “Depoimento de João Alphonsus” in *Testamento De Uma Geração*. Porto Alegre: Globo, 1944, p.154.

<sup>115</sup>ANDRADE, M. *A Lição Do Amigo*. Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1982, p. 64.

*colaboração de vocês. Fale pro Martins de Almeida, pro Nava, pro Alphonsus, pro Moura. Querem prosa, ouviu. Insista em pedir prosa. Contos curtos ou páginas críticas sobre qualquer coisa. É lógico e imprescindível que você também está na lista. Façam o favor de mandar logo qualquer coisa. O secretário anda atrapalhado com a falta de originais. O pessoal do Rio está fazendo fosquinha. Parece que não quer mandar... Não sei. Pela 2a. Terra Roxa você verá que mandei à fava também o Menotti. Questão de higiene.”<sup>116</sup>*

Esta carta revela a opção de *Terra Roxa* em publicar prosa e artigos sobre assuntos variados. Reafirma o não envolvimento direto de Mário com a publicação do jornal e traz à tona uma possível rusga com o “pessoal do Rio”, que de fato envia sua publicação um pouco mais tardiamente: Ronald de Carvalho publica no nº3, Prudente de Moraes Neto no nº5, Sérgio Buarque de Hollanda no nº6. e Graça Aranha, obviamente, não publica em *Terra Roxa*, já que suas relações com alguns componentes do grupo modernista estavam estremecidas desde a publicação de *Estética*.

Em 19/03/1926, provavelmente, Mário torna à carga, requisitando agora do próprio Pedro Nava a colaboração que havia solicitado através de Drummond: “*Olha me esqueci de perguntar quando que você manda qualquer coisa pra Terra Roxa. Não se esqueça e mande logo. N.4 traz Drummond já.*”<sup>117</sup>

Por fim, escreve a Drummond comentando as colaborações dos mineiros, Martins de Almeida e o próprio Drummond:

*“Engraçado: estava escrevendo um artigo sobre o Homem na Multidão do Ribeiro Couto hoje de manhã prá Manhã quando me chegou uma carta do Martins de Almeida contendo um artigo sobre o mesmo livro prá Terra Roxa. Embora diferentíssimos na aparência e na substância da crítica os nossos juízos coincidem singularmente em ponto até muito raro dessas coincidências se darem. É assim que eu assinalo a mudança operada em R.C. Poeta na parte S.José do Barreiro e o Martins também! Palavra que hesitei se devia continuar o meu artigo ou não. Depois resolvi continuar. O Martins de Almeida me conhece suficientemente pra não duvidar de mim. Quando sair o meu mando pra você. Ia*

<sup>116</sup> ANDRADE, M. *Op.Cit.*, p. 67.

*me esquecendo de falar que os pedacinhos de você na última Terra Roxa estavam uma gostosura. Porém creio que pouca gente aproveitará aquilo.*<sup>118</sup>

Forma-se assim um panorama do modo como *Terra Roxa e outras terras* foi recebido por seus contemporâneos. No entanto, tal panorama não é suficiente para avaliar-se a importância do jornal literário dentro do movimento modernista. Além de passar pelo crivo de análise de seus contemporâneos, o periódico será reavaliado, posteriormente, pelos críticos e estudiosos do movimento. Tais avaliações são preciosas na composição da imagem que o periódico assumiu no decorrer do tempo. Por isso sua recuperação é essencial para a compreensão que pretendemos construir acerca de *Terra Roxa e outras terras*.

#### **1.4 - A AVALIAÇÃO CRÍTICA DE TERRA ROXA E OUTRAS TERRAS**

O panorama no qual o jornal literário estava inserido é descrito pelos historiadores da literatura, Antonio Cândido e Aderaldo Castello, como um momento de “dissidências” e reagrupamentos dentro do Modernismo Brasileiro. Ao analisarem o movimento modernista, anos depois, incluem *Terra Roxa e outras terras* no rol daqueles que definiram os “agrupamentos figurados” da época.<sup>119</sup> Dissidências que se rearranjavam constantemente, mas eram apregoadas por seus componentes como definitivas.

Wilson Martins também atribui ao jornal literário essa característica de marcar o desmembramento do Movimento Modernista. Segundo o crítico:

*“A revista clássica do Modernismo teria o nome essencialmente urbano de ‘Klaxon’; é quando o Movimento já começa a se desfazer, a multiplicar-se em direções contraditórias, que os periódicos começarão a chamar-se ‘Verde’ ou ‘Terra Roxa e outras terras’.”*<sup>120</sup>

Para esses autores o Modernismo é marcado por um grande momento de explosão e ruptura, que foi a Semana de 22, e uma posterior retomada dos trilhos, revisitando a

<sup>117</sup> ANDRADE, M. *Corresponde Contumaz: Cartas A Pedro Nava, 1925-1944*, edição preparada por Fernando da Rocha Peres, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.68.

<sup>118</sup> Carta de 1/08/1926 in ANDRADE, M. *A Lição Do Amigo*. p.81

<sup>119</sup> CANDIDO, A e CASTELLO, José Aderaldo. *Presença Da Literatura Brasileira*. Vol II, São Paulo-Rio: DIFEL, 1976, p. 15.

<sup>120</sup> MARTINS, Wilson. *A Literatura Brasileira*. Vol VI, “O Modernismo (1916-1945)”. 2a. ed., São Paulo: Editora Cultrix, 1967, p. 50.

tradição, redefinindo posições estéticas e ideológicas: as várias correntes, procurando definir os rumos do Modernismo. São os agrupamentos que:

“ (...) servem, contudo, para mostrar que 1924 é o ano decisivo, se não na formulação de uma estética modernista definitiva (jamais houve tal coisa), pelo menos na escolha de um rumo determinado: o Modernismo opta pelo rumo nacionalista contra o cosmopolitismo, primitivo contra o artifício, sociológico contra o psicológico, folclórico contra o literário e (já) político contra o gratuito.”<sup>121</sup>

Assim, segundo a crítica sobre o período, *Terra Roxa e outras terras* se filiaria à redefinição primitivista proposta pelo *Manifesto Pau Brasil*, no entanto, com modificações de enfoque, opondo-se ao movimento do Verdeamarelismo e da Anta. O jornal literário faria parte de um momento marcado pela necessidade, sempre referida, de definir posições ideológicas.

Segundo Alfredo Bosi, após a Semana de 22 e a ruptura através de obras como *Paulicéia Desvairada* e *Memórias Sentimentais de João Miramar*, houve um novo momento:

“(...) veio a reflexão, a consciência crítica, a laboriosa metalinguagem: as revistas *Klaxon*, *Estética*, todas paulistas, e os manifestos do *Pau Brasil* e da *Antropofagia* glosaram as idéias da Semana e lhes deram novos matizes de poética e ideologia que, no conjunto, formam o legado teórico de 22.”<sup>122</sup>

Embora cometendo o equívoco de incluir *Estética* entre as revistas paulistas, Bosi aponta adequadamente a função das revistas dentro do Movimento, marcando seu papel definidor de “matizes poéticas e ideológicas”.

A partir desse referencial teórico acerca do movimento e da percepção da importância das revistas para a compreensão do mesmo, Cecília de Lara efetua a recuperação de *Terra Roxa e outras terras* numa reprodução fac-similar<sup>123</sup> e promove sua análise detalhada no trabalho intitulado *Klaxon & Terra Roxa e outras terras: dois periódicos modernistas de São Paulo*, em 1972. Neste livro a autora efetua primeiramente uma descrição dos dois periódicos isoladamente, para ao final promover uma comparação entre eles, situando-os numa linha evolutiva de periódicos paulistas, dentro do movimento modernista.

<sup>121</sup>MARTINS, Wilson. *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>122</sup>BOSI, A. “Moderno e modernista na literatura brasileira” in *Céu e Inferno: Ensaios de Crítica, Literatura e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988, p.116.

Em sua análise sobre *Terra Roxa e outras terras*, Cecília de Lara afirma que o periódico “reflete um momento tranqüilo no panorama da arte moderna que é, até, um pouco apático, pelo que se deduz.”<sup>124</sup> Segundo ela, o jornal procura alcançar um público maior, com matéria diversificada e leve, sem adotar atitude polêmica ou agressiva. Isto se revelaria já no número inicial, no artigo intitulado “Apresentação”, de autoria da redação, no qual “justifica-se de forma leve e jocosa, numa linha que está bastante afastada da veemência e entusiasmo dos manifestos de vanguarda, a criação do periódico.”<sup>125</sup>

Este caráter leve e superficial do artigo de “Apresentação” de *Terra Roxa* (reproduzido posteriormente, como documento vanguardista no livro de Gilberto de Mendonça Teles<sup>126</sup>), que não define em absoluto o periódico, porque não revela sua verdadeira direção, é ressaltado negativamente por Wilson Martins ao comentar a proliferação de “ismos” nos modernistas e nos interpretadores destes. Para este autor:

“Pode-se deixar de lado, nesta análise dos ismos, a apresentação de “*Terra Roxa e outras terras*”, página vaga e insôssa, que proclamava obedecer “a uma linha geral chamada do espírito moderno”, confessando, ao mesmo tempo, “que não sabemos bem o que seja”; melhor é referir que, quatro anos depois de *Pau-Brasil*, dois anos depois da *Anta*, Oswald de Andrade, verificando que o seu primitivismo não frutificara e, de resto, já se encontrava superado, decide o golpe supremo, a *Antropofagia*, destinada ao mesmo malôgro, mas que era, realmente, o último limite na volta à floresta.”<sup>127</sup>

Apesar de apontar a ‘leveza’ na ‘Apresentação’ de *Terra Roxa e outras terras* o trabalho mais apurado de Cecília de Lara alerta para o fato de que “Para uma caracterização mais clara da natureza do periódico só o estudo aprofundado das colaborações nos oferecerá dados precisos.”<sup>128</sup>, já que a própria “Apresentação” não tem essa preocupação.

<sup>123</sup>Dentro do projeto IEB - USP de recuperação dos periódicos modernistas, sob orientação de José Aderaldo Castello.

<sup>124</sup>LARA, Cecília. *Klaxon & Terra Roxa e outras Terras: dois periódicos modernistas de São Paulo*. São Paulo: IEB, 1972, p. 222.

<sup>125</sup>LARA, *Op. Cit.*, p. 36.

<sup>126</sup>Teles, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje*. 10ª. ed., Rio, Record, 1987, p. 341.

<sup>127</sup>MARTINS, Wilson. *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>128</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p.39.

Em relação aos “ismos” indicados por Wilson Martins, a autora aponta que a própria natureza do periódico, além do momento no qual se situa, caracteriza-o como continuidade em relação às tendências estéticas definidas em 24 pelo Manifesto Pau-Brasil.

*“A intenção de continuar a implantação do Movimento existe, como fundamento da própria criação do periódico, numa etapa em que o Modernismo se amplia como conceito e se difunde espacialmente, com diversificações e cisões.”<sup>129</sup>*

Portanto, para Cecília de Lara, a definição de Modernismo em *Terra Roxa e outras terras* está atrelada a um outro “ismo” muito mais essencial neste momento: o conceito de brasileirismo.

*“Tentar caracterizar o que se entende, nesta ocasião, por Modernismo, em TERRA ROXA é tratar de outro conceito, discutido com ênfase na época: o de “brasileirismo”, forma vigente de nacionalismo, que ultrapassa o âmbito da arte, segundo se infere da leitura do periódico.*

*Estes dois conceitos se fundem na aplicação, como critério de avaliação de produções artísticas ou no interesse por outras manifestações da cultura brasileira. E de tal forma é atuante a preocupação com o “brasileirismo” que em Terra Roxa e outras terras constitui o verdadeiro pano de fundo sobre o qual se insere a totalidade da matéria do jornal.”<sup>130</sup>*

O brasileirismo, segundo Cecília de Lara, é “empregado com significados variados” apresentando “as flutuações de um conceito ainda não definido”.<sup>131</sup>

Apesar de sua indefinição, ou talvez por isso mesmo, Lara aponta que o debate sobre ‘brasileirismo’ conduz a discussões sobre nacionalismo, interesse pela história, pela tradição, vinculação com o Romantismo e a busca do ‘caráter brasileiro’. O nacionalismo seria aceito e tido por alguns autores — Sérgio Milliet por exemplo — como uma etapa necessária para se atingir o ‘universal’ na arte. Além disso, a aceitação do nacionalismo e a busca da

<sup>129</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p. 143.

<sup>130</sup>*Ibidem.*

<sup>131</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p. 156.

tradição aproximariam o Modernismo do movimento romântico. Cecília de Lara assim se refere à análise de Sérgio Buarque de Holanda<sup>132</sup>:

*“Não há dúvida que Sérgio Buarque aborda com ousadia a questão, chamando-os “românticos de 1926”, revelando uma lucidez que deve ser levada em conta, quando se trata de fato contemporâneo. E ainda mais no caso específico do Romantismo, marginalizado totalmente pelos modernistas na etapa inicial do movimento, que apenas se detinham na face melancólica e sentimental da escola.”*<sup>133</sup>

A partir ainda da discussão sobre brasileiroismo, Cecília de Lara explicita a posição do periódico em relação aos imigrantes. Diz a autora:

*“ um outro tipo de atitude ante o ideal de forjar a cultura brasileira é o de tentar protegê-la de uma influência estrangeira que era vista como ameaça aos valores nascentes ou em formação. Há o receio de uma sufocação dos indícios de ‘brasileirismo’ pelas culturas européias aqui presentes pela imigração.”*<sup>134</sup>

Pela presença dessas temáticas variadas no âmbito do periódico, é que Cecília de Lara reclama a necessidade de se compreender o jornal para além do seu caráter literário, já que se identifica em *Terra Roxa e outras terras* “*um campo bem mais vasto de interesses que vai além do puramente artístico.*”<sup>135</sup> De fato, na análise que realizaremos deste periódico mostraremos que temáticas apontados pela autora, como: nacionalismo, imigração, relação modernismo-romantismo, anexadas a outras questões, vistas por Lara sob um prisma diverso, serão essenciais para a compreensão do periódico.

Uma destas questões vincula-se à explicação para o título tão “estranho” do periódico<sup>136</sup>. Tratando dos objetivos do jornal literário, Cecília de Lara formula a seguinte explicação para o título:

*“Já o título Terra Roxa e outras terras traduz a aspiração de abertura , naquele momento, sugerindo a ampliação de horizontes para alargar-se*

<sup>132</sup>BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. “Pathé Baby” in *T.R.* 6, p. 3

<sup>133</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p. 162.

<sup>134</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p.177.

<sup>135</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>136</sup>Tal título teria provocado, inclusive, um incidente com fiscais do comércio de vendas de terras, que teriam impingido ao *Jornal Literário* um imposto pela “*venda de terras... roxas e outras*” in *T.R.* 5 p.4. Tal fato ilustra, de forma engraçada a questão da identificação do nome do jornal literário à terra produtora de café - a terra roxa.

*ao estado de São Paulo, à zona rural, exatamente aquela que se caracteriza pela chamada terra roxa, adequada à cultura do café. A sequência do título, 'e outras terras' representa a abertura toda em relação ao Brasil e ao exterior.*<sup>137</sup>

Na análise que faz do título, apesar de apontar a conexão 'terra roxa - café', Cecília de Lara não articula isso à elite cafeeira da época, nem à subscrição em 'sacas de café', tampouco à figura de Paulo Prado, René Thiollier e outros "*capitalistas da empresa*"<sup>138</sup> — nos dizeres de Alcântara Machado — pessoas que pertenciam à elite cafeeira e contribuíam para a existência de *Terra Roxa*. Em todas as análises que Cecília de Lara faz, principalmente naquelas em que discute o "brasileirismo" de Terra Roxa, ressalta a presença das "outras terras", abstendo-se de discutir a "Terra Roxa". É importante notar aqui que o título carrega uma ambigüidade, já que ao incluir a existência de "outras terras" o faz a partir da separação entre estas e a "Terra Roxa". Pode ser lido como uma inclusão de "outras terras", como faz Cecília de Lara, ou como uma marca da separação da 'Terra Roxa' de "outras terras". Tal interpretação, será por nós investigada neste trabalho.

Retornando a Cecília de Lara, verificamos que em sua interpretação a grande questão dentro do jornal literário é a 'busca do caráter nacional'.

*(...) "Assim desde o título até os ensaios e artigos mais consistentes, as criações, as transcrições e notas, aparentemente desconexas, se estruturam através de um veio profundo, que percorre o interior de todas as colaborações: é a intenção de trazer à tona, não só nas manifestações artísticas, mas nos fatos, nos comportamentos - no presente ou no passado - os indícios de um "caráter brasileiro", no âmbito amplo e profundo do homem e da cultura brasileira."*<sup>139</sup>

A partir deste ponto de vista a autora tecerá suas conclusões a respeito dos assuntos diversos que coabitam no periódico, justificando, dessa forma, a inclusão de trechos de cronistas coloniais em algumas matérias ou espalhados por *Terra Roxa*.

*"Entre as transcrições que constituem uma matéria que chama a atenção, inicialmente pelo aparente isolamento no contexto do jornal, há uma de Fernão Cardim, da obra Do Princípio e origem dos índios do Brasil. Um*

<sup>137</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p. 39

<sup>138</sup>Conforme carta de Alcântara Machado a Prudente de Moraes Neto, datada de 31/12/1925, na introdução de Cecília de Lara: "Terra Roxa... e outras terras, um periódico Pau Brasil" in *Terra Roxa e outras terras*, edição fac-similar, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1977, p. VII.

subtítulo, que justifica a razão do interesse do texto, curiosamente coincide em parte com o subtítulo da obra de Paulo Prado que será publicada em 28, *Retrato do Brasil*: “Uma sugestão para a origem da tristeza e liberalidade dos paulistas.”(...)

A presença desse tipo de matéria só se justifica na linha que assinalamos, de uma busca no passado das fontes do “caráter” brasileiro, no caso, especificamente paulista. E é digno de nota o fato de se tratar de hábito indígena.”<sup>140</sup>

A autora aponta como “curiosidade” a coincidência entre o subtítulo e a obra de Paulo Prado, apesar de posteriormente declarar que Paulo Prado estava preparando o *Retrato do Brasil* durante a publicação de *Terra Roxa*. Justifica a inclusão dos trechos apenas como um “busca do “caráter brasileiro” sem questionar o caráter de paulistanidade presente nos trechos e na obra de Paulo Prado, apesar de identificar o trecho histórico com um momento específico da história paulista.

Aliás, todo caráter de paulistanidade de *Terra Roxa e outras terras* é considerado pela autora como uma forma de se alcançar o “universal”, partindo do princípio modernista de que é necessário o particular para se atingir o universal, em termos de arte. Todas as claras referências aos paulistas e a São Paulo são consideradas pela autora sob esse ângulo, mesmo que os próprios colaboradores questionem tal princípio. Isto fica nítido na forma como trata polêmica existente em três artigos do periódico, de autoria de Sérgio Milliet, Mário de Andrade e Alcântara Machado<sup>141</sup>, sobre a ‘superioridade do paulista’. Seu comentário acerca da discussão é breve e superficial:

“Embora não tenha um caráter polêmico como opção, surgem em algumas oportunidades manifestações que são de defesa e ataque, entre os colaboradores ou com pessoas de fora. Motivada por uma frase<sup>142</sup> de Sérgio

<sup>139</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p.40.

<sup>140</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p.175.

<sup>141</sup>Os artigos referidos são: Milliet, Sérgio. “Raça”, Poesia in *T.R.* 01, p. 6; Andrade, Mário de “Carta Protesto” in *T.R.* 2, p.4; Machado, Alcântara. “Colher direita” in *T.R.*3, p. 4; Milliet, Sérgio. “Pontos nos Is” in *T.R.* 3, p.4.

<sup>142</sup>A frase referida é “Só se é brasileiro, sendo paulista, como só se é universal sendo de seu país” in “Raça”, Poesia, *T.R.* 01, p. 6.

*Milliet uma discussão interna se dá entre Mário de Andrade, Alcântara Machado e o autor da afirmação, que motiva a pequena polêmica.*"<sup>143</sup>

Não menciona sequer o assunto que motivou os quatro artigos que polemizam dentro do jornal.

Outro fato apenas citado por Cecília de Lara, mas que possui uma posição central no jornal durante a maior parte de sua publicação é a subscrição para a compra da carta autógrafa de Anchieta, assunto que ocupa a quase totalidade do quinto número. A autora apenas descreve o processo da subscrição até a compra da carta e comenta alguns trechos dos artigos publicados sobre ela, para finalmente apontar a importância do fato, dizendo:

*"Este fato, sem a menor dúvida, foi o de maior repercussão e importância para o grupo de TERRA ROXA desde a campanha inicial até a compra e a entrega oficial".*<sup>144</sup>

Cecília de Lara centraliza, pois, sua compreensão do periódico em torno da idéia do "brasileirismo" que conduz à busca da tradição popular, à volta para a zona rural e ao encontro do 'caráter brasileiro'. A intenção de *Terra Roxa* seria ampliar o conceito de moderno para outras regiões e outras áreas do conhecimento.

Posteriormente, em 1978, o conceito de brasileiro em *Terra Roxa e outras terras* é citado na investigação que Eduardo Jardim de Moraes realiza do que denomina "brasilidade modernista"<sup>145</sup>: a busca da brasilidade literária, que não é exclusiva do movimento modernista, mas que assume, dentro dele, características próprias. O autor busca estabelecer relações entre o conceito de brasilidade de Graça Aranha, Oswald de Andrade e a Antropofagia e o grupo da Anta, além de traçar oposições em relação à posição de Mário de Andrade.

Ao tratar de *Terra Roxa e outras terras* valoriza sua existência pela temática da brasilidade.

*"1926 vê surgir em São Paulo a revista mais representativa da segunda fase modernista. Seu nome: Terra Roxa e outras terras, que por si indica o itinerário fixado pela revista. Trata-se, antes de mais nada, de produzir*

<sup>143</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p.152.

<sup>144</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p.184.

<sup>145</sup>MORAIS, E. J. *A Brasilidade Modernista: sua Dimensão Filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

*artisticamente, mas não apenas artisticamente e sim no sentido amplo de produção cultural, e de difundir obras marcadas pelo espírito de brasilidade.”<sup>146</sup>*

Além disso, afirma que não pode deixar de mencionar a polêmica existente em *Terra Roxa* sobre a “questão do “paulistismo”, confundido muitas vezes, pelos autores paulistas, com suas reivindicações nacionalistas”.<sup>147</sup> A brasilidade em *Terra Roxa*, segundo o autor, transforma-se em afirmação da superioridade paulista.<sup>148</sup>

Excetuando-se o estudo mais detalhado que Cecília de Lara realizou sobre o periódico, as demais referências a ele são esparsas e, por vezes, contraditórias, deixando entrever a imprecisão das informações disponíveis.

Afrânio Coutinho, por exemplo, em 1959, situa *Terra Roxa* no rol de publicações de 1923 a 1925.<sup>149</sup> Já a italiana, estudiosa de literatura brasileira, Luciana Stegagno Picchio, ao elencar *Terra Roxa* entre outras revistas modernistas, em 1972, dá como principais figuras do jornal literário: Oswald de Andrade, Alcântara Machado e Rubens Borba de Moraes<sup>150</sup>. A presença do nome de Alcântara Machado é correta, a de Oswald justifica-se pelas pequenas contribuições que enviou da Europa para o jornal; no entanto, Rubens Borba de Moraes não assina nenhuma colaboração em *Terra Roxa*. Seu nome é citado em uma pequena nota do primeiro número do jornal, “Nossa Enquete”, anunciando que ele faria uma enquete sobre “o que é o espírito moderno?”, no entanto, não há qualquer menção posterior a ela, nem ao seu possível autor.

Mas em colaboração à revista *ANHEMBI*, em 1962, conforme já citado, Rubens Borba de Moraes afirma sua participação em *Terra Roxa e outras terras* depois da participação em *KLAXON*. A possibilidade de acesso a esse depoimento, por parte da estudiosa italiana, poderia explicar a inclusão do autor na lista dos principais colaboradores do periódico.

No mesmo artigo, Rubens B. de Moraes faz questão de negar a existência de um plano ideológico mais elaborado dentro da Semana de Arte Moderna de 22, bem como as

<sup>146</sup>*Ibidem*, p. 103.

<sup>147</sup>MORAIS, E. J. *Op. Cit.*, p.104.

<sup>148</sup>Estas afirmações de Eduardo Jardim de Moraes e as considerações que efetua sobre a polêmica serão alvo de análise mais pontual no item dedicado ao ‘Brasileirismo’, que integra o segundo capítulo desta dissertação.

<sup>149</sup>COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Vol. III, tomo 1, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959, p.469.

<sup>150</sup>PICCHIO, Luciana S. *La Letteratura Brasiliana*. Milano, Sansoni Accademia, 1972, p. 478 .

relações entre modernismo e café. Possivelmente, dialoga com o artigo de Mario da Silva Brito, do mesmo ano, intitulado: “O modernismo e o café”<sup>151</sup>, no qual a presença da elite cafeicultora paulista dentro do movimento é apontada como essencial para sua existência.

Dentro da mesma relação, modernismo e café, Fernando Góis, procurando resgatar a literatura paulista, traça um interessante panorama da época, inserindo nele *Terra Roxa*<sup>152</sup>:

*“Estávamos na década de 20, em pleno descobrimento do Brasil.  
(...) Ora, descobrir o Brasil, naqueles idos de 1922, 1925, 1928, quando até as  
revistas literárias se chamavam Terra Roxa, era descobrir o café, em torno de  
cuja economia girava a vida nacional.”*

Neste comentário o autor possibilita uma interpretação diversa daquela atribuída por Cecília de Lara ao nome do jornal literário e aponta para uma conotação diversa de “brasileirismo”. Ambos intimamente ligados à cultura cafeeira paulista.

Esta relação, modernismo-café, terra roxa-café, embora ignorada muitas vezes ou negada com veemência em outras, merece ser investigada, tanto em seu caráter mais óbvio, quanto em suas sutilezas e contradições.

Através dos depoimentos dos contemporâneos de *Terra Roxa*, em cartas e artigos, e através dos textos de crítica e história literária que comentam e apresentam o jornal, a conformação do periódico, seus objetivos, suas diretrizes vão sendo reveladas. As relações que estabelecia com seu tempo vão se tornando mais nítidas, sendo este o objetivo da recolha aqui efetuada. Apresentando o que de mais importante foi dito a respeito do jornal, o papel dos colaboradores em sua construção e suas opiniões sobre a publicação, podemos fundar o terreno a partir do qual esta dissertação será erigida.

<sup>151</sup>BRITO, Mário da Silva. Suplemento Literário d’*O Estado de São Paulo* de 17/02/1962, n° 269.

<sup>152</sup>GÓIS, Fernando. “Notícia (incompleta) sobre a literatura do café” in *O espelho infiel*. S.Paulo, 1966, p. 226 e ss.

## **CAPÍTULO II - A TEMÁTICA: CONCEPÇÕES DE RAÇA E CULTURA**

A leitura atenta do jornal literário *Terra Roxa e outras terras* publicado em 1926, permite identificar tópicos centrais de discussão, desenvolvidos por vários colaboradores, em momentos diversos da publicação. A análise desses tópicos revela como o jornal se insere em seu momento histórico, representando uma tentativa concreta de atuação dentro do quadro ideológico desse momento. Essa atuação se daria dentro do projeto modernista de intervenção social direta para a constituição de uma cultura 'genuinamente nacional', derivada dos tumultuados anos 20, período em que encontramos vários acontecimentos políticos e literários importantes. Um pequeno quadro desses acontecimentos nos possibilitará avaliar melhor as discussões presentes em *Terra Roxa e outras terras*.

### **2.1 - MOMENTO POLÍTICO-CULTURAL**

Do ponto de vista político, nos anos 20 ainda nos encontramos na República Velha, cujo poder era mantido pelo tradicional setor agroexportador, dominante economicamente no período principalmente através da produção cafeeira paulista e mineira. No entanto, a partir da década de 20, esse poder passa a ser questionado pelas oligarquias dos outros estados e pelos outros setores da economia nacional, a indústria e os produtores ligados ao mercado interno. Isto porque a manutenção do modelo agroexportador impedia a expansão desse setores, não por serem absolutamente incompatíveis — já que a indústria era fruto da economia agroexportadora e o mercado interno teve um grande crescimento com a vinda de mão de obra para o trabalho na produção cafeeira, que dinamizou o consumo — mas principalmente devido à falta de uma política governamental de apoio e incentivo a essas outras atividades econômicas. Em contraposição, o estado foi responsável por repetidas

políticas de valorização do café, ou seja, o estabelecimento de medidas para garantir o preço do café no mercado, a fim de que o setor cafeeiro não sofresse prejuízos.<sup>1</sup>

Obviamente o grande avanço alcançado pela indústria nacional e a quebra do setor cafeeiro na Crise de 29 significaram perda de poder para os cafeicultores que pretendiam manter o país sob um modelo econômico agroexportador.

Tais interesses conflitantes no bloco do poder provocaram acirradas disputas eleitorais e movimentos de revoltas que foram sufocados com o uso da força. Um desses movimentos foi o chamado Movimento Tenentista, que atravessa toda a década de 20 com sucessivos levantes até culminar na Revolução de 1930<sup>2</sup>, derrotando a República Velha e colocando Getúlio Vargas no poder. Este movimento de oficiais de nível intermediário do Exército representou a reação de alguns militares frente aos governos da República dominados, principalmente, pela hegemonia Minas - São Paulo. O programa de ação do movimento dirigia seu foco tanto para as Forças Armadas, numa ânsia de purificação da instituição, quanto para a sociedade. Embora com um programa ideológico confuso e por vezes de um nacionalismo ingênuo, o movimento conquistou a aprovação, ainda que não a adesão explícita, de parte da classe média emergente que buscava ascender ao poder e das oligarquias regionais que se uniram na derrubada do domínio político paulista.

O primeiro levante ocorreu em 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana (RJ) e foi abafado. Dois anos depois, a 5 de julho de 1924, em São Paulo explode uma nova revolta liderada por Isidoro Dias Lopes - General da reserva da Força Pública Paulista. Após a tomada de alguns quartéis e confrontos entre os revoltosos e as tropas do governo, em 27 de julho os primeiros deixaram a cidade de São Paulo, deslocando-se para o interior em direção a Bauru provocando a eclosão de revoltas tenentista em cidades do interior. Esse grupo fixa-se no Paraná e recebe em abril de 1925 um novo grupo de revoltosos

---

<sup>1</sup>Tais políticas consistiam em emissões de moeda, consecução de empréstimos em nome do governo para serem utilizados no setor cafeeiro, desvalorização cambial, etc. A primeira garantia aos cafeicultores foi oferecida pelo Convênio de Taubaté assinado em 1906. Embora não tivessem sido cumpridas integralmente, tais negociações garantiram empréstimos para o setor cafeeiro. A segunda valorização iniciada por volta de 1915 foi realizada com emissão de papel moeda pelo governo federal. A terceira valorização do café foi realizada entre 1921 e 1923 pelo governo de Epitácio Pessoa. Até que em 1924, a defesa do café foi transferida da União para o Estado de São Paulo através da criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. É importante apontar aqui o envolvimento de Paulo Prado nestas políticas de valorização do café, principalmente na segunda valorização, e na negociação que realizou com o Governo Francês por ocasião da Primeira Guerra Mundial através do Convênio Comercial Franco-Brasileiro em 1917, no qual o Brasil vendeu 2 milhões de sacas de café. Posteriormente, já no governo de Getúlio Vargas, foi nomeado para a presidência do Conselho Nacional do Café em abril de 1931.

vindos do Rio Grande do Sul, formando a Coluna Prestes que percorrerá o Brasil até 1927. O tenentismo não se extingue com esta coluna, já que fará parte posteriormente de alguns setores do governo de Vargas e terá a experiência do poder.

O jornal *Terra Roxa e outras terras* traz, ainda em 1926, faz comentários a respeito da revolta tenentista ocorrida em 1924, chamando o movimento de “A Isidora”, numa alusão clara ao seu líder. O primeiro a referir-se a ela e também ao conturbado momento político de 26 é Mário de Andrade num artigo em que polemiza com Sérgio Milliet. Criticando o paulista desde o início da colonização, chamando-o de “ararão e covarde” na Guerra dos Emboabas, Mário na verdade não chega a dizer aquilo que pensa a respeito do soldado paulista que participou da ‘Isidora’, justamente porque vivem num período em que críticas são “perigosas” — lembra o “estado de sítio” em que se vive — mas insinua que há muito a dizer sobre o soldado paulista:

“ (...) bom, inda é cedo pra comentar o procedimento dos paulistas durante a Isidora e a gente vive em estado-de-sítio. Porém eu que viví na rua observando revoltosos e legalistas tenho muito que contar sobre a psicologia do paulista.”<sup>3</sup>

Posteriormente, Alcântara Machado responde a essa crítica declarando que “a revolução de 1924 foi feita e unicamente vencida pelo soldado paulista. Só ele combateu de verdade, quer de um quer de outro lado.”<sup>4</sup>

Embora se refiram à Revolução de 24, nenhum dos dois autores deixa entrever qualquer juízo de valor a respeito do movimento tenentista. Seu interesse na polêmica incide sobre o julgamento da participação do paulista na luta armada.

No ano em que *Terra Roxa e outras terras* era produzido, terminava o difícil governo do mineiro Artur Bernardes (1922-1926), marcado pelo levante tenentista e por uma política de dura repressão para os padrões da época. Por isso Mário se refere ao constante “estado-de-sítio” no qual vivem.

Para o Partido Republicano Paulista (PRP), velho chefe político do estado, 1926 também é um ano decisivo, já que perde alguns de seus quadros e ganha uma oposição

---

<sup>2</sup>A Revolução de 30 representa a união do movimento tenentista com as oposições políticas da República Velha, união esta catalizada pela crise da economia cafeeicultora surgida com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

<sup>3</sup>ANDRADE, Mário de. “Carta Protesto” in *T.R.2*, p.4.

<sup>4</sup>MACHADO, Alcântara. “Colher Direita” in *T.R.3*, p.4.

no recém criado Partido Democrático. Este se diferenciava do PRP pelo programa mais liberal, pretendendo conquistar mais espaço político. Era composto por dissidências do PRP, no entanto, também ligadas ao setor cafeeiro. Fato revelador disto foi o partido ser presidido pelo conselheiro Antônio Prado, representante do grande capital cafeeiro paulista.

O PD era composto por profissionais liberais ou jovens filhos de fazendeiros de café, provenientes de famílias brasileiras tradicionais. Dele também participaram alguns membros de *Terra Roxa e outras terras* como: Prudente de Moraes Neto, um dos fundadores do PD, Paulo Prado, Sérgio Milliet, na gerência do Diário Nacional, órgão oficial do partido, fundado em 14 de julho de 1927.

Embora tivesse vínculos fora do setor agroexportador e buscasse ressaltar isso para opor-se ao PRP (identificado com a velha oligarquia cafeeira), o Partido Democrático não representava a emergência de novos setores como a indústria. Sua divergência em relação ao PRP era essencialmente política, pregando reformas liberais, como: voto secreto e obrigatório, representação da minoria, independência dos poderes, entrega da fiscalização eleitoral ao Judiciário — reformas que possibilitariam minar o poder político do PRP, para que o PD pudesse assumi-lo. Em relação à política econômica que favorecia claramente o setor cafeeiro, o Partido não apresentava quaisquer restrições. Contribuía na verdade para tal, ao apresentar uma imagem dos industriais como exploradores que viviam às custas de uma atividade econômica artificial para a realidade brasileira, vinculando-os, ainda, aos imigrantes, numa atitude completamente xenófoba.

A chamada República Velha foi marcada, portanto, pelo forte poder político alcançado pelo grupo agroexportador de São Paulo, que buscava a manutenção do poder através da garantia de uma autonomia cada vez maior para o seu estado. Pelo seu forte crescimento econômico, São Paulo apregoava sua superioridade política, econômica e cultural, fazendo grassar entre alguns políticos e intelectuais a tendência separatista. Com a perda do poder político ocasionada pela Revolução de 1930 e do poder econômico ocasionada pela queda do preço do café em 1929, a ideologia da superioridade paulista e da separação de São Paulo do Brasil voltam à tona na última reação esboçada por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932.

Esta Revolução, que se apresentava como defensora dos preceitos democráticos rompidos pelo golpe de estado e pedia a constitucionalização do país, também alardeava a superioridade de São Paulo em relação aos outros estados do Brasil, construindo então um campo fértil para o discurso separatista. A Liga Revolucionária Paulista, unindo inimigos políticos, incitava a “união das famílias paulistas” em “defesa dos interesses de São Paulo”, que se sentia excluído do governo federal. A participação de diferentes setores sociais, de cafeicultores à classe média, passando pelos industriais, era conseguida através da propaganda que atestava a superioridade do paulista através de símbolos como: “São Paulo é a locomotiva que carrega os outros estados”, ou da figura do bandeirante com sua coragem e seu papel na integração e desbravamento do continente. Sentindo-se como bandeirantes defendendo seu território, os paulistas saíram para a luta armada.

Participaram desta revolução alguns dos nomes mais importantes do movimento modernista e de *Terra Roxa e outras terras*, tais como: Mário de Andrade, Antonio de Alcântara Machado, Cândido Motta Filho, Guilherme de Almeida e Sérgio Milliet.

O envolvimento da intelectualidade do período com as principais questões de seu tempo, como não poderia deixar de ser, originou uma produção farta que abrangia vários campos: a história, a política, a sociologia, o jornalismo, e também a literatura. A atuação desta última enquanto fenômeno de interpretação e conhecimento da realidade brasileira possui tradição em nossa cultura.

*“Diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito”.*<sup>5</sup>

Muito embora reconheça o Modernismo como um momento de maior desenvolvimento de outras áreas do conhecimento<sup>6</sup> (com o respaldo e o intercâmbio com a literatura), Antonio Cândido afirma que a literatura “*permaneceu em posição-chave*”.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup>CÂNDIDO, A. “Literatura e Cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros)” in *Literatura e Sociedade - estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, 5ª edição, p.130.

<sup>6</sup>Da parceria com a sociologia, por exemplo, originaram-se obras de inegável valor, tanto literário quanto sociológico, como: *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Hollanda e *Casa-grande e Senzala* de Gilberto Freyre.

<sup>7</sup>CÂNDIDO, A. *Op. Cit.*, p.134.

## 2.1.2 - O MOVIMENTO MODERNISTA BRASILEIRO

Assim, no campo da literatura temos, na década de 20, a explosão do Movimento Modernista com a Semana de Arte Moderna em 1922. Este evento marcava o início de um movimento renovador no campo literário e artístico, instaurando a polêmica entre “passadistas” e “futuristas”. É importante salientar que essa renovação no campo das artes foi acolhida e patrocinada pela elite cafeeira paulista. Conforme Mário da Silva Brito:

*“A Semana de Arte Moderna foi patrocinada pelo escol financeiro e mundano da sociedade paulistana. Prestaram-lhe sua cooperação, Paulo Prado, Alfredo Pujol, Oscar Rodrigues Alves, Numa de Oliveira, Alberto Penteado, René Thiollier, Antônio Prado Júnior, José Carlos de Macedo Soares, Martinho Prado, Armando Penteado e Edgard Conceição. É interessante assinalar que o Correio Paulistano, órgão do PRP, do qual Menotti del Picchia era o redator político, agasalha os ‘avanguardistas’, com o consentimento de Washington Luís, presidente do Estado.”*<sup>8</sup>

Todos esses senhores eram representantes das famílias “quatrocentonas” paulistas, proprietárias do grande capital cafeeiro. Esta estreita ligação entre vanguarda e elite é percebida também por Antonio Candido, que acha *“curioso este caso de uma vanguarda político-cultural à sombra de uma situação oligárquica, que a aceitou e a apoiou”*.<sup>9</sup>

Justamente esta ligação é investigada por Carlos Eduardo O. Berriel<sup>10</sup>, que ao tratar especificamente da figura e obra de Paulo Prado, interpreta esta relação não como meramente casual ou “curiosa”, mas afirma que há por parte de Paulo Prado, enquanto representante do grande capital cafeeiro, um projeto nacional alicerçado obviamente num modelo de sociedade agroexportador, através do qual o Brasil alcançaria sua independência econômica e cultural. Por isso Paulo Prado teria sido o mentor principal da Semana de Arte Moderna e teria participado ativamente do Movimento Modernista, embora não fosse literato. Através de sua influência foi possível reunir nomes como Graça Aranha, eminente membro da Academia Brasileira de Letras, René Thiollier, e membros da elite econômica e cultural, em

<sup>8</sup>BRITO, Mário da S. “A Revolução Modernista” in *A Literatura no Brasil*. Direção de Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959., p. 455.

<sup>9</sup>CÂNDIDO, A. Prefácio, *Mário de Andrade por Ele mesmo*. São Paulo: EDART, 1971, p. XVI.

prol da causa modernista, possibilitando assim a realização da Semana de Arte Moderna num dos locais tradicionais de São Paulo, o Teatro Municipal e sua divulgação através de órgãos conservadores como o *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*.

O apoio às artes dentro do projeto de nação da elite cafeeira significaria uma tentativa de expressar através delas - objetos mais duradouros - uma visão de mundo próprio da classe que a elabora. O que essa classe buscava, além da emancipação político-econômica seria a “emancipação expressional” sintonizada com a modernidade. Carlos E. O. Berriel sintetiza o projeto da elite, representada na figura de Paulo Prado nas seguintes considerações:

*“A burguesia cafeeicultora, ao sonhar sua emancipação, esboçou a sua própria cultura. Se no início ela contentou-se em ser contemporânea da forma menos esforçada, o que significava acertar o passo com a vida cultural européia - o Teatro Municipal de São Paulo resume o dito - mais tarde ela buscará nada menos que a originalidade, erigindo suas idiossincrasias, seus presumidos característicos étnicos e um putativo primitivismo nacional em pontos nodais de sua particularidade, como momentos insofismáveis da realização de sua universalidade”.<sup>11</sup>*

A Semana de Arte Moderna seria um desses momentos marcados pela forte atuação e apoio dessa elite. Posteriormente a ela, a confecção de obras, a atuação em periódicos modernistas como patrocinadores ou como colaboradores diretos, a publicação de artigos em jornais como: *O Estado de São Paulo*, *O jornal do Commercio*, *Diário Nacional*, *Correio Paulistano*, entre outros; todas essas contribuições de vários membros ligados à cafeeicultura, revelam o compromisso dessa classe com o Movimento Modernista em São Paulo. Obviamente o movimento divide-se em variados grupos com interesses diversos no decorrer do tempo, mas é possível encontrar aspectos em comum com a ideologia apregoada pela classe dominante em alguns momentos do Modernismo, principalmente nas obras do grupo paulista. Isto porque, segundo José Murilo de Carvalho, referindo-se à intelectualidade paulista em seu estudo sobre as diferenças entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e suas diversas produções culturais:

<sup>10</sup>BERRIEL, *Tietê, Tejo e Sena: A Obra de Paulo Prado*. Tese de Doutorado, Campinas: IEL/UNICAMP, 1994.

<sup>11</sup>*Ibidem*, p.15.

“A intelectualidade que fez o Modernismo era socialmente muito homogênea, quase toda vinculada à burguesia”<sup>12</sup>.

As produções literárias surgidas nos anos próximos à publicação de *Terra Roxa e outras terras* (1926) mostram como o jornal encontra-se em sintonia com as discussões que o Modernismo colocara em pauta, nos anos posteriores à Semana de 22. As obras pautavam-se sobre questões como: raça e cultura; ampla pesquisa etnográfica e folclórica; além de um nacionalismo sempre matizado. Temos então as obras: *Meu e Raça* de Guilherme de Almeida (1925); *Toda a América* de Ronald de Carvalho (1926); *Vamos Caçar Papagaios* de Cassiano Ricardo (1926); *Clã do Jaboti* (1927) e *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade. Todas obras que literariamente tematizam o nosso complexo racial e cultural.

Além destas, há outras que se utilizam da mesma temática, mas que, de variadas formas, centralizam o enfoque no âmbito paulista, ora louvando o homem e o território paulista, ora apenas usando-os como tema. Nesse rol incluem-se: *O Estrangeiro* de Plínio Salgado (1927); *Brás, Bexiga e Barra Funda* de Alcântara Machado (1927) e *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo (1928). Saindo do âmbito literário e adentrando pelo ensaísmo histórico encontram-se ainda nesta mesma linha: *Paulística* (1925) e *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado, *Raça de Gigantes* (1926) de Alfredo Ellis Jr. e, posteriormente a 1930, a continuação do paulistismo de Cassiano Ricardo que desemboca no louvor ao café paulista, encontrado em *Marcha para o Oeste* (1943).

Consideremos então que o Modernismo presente em *Terra Roxa e outras terras* está amalgamado por todas estas questões, principalmente, porque o *Jornal Literário* não se propõe a uma discussão puramente estética, mas a uma diversidade de discussões culturais:

“Ao ente hipotético e incerto, para quem compomos este quinzenário, oferecemos, como numa bandeja caipira, o repasto variado e suculento que convem a um apetite virgem: crônica literária, crônica artística, crônica filosófica, crônica musical e teatral, ensaios de crítica, ensaios de história, criações de poetas, novelas, romances, todos os gêneros (...)”.<sup>13</sup>

<sup>12</sup>CARVALHO, José M. de. “Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro” in *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 20.

<sup>13</sup>Artigo da redação, “Apresentação” in *T.R.* 1, p.1.

Através das temáticas abordadas na lista de obras apresentada acima e nos artigos de *Terra Roxa e outras terras* podemos entrever quais eram as discussões daquele momento histórico.

No caso específico do Movimento Modernista, enquanto movimento literário, e das concepções estéticas que o regiam, encontramos *Terra Roxa e outras terras* filiado à discussões iniciadas pelo *Manifesto Pau-Brasil* de Oswald de Andrade, publicado em 1924. Nele Oswald afirma que o momento de ruptura havia sido extremamente importante, mas agora era necessário construir algo novo.

*“O trabalho da geração futurista foi ciclópico. Acertar o relógio império da literatura nacional. Realizada essa etapa, o problema é outro. Ser regional e puro em sua época.”<sup>14</sup>*

Propõe, então, a construção da arte verdadeiramente brasileira, que “cheire” Brasil, que fale de nossas coisas, que use a nossa língua.

*“A poesia existe nos fatos. Os casebres de açafião e de ocre nos verdes da Favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos.*

*O Carnaval no Rio é o acontecimento religioso da raça. Pau-Brasil. Wagner submerge ante os cordões de Botafogo. Bárbaro e nosso. A formação étnica rica. Riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá o ouro e a dança.”<sup>15</sup>*

Apregoa também o retorno às questões históricas fundamentais do país, citando a “*história bandeirante*” e erigindo a necessidade de recuperação do indígena como figura primordial da poesia Pau-Brasil, o representante da nossa “*originalidade nativa*”. Sejamos então:

*“Bárbaros crédulos, pitorescos e meigos. Leitores de jornais. Pau-Brasil. A floresta e a escola. O Museu Nacional.”<sup>16</sup>*

<sup>14</sup>ANDRADE, Oswald. “Manifesto da Poesia Pau-Brasil” in TELES, G. Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. 10a. ed., Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 330.

<sup>15</sup>*Ibidem*, p. 326.

<sup>16</sup>*Ibidem*, p. 331.

Examinando então o jornal literário *Terra Roxa e outras terras*, identifica-se o desenvolvimento dessas questões fundamentais apontadas por Oswald de Andrade.

A primeira delas é a diferença entre o momento modernista de 22 e os novos rumos tomados pelo momento atual, de 26, que pode ser exemplificada pelas palavras de Sérgio Milliet, ao analisar *Losango Cáqui* de Mário de Andrade<sup>17</sup> — obra que foi escrita em 1922 e revista para ser editada em 1926. Segundo o crítico, a leitura da obra de Mário de Andrade:

*“obriga a gente a se colocar em duas épocas diferentes (...) Para o passado, isto é, 1922, é ecêlente. Livro sem defeito para o modernista de então (...) E agora acho estes poemas do Losango Cáqui desiguaes. E até meio passadistas.”*<sup>18</sup>

Neste momento Sérgio Milliet critica o exagero da ruptura formal, já que busca na obra o que ela teria de “brasileirismo estético” e não mais a ruptura estética. Portanto, as definições acerca do que é o moderno estão estreitamente vinculadas ao que o grupo paulista chama de ‘brasileirismo’, ou um ‘nacionalismo estético’, conforme já apontamos no capítulo anterior.

Delimitada a diferença entre 22 e 26 a partir da categoria estética de busca do brasileiro, *Terra Roxa e outras terras* realiza a exploração de alguns dos itens apontados por Oswald de Andrade, tais como: a recuperação histórica, principalmente da história paulista com as figuras de Anchieta e dos Bandeirantes, efetuando inclusive uma nítida identificação entre características dessas figuras históricas e do movimento modernista.

A característica do movimento modernista de ‘explorador’ é utilizada para classificar a atuação de Anchieta. Sérgio Milliet, no artigo denominado “30 saccas de café”, afirma:

*“A figura venerada do padre Anchieta é também uma figura de modernista (...) No seu tempo foi um futurista (...) Um parnasiano não teria fundado S. Paulo”*<sup>19</sup>.

Anchieta e os bandeirantes são denominados “modernos” para seu tempo e os atos inéditos, modernos portanto, são considerados como de “bandeirantes” pela ousadia.

<sup>17</sup>Seção de Poesia in *T.R.3*, p.3.

<sup>18</sup>MILLIET, Sérgio. “*Losango Caqui* por Mário de Andrade”, Seção de Poesia in *T.R.3*, p.3.

Por isso a atitude da Academia Brasileira de Letras de nomear um poeta inédito para uma de suas cadeiras é definida da seguinte forma: "... a Academia Brasileira de Letras acaba de demonstrar que também possui o espírito neo-bandeirante da época."<sup>20</sup> Inclusive o próprio jornal literário é apresentado como um 'bandeirante': "Parece que este jornal, ao nascer, dá prova de uma coragem digna de Anhanguera"<sup>21</sup>.

Vinculadas a essas temáticas históricas, principalmente à figura dos bandeirantes, apresentam-se discussões sobre 'raça' e 'cultura', recuperando como positivas as influências indígenas combinadas com as portuguesas, que geraram o bandeirante.

Percebemos então que *Terra Roxa e outras terras* realiza algumas das propostas do *Manifesto Pau Brasil*, filiando-se, portanto, a este grupo por sua temática. Além disso, alguns colaboradores procuram deixar patentes as diferenças entre o grupo de *Terra Roxa e outras terras* e outros grupos. Paulo Prado é um deles. No artigo de apresentação do jornal literário, já expressa a questão:

"Os trabalhos publicados obedecerão a uma linha geral chamada do espírito moderno, que não sabemos bem o que seja, mas que está patentemente delineada pelas suas exclusões."<sup>22</sup>

Nesta afirmação pode-se encontrar tanto o sentido de ruptura que marcou o surgimento do movimento modernista em 22 — caso se interpretem as *exclusões* em relação aos que não concordavam com os preceitos modernistas —, quanto as dissensões internas do grupo modernista inicial, já acirradas em 1926 — interpretando-se as *exclusões* em relação àqueles que não faziam parte do grupo de *Terra Roxa e outras terras*.

Confirmando esse segundo aspecto, observa-se novamente Paulo Prado referindo-se à questão, em seu discurso de entrega da carta de Anchieta ao Museu Paulista. Ao elogiar a iniciativa de *Terra Roxa e outras terras* em promover a subscrição para a compra da Carta de Anchieta, o autor declara:

"O pequeno grupo que redige a revista "Terra Roxa e outras terras" é a vanguarda do espírito moderno brasileiro."<sup>23</sup>

<sup>19</sup>MILLIET, Sérgio. "30 saccas de café" in *T.R.5*, p.3.

<sup>20</sup>*T.R.5*, p.4.

<sup>21</sup>*T.R.1*, p.1.

<sup>22</sup>*T.R.1*, p.1.

<sup>23</sup>PRADO, Paulo. "Discurso de Entrega da Carta de Anchieta ao Museu Paulista" in *T.R.5*, p.1.

Desta forma qualifica o grupo de *Terra Roxa* como aquele que representa o espírito moderno.

Diferentemente de Paulo Prado, identifica-se, nas afirmações de Sérgio Milliet, uma tentativa de apresentar o movimento modernista com um caráter mais abrangente, estendendo-o para fora do grupo paulista:

*"Raro e significativo. Movimento rejuvenecedor, revigorante, que já triunfou lindamente em Minas e se espraia pelo Norte atento".<sup>24</sup>*

Além disso, procura delinear-lo como um corpo único, apesar das diferenças:  
*"Poetas primitivos, poetas nacionalistas, filósofos, violeiros, o grupo moderno é um conjunto homogêneo, como o Brasil onde a pluralidade de climas e de naturezas não consegue arreventar a unidade da raça".<sup>25</sup>*

Ao mencionar os poetas primitivos, o autor provavelmente refere-se ao grupo Pau-Brasil, assim chamado por muitos críticos; já os "nacionalistas" são provavelmente aqueles vinculados ao grupo Verdeamarelo. Nesta afirmação de Milliet encontramos a tentativa de união, que revela, no entanto, a dissensão.

O modernismo proposto por *Terra Roxa e outras terras* é este. Marcado pelas divisões internas do grupo inicial que teria realizado a ruptura com o momento artístico anterior e que se pretendia, neste momento, um construtor de outro momento artístico-cultural, vinculado a questões sociais e políticas.

## **2.2 - A TEMÁTICA**

Pela temática das principais obras dos colaboradores de *Terra Roxa e outras terras* podemos perceber que o jornal representa na verdade um resumo do que seus principais colaboradores estavam pensando no período.

No entanto, a análise atenta dos artigos do periódico nos revela que, apesar da variedade de assuntos e de colaboradores, há um centro organizativo a partir do qual os

<sup>24</sup>MILLIET, Sérgio. "TODA A AMÉRICA" por Ronald de Carvalho" in *T.R.4*, p.4.

artigos são escritos. Pode-se dizer que há um conjunto de idéias definidas regendo o jornal literário que, embora dispersas, podem ser recuperadas através de um trabalho de reunião, em tópicos, da argumentação básica do jornal. Argumentação comprovada através de citações dos colaboradores que discutiram as questões. Para revelá-la e promover sua análise realizaremos um agrupamento em tópicos centrais de discussão denominados: *raça, cultura, brasileiro, imigrantes, bandeirantismo, Anchieta e paulistanidade*.

A divisão da temática do jornal em itens é necessária para uma exposição clara da reflexão, presente nele, acerca de cada um dos temas identificados. Esta divisão, no entanto, não se constitui em tarefa fácil, visto que os tópicos estão fortemente entrelaçados, em torno de uma questão principal, qual seja, a defesa da paulistanidade. Esta temática direciona as demais discussões e define a própria publicação, começando pelo nome: *Terra Roxa* é a terra do oeste de São Paulo, propícia ao plantio do café, descoberta depois da decadência da atividade cafeeira no Vale do Paraíba, responsável pelo reavivamento da produção cafeeira até alcançar o apogeu de carro-chefe da economia brasileira. Por isso o termo *terra roxa* indica tanto natureza (massapê), quanto região (o oeste paulista), quanto atividade econômica (a produção cafeeira).

Natureza e região correspondem ao meio que, atuando sobre o ser humano, constitui a raça. A atividade econômica representa a atuação da raça sobre o meio e, no caso da produção cafeeira, o sucesso dessa atuação. Segundo as concepções de raça e cultura correntes no período, originárias de teorias positivistas e identificadas em *Terra Roxa e outras terras*, deduz-se que desses aspectos amalgamados (simbolizados pelo título do jornal literário) surge a elite paulista cafeeira, superior, fruto da terra roxa - como o café. Portanto o conceito de raça passa a constituir-se não apenas do caráter biológico, mas também do caráter social. Assim, raça substitui oligarquia regional.

Além disso, o título do periódico constrói-se com uma segunda parte — “e outras terras” — o que leva à compreensão da centralização do poder em *Terra Roxa*, seguido de uma secundarização para *as outras terras*. Em nossa análise, portanto, o primeiro plano é destinado à oligarquia paulista (*Terra Roxa*), restando o segundo plano para as outras camadas sociais ou, quiçá, outras oligarquias (outras terras).

---

<sup>25</sup>MILLIET, Sérgio. “TODA A AMÉRICA . por Ronald de Carvalho” in *T.R.4*, p.4.

Serão apresentadas, neste capítulo, as concepções de raça e cultura presentes em *Terra Roxa*, por constituírem-se em questões gerais que perpassam a análise dos outros itens, mais específicos, tais como: o brasileirismo, os imigrantes, o bandeirantismo, a própria figura de Anchieta e obviamente a questão centralizadora de todos os itens, a paulistanidade. As noções de raça e cultura são embasadoras das demais, por isso são apresentadas primordialmente.

### 2.2.1 - RAÇA

No século XIX e nas três primeiras décadas do século XX este tema - a raça - esteve presente no centro dos debates sobre a construção da nação brasileira. Primeiramente foi considerada sob a regência da inflexão romântica que pretendia constituir as peculiaridades nacionais, opondo-se à influência portuguesa. O movimento de independência intelectual do país, que desencadeou a Independência política, mobilizava toda classe de intelectuais em busca da construção da nação brasileira. Para tanto era necessário definir-se o caráter nacional e constituir-se o “povo brasileiro”. Como os padrões europeus acentuavam seu padrão étnico estabilizado e “superior”, bem como sua geografia diversa, os intelectuais nacionais viam-se diante de obstáculos intransponíveis para colocar-se em igualdade de condições. Assim, dialogavam diretamente com teorias européias de raça e cultura, algumas vezes procurando adaptá-las à realidade nacional, outras rejeitando-as simplesmente. Mas não poderiam jamais deixar de considerá-las, ainda que para negá-las, pois eram o referencial teórico de que dispunham na época.

É assim que buscam na composição étnica nacional um elemento que pudesse ser nomeado ‘raça pura’ e fosse genuinamente brasileiro: o indígena. O indianismo romântico, cantado em verso e prosa, não constituiu, no entanto, a imagem do índio verdadeiro (etnograficamente composto), já que apresentava características morais e costumes do europeu, sendo completamente idealizado.

A aceitação dos preceitos teóricos importados, obviamente eram os únicos disponíveis, revela-se também na aceitação incontestada do mito das três raças “tristes” – mito surgido justamente no período romântico com a “sugestão” de Karl Friedrich Martius de “Como se Deve Escrever a História do Brasil”. Este artigo, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1845<sup>26</sup>, apontava a importância das três raças (branco-negro-índio) como fator histórico na formação da nacionalidade brasileira. Seu autor via cada uma das três raças como um “motor especial” que “*encontrando-se e fundindo-se*” em “*recíproca penetração deverão produzir o novo tipo étnico que será o habitante do Brasil.*”

Martius propunha uma compreensão da história do Brasil constituída a partir desse referencial, marcado por sua matriz européia e aceito pelos intelectuais brasileiros do seu período e de épocas posteriores. Obviamente, não é possível negar a presença empírica dos três elementos - branco, negro e índio - na formação social brasileira, mas o reconhecimento deste fato não implica, necessariamente, no seu uso como recurso ideológico. O triângulo das três raças tornou-se parte de uma ideologia dominante, aceita tanto pelos intelectuais quanto pelo povo, a qual promovia “*a junção ideológica básica entre um sistema hierarquizado real, concreto e historicamente dado e a sua legitimação ideológica num plano mais profundo.*”<sup>27</sup> Tinha por objetivo além de legitimar a distribuição social desigual, promover a especificidade do caso brasileiro, no qual as três raças se encontravam harmoniosamente. Embora, do ponto de vista biológico, a raça, para o gênero humano, ainda seja um conceito pouco definido, relacionando-se à variação genética e adaptativa de uma mesma espécie, no Brasil o conceito passa a ser composto de etnia e cultura, e, devido a características históricas, ligado a papéis sociais. Afinal, no Brasil do século XIX, o conceito de raça mescla-se ao de classe social.

Partindo desse pressuposto, vários autores tematizaram a questão racial brasileira no decorrer de nossa história. Primeiramente os românticos no século XIX e posteriormente Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Alberto Torres, Graça Aranha, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre. Alguns deram ênfase a aspectos como o processo de branqueamento, degenerescência e evolução da

<sup>26</sup>MARTIUS, K. F. “Como se Deve Escrever a História Brasil” in *Revista Trimestral de História e Geographia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 24, janeiro de 1845, p. 50 ss.

<sup>27</sup>DA MATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 63.

raça, caráter positivo ou negativo da mestiçagem, outros ao papel das raças no desenvolvimento histórico, à questão da imigração. No entanto, todos tinham em comum a relação estabelecida entre raça e meio.

Este binômio que foi determinante para as concepções destes intelectuais acerca da constituição da nação brasileira é transplantado para a realidade nacional a partir de considerações de autores como Herder, Renan, Gobineau, Taine, e outros. O primeiro, filósofo da história do período romântico, afirmou claramente sua compreensão da relação raça-meio da seguinte forma:

*“Como ser natural, o homem está dividido nas várias raças que constituem a humanidade, encontrando-se cada uma delas estreitamente relacionada com o seu ambiente geográfico e possuindo características físicas e mentais originais, moldadas pelo meio”.*<sup>28</sup>

Apesar de afirmar essa relação, acreditava que, depois de formada, a raça poderia ser transplantada para outro meio, permanecendo a mesma devido a suas particularidades inatas.

Outro romântico, agora de talhe francês, Renan, também acreditava nesta relação e articulava raça e cultura afirmando que o desenvolvimento de um dado povo era fruto de homens eleitos, superiores dentro de uma mesma raça, que construiriam a história. Admitia que as raças apresentavam influxos característicos espirituais e religiosos.

Saindo agora do panorama romântico e adentrando ao cientificismo chegamos ao Conde de Gobineau e o seu *Essai sur l’Inégalité des Races Humaines* (1853-1855). Neste trabalho, segundo Skidmore, o racismo é justificado cientificamente. A diferenciação biológica entre as raças compõe-se de tipos acabados cujas especificidades nunca mudam, enquanto a raça permanece pura. Podem desenvolver-se e progredir, mas permanecem as mesmas em essência. No entanto a miscigenação pode destruir estas especificidades e degenerar as raças. Por isso, após conhecer o Brasil e sua diversidade étnica,

---

<sup>28</sup>HERDER. *Idéias para a Filosofia da História Humana*. apud BERRIEL, *Op.Cit.*, p.56 -57.

Gobineau previu para o país um fim drástico: caso a mistura de raças continuasse indiscriminadamente, a população nativa desapareceria.<sup>29</sup>

Ainda no paradigma determinista, mas transpondo-o para o campo literário, uma das principais referências a respeito da relação raça-meio é o francês H.A. Taine, autor da *História da Literatura Inglesa*. Tratando da forma de considerar a literatura e outras manifestações artísticas, Taine relaciona três forças primordiais que constituem o estado elementar de moral de um homem: a raça, o meio e o momento. Define raça como “as disposições hereditárias e inatas que o homem traz para o mundo e que via de regra são unidas a diferenças visíveis no temperamento e na estrutura do corpo”<sup>30</sup>. Já o meio, tanto físico quanto social, pode confirmar ou modificar uma tendência inata da raça. E estes dois fatores aliam-se ainda ao momento, que é fruto de circunstâncias produzidas pelo trabalho humano. Assim as tendências inatas da raça e as circunstâncias do meio não operam sobre uma tábula rasa, mas sobre um solo no qual algumas marcas já estão impressas pelo momento no qual o artista nasceu. O autor assegura aqui o lugar da tradição dentro da literatura.

Retornando aos autores nacionais que, influenciados por todas essas teorias, consideraram o binômio raça-meio, verifica-se que cada um deles estabelece um problema diverso. Para Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, guardadas as devidas diferenças em relação ao objeto de análise dos dois estudiosos, a existência de diferenças climáticas e geográficas no território brasileiro origina diferentes tipos étnicos que impossibilitam a constituição de um tipo nacional comum. Portanto, a ‘raça brasileira’ seria uma utopia.

Em sua obra *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*<sup>31</sup> (1894), Nina Rodrigues estuda os negros brasileiros ‘comprovando’ sua inferioridade racial, requisitando inclusive um código penal específico para eles, já que não poderiam ser julgados pelos preceitos morais de uma raça superior. Prossegue ainda afirmando a heterogeneidade

<sup>29</sup>Gobineau veio para o Brasil em 1870 como diplomata francês. Nas cartas que escreveu durante o tempo que permaneceu no país deixa claro seu desagrado em permanecer aqui. Julgava o país culturalmente estagnado, repleto de uma população manchada pela miscigenação e por isso mesmo assustadoramente feia. Além disso vivia apavorado com a idéia de contrair qualquer uma das inúmeras moléstias do país, como a febre amarela, por exemplo. Apesar de sua amizade com o Imperador foi removido do país em 1896, após ter se envolvido em um conflito de rua com um genro de um senador brasileiro. in SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 45-47.

<sup>30</sup>TAINÉ, H.A. “Introduction” in *History of English Literature*. Vol. I, Grosset & Dunlap, Publishers, New York.

<sup>31</sup>RODRIGUES, Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. 3a. ed., São Paulo, 1938, apud FONSECA, Ana Maria M. *Das Raças à Família: um debate sobre a construção da Nação*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992, p.72.

(racial e cultural) da população brasileira que se revelaria na porcentagem diversa das raças nas várias regiões do país, provocando diferenças essenciais entre as regiões realçadas ainda pela diversidade física e climatológica de cada uma delas. Tais fatores o fariam declarar: “*Não acredito na unidade ou quase unidade étnica presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Silvio Romero*”<sup>32</sup>

Euclides da Cunha elabora raciocínio semelhante em sua grandiosa obra *Os Sertões*<sup>33</sup> (1902), na qual relata a campanha de Canudos e tece considerações acerca do nordestino e dos demais tipos étnicos nacionais. Afirma que no Brasil não há uma raça unitária. A variedade de tipos deve-se à heterogeneidade racial, aos cruzamentos, ao meio físico e à variedade de situações históricas que, em grande parte, são resultado das condições do meio físico. Encontra no país a existência de três *habitats* com distintos tipos humanos. Por isso declara ser impossível a existência de um único tipo nacional.

Graça Aranha, em *Canaã* (1902)<sup>34</sup>, apresenta seus personagens divididos frente a esta discussão da possibilidade de existência de uma raça brasileira, apesar da exuberância e diversidade do meio físico. Os personagens principais, dois imigrantes alemães, Lentz e Milkau, representam posições opostas em relação a esta questão e dialogam longamente acerca dela. Milkau admite a possibilidade de uma união frutífera de duas raças através da mediação da natureza. Seria possível formar uma raça brasileira ideal pela junção com o imigrante:

“*Nós renovaremos a nação, nos espalharemos sobre ela, a cobriremos com nossos corpos brancos e a engrandeceremos para a eternidade*”.

A resposta de Lentz é reveladora de seu pensamento:

“*(...) e por ora nós somos apenas um dissolvente da raça desta terra. Nós penetramos na argamassa da nação e a vamos amolecendo; nós nos misturamos a este povo, matamos as suas tradições e espalhamos a confusão...*”<sup>35</sup>

No romance *Canaã* a posição de Milkau é a que exprime melhor a atitude de Silvio Romero, grande debatedor da questão. Sua tese é a de que independentemente da

<sup>32</sup>*Ibidem*, p.73.

<sup>33</sup>CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 14ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

<sup>34</sup>ARANHA, Graça. *Chanaan*. 10ª edição, Rio de Janeiro: F. Brigueit & Cia. Editores, 1949.

<sup>35</sup>ARANHA, Graça. *Op. Cit.*, pp. 27 - 28.

variedade de paisagens existentes no país, é possível criar-se com a evolução dos tempos e o mestiçamento adequado a unidade racial brasileira. Desse mestiçamento o tipo branco sairá vitorioso e revigorado, pela completa aclimatação no ambiente.

*"Dois fatos contribuirão largamente para esse resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a imigração européia"*<sup>36</sup>

Da leitura de *Terra Roxa e outras terras*, podemos depreender também o binômio raça-meio. Os colaboradores que discutem o assunto admitem que o meio atua na formação da raça, conforme revela a afirmação de A. de Alcântara Machado: *"O meio excelente produziu o homem forte que fez a civilização estupenda"*<sup>37</sup>.

Esta atuação está presente, também, no elogio que Sérgio Milliet faz à obra de Ronald de Carvalho, *Toda a América*<sup>38</sup>, apontando que as características brasileiras presentes na obra:

*"denotam uma raça formada, definitiva, grande. Forte e bela porque conseguiu essa maravilha de vencer o meio inóspito e de, diante das rudezas do caminho, cantar a alegria da luta."*

A raça teria então períodos de formação e sua evolução ocorreria a partir da relação organismo e meio. Partindo desse raciocínio é possível dizer que se a raça não vence o meio inóspito, não pode florescer. Foi também o que concluiu Thomas Buckle, um historiador do século XIX, a respeito do Brasil, despertando a ira de Sílvio Romero. Para Buckle a exuberância da natureza brasileira impediria a formação de uma civilização nacional, porque suplantaria o homem e dificultaria a fixação da cultura européia, superior, ocasionando o atraso brasileiro em relação a essas civilizações.

Sílvio Romero critica a posição de Buckle, assumindo algumas de suas formulações, mas refutando a impossibilidade de surgimento da raça brasileira, isto porque Romero tinha como ideal a possibilidade de que ocorresse um branqueamento da raça

<sup>36</sup>ROMERO, Sílvio. *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*. Rio de Janeiro, 1880, p. 72 *apud* SKIDMORE, Thomas E. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>37</sup>MACHADO, Alcântara. "Colhér Direita" in *T.R.3*, p.4.

<sup>38</sup>*T.R.4*, p.4.

brasileira através da miscigenação constante com imigrantes, do desaparecimento progressivo dos índios e também do fim do tráfico negreiro.

Diferia, dessa forma, de Nina Rodrigues, que afirmava não ser possível o surgimento de um 'produto' de boa qualidade da mestiçagem, já que, conforme apontamos, os negros eram de uma raça primitiva e jamais alcançariam um grau de civilização adequado, pois estariam em atraso permanente em relação às raças brancas.<sup>39</sup>

*Terra Roxa e outras terras* também discute a questão dos negros, referindo-se no entanto aos negros americanos, em um artigo da redação intitulado "Outras Terras"<sup>40</sup>. Neste artigo comenta-se um movimento dos negros norte-americanos de busca de suas raízes africanas, exibindo duas posições frente ao movimento. A primeira delas é expressa pelo poeta negro Langston Hughes que defende o movimento:

*"Ora, a nova jeração afroamericana está empenhada em dar à sua literatura e à sua arte o cunho típico, racial, afastando-se quanto possível, da influencia avassaladora dos brancos. Ela procura recompor a imagem viva, original, que os seus antepassados trouxeram da África, aquela imagem psíquica primitiva que uma longa exposição em meio estranho foi descolorindo (...) A nova jeração afroamericana está se esforçando seriamente para trazer à tona aquella nota primitivista da raça, a imagem antiga, domestica, familiar, que o meio e o tempo amarfanharam".<sup>41</sup>*

A segunda posição é defendida por George Schuvler, colaborador de um jornal negro (não nomeado no artigo), que argumenta contra a possibilidade de recuperação de uma arte primitiva negra:

*"Sofrendo a pressão intensa de um meio inteiramente diverso, os actuaes descendentes dos escravos africanos só podem fazer uma arte americana (...) Entretanto, Schuvler não nega que o Jazz, os blues, o charleston e aquelles cantos e canções, conhecidas sob a denominação de "spirituals" sejam uma contribuição característica dos afroamericanos. O que ele nega é que seja característica e expressiva da raça negra em geral."*

<sup>39</sup>RODRIGUES, Nina. *Op. Cit.*, apud FONSECA, Ana Maria M. *Op. Cit.* pp. 73-74.

<sup>40</sup>T.R.7, p.1.

<sup>41</sup>"Outras terras" in T.R.7, p.1.

Nas citações acima encontramos a presença de concepções que foram abordadas também por dois autores da filosofia alemã, Spengler e Keyserling, divulgados no Brasil nas décadas de 20 e 30. Oswald Spengler e o conde Hermann Von Keyserling<sup>42</sup> (este promovendo uma releitura otimista da obra de Spengler) foram citados por alguns intelectuais do período em suas teorizações sobre raça e cultura, como Menotti del Picchia<sup>43</sup>, por exemplo. Também o complexo *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, teria sido influenciado por esses filósofos, através da articulação de noções como: “a relação entre cultura e meio geográfico; binômio cultura-civilização; a noção de caráter nacional; a noção de raça como fator cultural”<sup>44</sup>, etc., todas elas encontrando similitude com as teorias de Spengler e Keyserling.<sup>45</sup>

Retornando à análise do artigo sobre os negros americanos, temos que tanto para Spengler quanto para Keyserling os povos são unidades espirituais e, enquanto se definem como raças, são seres de natureza cósmica, psíquica, instintiva, que recebem seu caráter definidor da paisagem. Essa mesma concepção está presente nas citações acima quando os críticos americanos afirmam que os negros procuram recuperar a “imagem psíquica primitiva da raça que o meio (estranho) e o tempo amarfanharam”. No entanto, o próprio artigo instaura a polêmica sobre esse ponto, já que o crítico George Schuvler, numa formulação spengleriana, afirma não ser possível essa recuperação pois os negros americanos só podem produzir uma arte afro-americana.

#### Segundo Spengler:

<sup>42</sup>O filósofo Hermann Keyserling esteve no Brasil em março de 1929, sendo hospedado por Tarsila do Amaral. Flávio de Carvalho refere-se à visita: “Lembro-me de uma reunião na casa de Tarsila, memorável. Champanhe francesa, fartamente. Tarsila, deitada numa rede, recebendo. Era em homenagem ao conde Keyserling. A festa foi até as 6 quando, me lembro, fomos tomar café da manhã no Moreira, na Praça Júlio Mesquita” in AMARAL, Aracy. *Tarsila - Sua Obra e Seu Tempo*. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.264.

<sup>43</sup>Menotti del Picchia, em um texto de 1954, confirma a presença desses autores no fervilhar de idéias do período: “O mundo sofrera um cataclismo. A revolução da técnica anunciada por Keyserling fazia, após a guerra, desmontar-se o velho cenário europeu como um fundo de teatro cujos autores iriam representar outra peça. Spengler registrara a queda dessa velha civilização sobrevivendo espectralmente a um tipo de cultura já morio. (...) Para dar consciência a essa revolução é que um grupo de artistas de São Paulo realizou, em 1922, a hoje histórica “Semana de Arte Moderna”. Foi esse o marco divisor entre duas mentalidades, ou melhor, o início consciente de uma nova quadra de civilização PICCHIA, Menotti del. “O Modernismo”, artigo especial para A GAZETA. São Paulo, 12 de outubro de 1954, apud BERRIEL, C. E. O. *Dimensões de Macunaíma. Filosofia, Gênero e Época*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IEL/UNICAMP, 1987, anexo II, p.184.

<sup>44</sup>BERRIEL, C. E. O. *Dimensões de Macunaíma. Filosofia, Gênero e Época*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IEL/UNICAMP, 1987, p. 50.

<sup>45</sup>O autor inclui ainda, anteriormente a Spengler, numa linha de continuidade histórica e teórica, o nome de Herder, o primeiro filósofo da história de talhe romântico.

*“os idiomas podem deslocar-se, ao contrário da raça, a qual recebe o seu caráter da paisagem. Quem se desloca são homens pertencentes a determinada raça, que, em outro solo, pode converter-se em outra raça.(...) É uma adaptação metafísica das almas”.*<sup>46</sup>

Sendo assim, a produção afro-americana não poderia ser identificada como produção da raça negra. Isto porque Spengler estabelece uma ligação essencial entre raça, meio e cultura<sup>47</sup>, dentro do seu esquema teórico, que enxerga a História Universal como um:

*“espetáculo de múltiplas culturas poderosas, a brotarem com cósmico vigor do seio de uma região maternal, à qual todas elas permanecem ligadas, rigorosamente por todo o curso da sua existência.”*<sup>48</sup>

Para o autor essas culturas obedecem a um ciclo vital, como um organismo, por isso *“cada cultura tem suas próprias possibilidades de expressão, que se manifestam, amadurecem, definham e nunca mais ressuscitam.”*<sup>49</sup>

Se cada meio é responsável pela formação de uma raça e cultura diferentes, é natural que se possa admitir a existência de características específicas de certas raças, moldadas pelo meio, bem como a existência nas expressões culturais de um estilo específico, *“o estilo próprio dessa cultura”*<sup>50</sup>.

Encontramos essa mesma concepção em outro artigo de *Terra Roxa*: a crítica que Sérgio Milliet faz da obra de Ribeiro Couto. Para o crítico, Ribeiro Couto, Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida *“...têm na sua poesia o que há de mais tradicional na raça: respectivamente a melancolia, o idealismo e o brilho”*<sup>51</sup>. Portanto, Milliet encontra nas expressões artísticas as características definidoras da raça brasileira.

No número sete de *Terra Roxa*, Mário de Andrade, comentando três livros do escritor argentino Salas Subirat<sup>52</sup>, diz que:

<sup>46</sup>SPENGLER, Oswald. *La Decadencia de Occidente. Bosquejo de una morfología de la Historia Universal*. Trad. Manuel G. Morente, Segunda Parte, Perspectivas de la Historia Universal, vol. III, Espasa-Calpe, S.A: Madrid, 1944, p. 169.170.

<sup>47</sup>Essa afirmação de Spengler, bem como a suas considerações sobre o valor da habitação, serão discutidas por Gilberto Freyre na elaboração de *Casa-Grande e Senzala*, publicado em 1933. O que nos mostra, mais uma vez, que o autor era um referencial teórico para alguns intelectuais da época.

<sup>48</sup>SPENGLER, Oswald. *La Decadencia de Occidente. Bosquejo de una Morfología de la Historia Universal*. Primeira Parte, Forma y Realidad, Volumen I, trad. por Manuel G. Morente, 6a. edição, Madrid: Spasa-Calpe S.A., 1944, p.38.

<sup>49</sup>*Ibidem*, p. 38.

<sup>50</sup>SPENGLER, O. *Op. Cit.* p.311.

<sup>51</sup>Milliet, Sérgio. “Um homem na multidão - por Ribeiro Couto” in *T.R.*6, p.3.

<sup>52</sup>ANDRADE, Mário, “*La Ruta Del Miraje, Pasos En La Sombra e Marinetti*” in *T.R.*7, p.2.

*"A iniciativa individual é tão inata nas nações latinas e uma circunstância tão propícia ao estágio de civilização da América (...) que uma reorganização comunista de governo na Europa latina ou na América me parece pelo menos inoportuna já."*<sup>53</sup>

Dessa forma Mário de Andrade amplia a atuação do conceito de características definidoras da raça para além do campo cultural, atingindo também a esfera política.<sup>54</sup>

Novamente aqui encontramos ressonâncias de Spengler, o qual justifica questões sociais e políticas a partir dos conceitos de raça e cultura. Segundo ele:

*"nações são povos que tenham o estilo de determinada cultura (...) Não é somente o vigoroso sentimento de "nós" o fator que liga intimamente essas grandes coletividades (...) a nação está fundada sobre uma idéia."*<sup>55</sup>

No entanto, esta 'idéia' não surge em um momento qualquer ou por um homem qualquer. Pois,

*"(...) O despertar de uma nação terá lugar numa determinada classe, que tiver a alma mais forte e se impuser às demais pela sua força vital e sentimental. Perante a história, cada nação é representada por uma minoria."*<sup>56</sup>

Posteriormente, no desenrolar de seu raciocínio afirma textualmente que existe uma *"estrutura natural das classes sociais"*<sup>57</sup>, realçando a primazia inicial da nobreza rural. O autor justifica então a existência de uma aristocracia cujo poder é respaldado pela íntima relação com a terra e sua cultura.<sup>58</sup>

Outro pressuposto básico acerca do conceito de raça, que consta dos artigos de *Terra Roxa e outras terras*, é uma gradação das raças entre primitivas e civilizadas,

<sup>53</sup> *Ibidem.*

<sup>54</sup> Este artigo é comentado por Telê Porto Ancona Lopez como um momento revelador da preocupação do autor com o comunismo. Segundo a autora, Mário *"Transfere a organização russa justificada por Subirat para os povos latinos e a hipótese o assusta."* in *Mário de Andrade: Ramais e Caminho*. São Paulo: Duas Cidades, 1972, p. 48.

<sup>55</sup> SPENGLER, O. *Op. Cit.* 2a. Parte, vol. III, p. 241.

<sup>56</sup> SPENGLER, O. *Op. Cit.* 2a. Parte, vol III, p. 292.

<sup>57</sup> SPENGLER, O. *Op. Cit.* 2a. Parte, vol III, p. 385.

<sup>58</sup> É bom lembrar que no célebre ensaio "O Movimento Modernista", Mário de Andrade, caracterizando o modernismo como aristocrático, ressalta a figura de Paulo Prado, como *"uma das figuras principais da nossa aristocracia tradicional"* (...).

conforme podemos inferir da afirmação de Paulo Prado ao discutir o brasileiro, em *Toda a América* de Ronald de Carvalho:

*"Desenlaçamos as cadeias que nos prendiam às raças primitivas; sacudimos aos poucos as influências subconscientes que nos aparentavam ao Selvagem, à Criança e ao macaco. Vae nascer outro brasileiro"<sup>59</sup>.*

Esta concepção de que, a partir da junção das raças 'primitivas' presentes no território nacional, surgirá o brasileiro é endossada por autores como Sílvio Romero, na sua tese do branqueamento, e pelo próprio Paulo Prado em sua obra *Paulística*, naquele momento já publicada, na qual aponta como o cruzamento ideal o mestiçamento específico que produziu o paulista (o índio e o português do primeiro período da colonização) juntamente com a paisagem. Tal formulação encontra respaldo na teoria de Keyserling que afirma a possibilidade de surgimento de uma nova cultura pelo cruzamento das raças (diferentemente de Spengler), desde que estas não sejam díspares: *"Se desenvolve uma nova cultura quando da mescla se origina o equivalente a uma nova raça definida"*<sup>60</sup> Assim torna-se possível o nascimento do "brasileiro", tão caro aos modernistas.

A existência de uma gradação das raças supõe estágios de evolução a serem atingidos; isto permite admitir que seja viável *"cuidar do aperfeiçoamento da raça através do esporte"*, como propõe Sérgio Milliet<sup>61</sup>, ou que a guerra seja admitida como um meio de seleção eficaz, conforme o artigo intitulado "Guerras Literárias"<sup>62</sup>, de autoria da redação, segundo o qual as guerras literárias da época são equiparadas às demais guerras e consideradas positivas.

*"Como todas as guerras, as guerras literárias têm a vantagem de possibilitar um balanço nos valores espirituais, dando liberdade e ocupação a certas forças ou tendências que um prolongado recalçamento tornaria um perigo para a saúde do espírito. Elas, além disso, eliminam os fracos, afujentam os tímidos, escorcinam de vez as velhas carcassas imprestáveis. Fazem um trabalho*

---

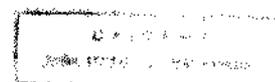
daquela aristocracia *"justificada no trabalho secular da terra"*. in ANDRADE, Mário de. "O Movimento Modernista" in *Aspectos da Literatura Brasileira*, 5a. ed., São Paulo: Martins, s/d, pp. 236-237.

<sup>59</sup>T.R. 4, p.1.

<sup>60</sup>KEYSERLING, H. *Le Monde Qui Nait*. Librairie Stock, Paris, 1927, p. 56.

<sup>61</sup>Milliet, Sérgio. "Esportes" in T.R.1, p.6.

<sup>62</sup>T.R.4, p.1.



*util de seleção. DER KRIEG IST FÜR KRANKENDE VOELKER DAS EINZIGE HEILMITTEL.*<sup>63</sup>

Essa discussão tem precedentes na trajetória de Mário de Andrade. No artigo intitulado “A divina preguiça”, de 1918, embora seu objetivo seja a defesa do ócio criador e não da guerra, Mário formula na introdução do assunto algumas considerações sobre a Primeira Guerra Mundial:

“ (...) Não se poderá dizer, sem receios de pesado errar, que a civilização perlongasse (antes da guerra), êsse caminho que vai ter à luz. Digo antes da guerra porque é certo que o pampeiro das metralhas, o holocausto dos homens moços pela Grande Causa, varreram o futuro dos bulhões que o ensombravam; e a humanidade que sobreviver sentirá mais incentivos no desejo, mais entusiasmos na inspiração.”<sup>64</sup>

Mário procura de alguma forma justificar a guerra, apesar de seus horrores, apresentando-a como “*um mal necessário*”, nesse momento.<sup>65</sup>

Tais referências aqui presentes sobre o aperfeiçoamento e a higiene da raça eram apresentadas no período também pelos adeptos das teorias eugenistas, bastante divulgadas na época. Havia no Brasil a Sociedade Eugênica que promoveu em julho de 1929 um Congresso de Eugenia no qual se discutiam as melhores formas de melhorar a estirpe, a raça, a descendência brasileira. Para tanto, propunham entre outras coisas: a proibição do casamento entre deficientes físicos e entre doentes cuja hereditariedade fosse perniciosa, bem como a obrigatoriedade do exame pré-nupcial para cuidar da descendência nacional.<sup>66</sup>

Queremos ressaltar que as teorias e concepções sobre raça, aqui apresentadas, juntamente com as citações dos colaboradores de *Terra Roxa e outras terras* visam a mostrar o ‘caldo cultural’ no qual o jornal literário está imerso e a partir do qual seus colaboradores formulam as críticas. Faremos o mesmo, focalizando agora o item ‘cultura’.

<sup>63</sup>“A guerra é, para os povos enfermos, o único meio de salvação.”

<sup>64</sup>ANDRADE, Mário de. “A divina Preguiça”, *Gazeta*. 3 de setembro de 1918. (Recortes M. de A. IEB/USP) *apud* ANCONA LOPEZ, T. *Mário de Andrade: Ramais e Caminho*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1972, p.31.

<sup>65</sup>Telê Porto Ancona Lopez afirma que este é um momento de imaturidade do jovem Mário, que se deixou envolver por certo determinismo e liberalismo divulgados pela propaganda aliada. in ANCONA LOPEZ, T. *Op.Cit.*, p. 31.

<sup>66</sup>Os dados sobre esta questão foram retirados de FONSECA, A. M. M. . *Das raças à família: um debate sobre a construção da nação*. Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992, pp. 270-276.

### 2.2.2 - CULTURA

As concepções presentes em *Terra Roxa e outras terras* sobre o tema "cultura" apresentam algumas conexões com as concepções acerca do tema "raça". Uma delas é a crença na atuação do meio natural na formação de ambas. A outra se refere à possibilidade de classificá-las como superior e inferior, segundo sua evolução. Estas conexões não são gratuitas já que o exame das formulações sobre o conceito de cultura deixa clara a estreita relação estabelecida entre raça, meio e cultura. Observa-se que, embora com nuances diferentes, porque respaldadas em teorias algo diversas, essas formulações acabam por definir cultura como uma identidade racial proporcionada pelo meio. Algumas vezes ressalta-se a atuação do meio em sua formação, outras vezes ela é definida com mais ênfase pelo conceito de raça, porém o papel desse elementos na formação da cultura está garantido neste momento histórico em que *Terra Roxa e outras terras* é publicado.

Por isso, retomando o artigo sobre a cultura negra nos Estados Unidos, intitulado "Outras terras"<sup>67</sup> encontramos no âmbito da discussão cultural uma comparação entre os negros brasileiros e os americanos, afirmando que os negros americanos 'atingiram um grau de cultura superior' ao do negro brasileiro devido, entre outras coisas, à atuação do meio cultural, que lá é mais homogêneo, já formado, portanto. Evidencia-se, então, no texto a atuação do meio, sem excluir o fator racial, já que se discute o grau de cultura dos negros.

*"... nos Estados Unidos, os descendentes dos antigos escravos africanos atingiram um grão de cultura incomparavelmente superior ao dos nossos negros. Os daqui, por vários fatores, permaneceram colocados no mais baixo nível de civilização (...) Em Norte-America, ao contrário, os negros sofreram a pressão de um meio cultural homogêneo, denso e superior, e reagindo, conseguiram alcançar um standard de civilização bastante elevado."*

O conceito de cultura presente neste trecho aproxima-se daquele definido pelos evolucionistas do século XIX, segundo os quais a evolução cultural teria raízes em uma unidade psíquica que possibilitaria a todos os grupos humanos terem o mesmo potencial de desenvolvimento. Todos passariam por estágios semelhantes: selvageria, barbarismo e

civilização, embora alguns pudessem estar mais avançados que outros. Isto explicaria as desigualdades 'naturais' entre os povos europeus e os povos africanos, por exemplo.

Este paradigma, no entanto, sofre mudanças no século XX, sendo questionado diretamente pelo Culturalismo, desenvolvido nos Estados Unidos principalmente por Franz Boas (1858-1949). Tal teoria opunha-se ao evolucionismo, afirmando que cada cultura se desenvolveria através de um caminho próprio e em função dos eventos históricos que vivenciasse. Embora não negasse a possibilidade de evolução das culturas, Franz Boas declara que esse desenvolvimento só faria sentido se fosse múltiplo, visto a partir do que denominava uma abordagem multilinear, diferente daquela unilinear, composta de estágios pré-determinados, proposta pelo evolucionismo.<sup>68</sup>

Além dessa referência à temática da cultura, encontramos uma formulação mais direta de Mário de Andrade<sup>69</sup> respaldada novamente pelas concepções de Spengler e Keyserling que apontaram a existência de uma evolução biológica da cultura<sup>70</sup>. Para Spengler uma cultura nasceria da terra, atingiria seu auge na existência da cidade, com uma sociedade culta, e entraria em declínio quando se tornasse civilização, vivendo em metrópoles. Assim a cultura teria fases de existência articuladas organicamente. Enquanto organismo, cada cultura teria suas próprias características e se encontraria em um determinado período de existência. Spengler propunha, portanto, uma inversão de valores em relação ao evolucionismo, já que a cultura rumaria para o declínio quando atingisse o estágio de civilização. Seria um evolucionismo às avessas.

Mário de Andrade no artigo "Chaminadismo"<sup>71</sup>, em que fala da cultura musical de São Paulo, afirma a correlação cultura-meio, mas nega a possibilidade de classificação das culturas, umas em relação às outras, como fazia o evolucionismo. Neste

<sup>67</sup> Artigo de autoria da redação in *T.R.* 1, p.1.

<sup>68</sup> Gilberto Freyre posteriormente fará uso do paradigma culturalista em suas obras. Além disso, o autor será também leitor de Oswald Spengler, conforme citado em FONSECA, A. M. M. *Das raças à família: um debate sobre a construção da nação*. Tese de Mestrado, pelo IFCH/UNICAMP, 1992, p. 204.

<sup>69</sup> No artigo "Chaminadismo" in *T.R.*1, p.5.

<sup>70</sup> Esses autores foram especialmente lidos no Brasil pois atestavam o fim da cultura européia abrindo espaço para o nascimento de novas culturas, como a brasileira, jovem em pleno surgimento. Conforme atesta Mônica Pimenta Velloso: "Alguns intelectuais interpretam o contexto como uma confirmação da análise de Spengler que previa o fim da cultura européia e a aurora do novo mundo." vide "A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista" in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993, p.89.

<sup>71</sup> "Chaminadismo" in *T.R.*1, p.5.

momento o autor aproxima-se do culturalismo que considerava cada cultura como resultado de um desenvolvimento particular.

No referido artigo, Mário de Andrade aproxima, explicitamente, sua concepção de cultura ao conceito alemão: "*Dou pra cultura mais ou menos o conceito alemão*". Em seguida expõe suas reflexões:

*"Entre os caracteres da cultura um principal é a adaptação do meio a si mesmo (...) Em toda cultura verdadeira se dá uma conformação tornada inconsciente de pessoa, de meio e de tempo, uma recriação permanente de si mesmo que faz com que para esse agrupamento ou pessoa, a sua personalidade (e portanto o presente em que ela vive) se torne mais importante que o que vai lá fora (...) O homem e o agrupamento culto possui o orgulho inconsciente de si, isto é, se considera não superior porém igual em valor e grandeza a tudo o que é estrangeiro ou passado."*<sup>72</sup>

Novamente a importância do meio e da raça é apontada na formação da cultura. Sobre essas bases Spengler formula o nascimento de uma cultura:

*"Uma cultura nasce no momento em que uma grande alma despertar do seu estado primitivo e se surpreender do eterno infantilismo humano; quando uma forma surgir em meio ao informe; quando algo limitado, transitório, originar-se no ilimitado, contínuo. Floresce então no solo de uma paisagem perfeitamente restrita, ao qual se apega, qual planta."*<sup>73</sup>

Mário também ressalta o mergulho em si mesmo que o homem culto realiza, ainda que 'inconsciente'. A este respeito também encontramos a formulação de Spengler de que "*O homem culto vive para dentro; o homem civilizado, para fora, no espaço, rodeado por corpos e fatos.*"<sup>74</sup>

A partir destas concepções de cultura vinculadas a raça, meio e tempo é que Mário criticará a imitação estrangeira tão cara aos nossos intelectuais. Segundo ele:

<sup>72</sup>T.R.1, p.5.

<sup>73</sup>SPENGLER, O. *La Decadencia de Occidente. Bosquejo de una Morfología de la Historia Universal*. Primeira Parte, Forma y Realidad. Volumen I. Trad. por Manuel G. Morente, 6a. edição, Madrid: Spasa-Calpe S.A., 1944, p. 169.

<sup>74</sup>SPENGLER, O. *Op.Cit.*, p. 213.

*“A cultura é mesmo quasi o oposto da apropriação estrangeira. A cultura vem de dentro para fora, tem suas raízes nas próprias funções vitais do organismo. A apropriação das culturas estrangeiras vem de fora pra dentro e, pois nascida de outros centros e outras raças com outras precisões vitais, contraria e destrói as precisões duma entidade racial e as possibilidades artísticas dela.”<sup>75</sup>*

Esta será uma das principais bandeiras levantadas pelo modernismo brasileiro.

Além desta, outras questões apontadas no movimento têm respaldo nas teorias de Spengler e Keyserling, como a busca do caráter nacional, o retorno à terra e às manifestações originárias dela, além da existência de um grupo que buscasse reerguer esses conceitos, tomando para si a construção da nação. Algo similar ao que realiza o grupo modernista paulista, ligado a um grupo da oligarquia cafeeira deste estado que esboçou um projeto de país, oficializado politicamente no Partido Democrático e culturalmente no movimento modernista, para o qual a valorização da tradição ligada à terra (já que eram cafeeiros) representa a possibilidade de constituição de uma nação a partir desses valores. Segundo Berriel:

*“o setor ruralista brasileiro usa as idéias alemãs de Spengler e Keyserling para formular uma proposta que reage contra o capitalismo verdadeiro. Essas teorias são úteis para um momento da ação ideológica da aristocracia do café na luta contra o emergente capitalismo verdadeiro (caracterizado pelo domínio da industrialização sobre os demais setores de produção), mostrando que é negativo, mas não são suficientes para uma indicação programática”<sup>76</sup>*

<sup>75</sup> ANDRADE, Mário de. “Cultura e Selvageria” in São Paulo Jornal, 18-II-1926, Album 1.3, Crônica:Recortes IV, São Paulo: IEB/USP apud BERRIEL, C. E. O. Op.Cit. p. 131.

<sup>76</sup> BERRIEL, C. E. O. Op.Cit., p. 164.

## CAPÍTULO III - A PAULISTANIDADE EM *TERRA ROXA*

A temática de *Terra Roxa e outras terras* não se encerra nas discussões sobre raça e cultura, porém prossegue apresentando itens polêmicos da época. Neste capítulo serão discutidos itens mais específicos que os anteriores, porque ligados aos aspectos cultural, histórico, político e econômico de São Paulo, mas que carregam em sua justificação muitas das concepções de raça e cultura anteriormente apresentadas.

O primeiro deles é o brasileiroismo, categoria estética utilizada pelo grupo modernista paulista denominado Pau Brasil. O segundo trata dos imigrantes que invadiram a região Sul do país e concentraram-se maciçamente em São Paulo, devido à cafeicultura. Tanto os bandeirantes quanto Anchieta são vultos ligados à História do Brasil, mas vinculados estreitamente, principalmente pelos colaboradores de *Terra Roxa*, à História de São Paulo. Por fim, o item que se recompõe a partir de concepções apresentadas em todos os tópicos anteriores: a paulistanidade.

### 3.1 - BRASILEIRISMO

O brasileiroismo é um tema bastante recorrente em *Terra Roxa e outras terras*, pois permeia quase todas as discussões estéticas, políticas e sociais, presentes neste jornal. A sua definição faz parte das discussões do momento modernista de 1926, como retrata a declaração de Sérgio Milliet, dirigindo-se a Ribeiro Couto: "*Acredito que você "não ligue a mínima" ao brasileiroismo. Tanto melhor. É uma verdadeira obsessão para quasi todos nós*"<sup>1</sup>.

De fato, a presença deste tema no movimento modernista é apontada por vários críticos que ressaltam o "*Manifesto Pau-Brasil*" de Oswald de Andrade, em 1924, como o marco a partir do qual o movimento se redefine, assumindo o brasileiroismo como questão central. Tais estudiosos, como Alfredo Bosi e Wilson Martins<sup>2</sup>, aliam o surgimento do brasileiroismo dentro da vertente "Pau Brasil" ao movimento primitivista na arte européia.

---

<sup>1</sup>MILLIET, Sérgio. "Um Homem na Multidão por Ribeiro Couto" in *T.R.6*, p.3.

<sup>2</sup>BOSI, Alfredo. *História Concisa Da Literatura Brasileira*. 2ª edição, São Paulo: Editora Cultrix, 1975 e MARTINS, Wilson. *A Literatura Brasileira*. Vol VI. *O Modernismo* (1916-1945). 2a. ed. São Paulo: Editora Cultrix.

No entanto, sabemos que a definição do brasileirismo ou do caráter nacional é um objetivo perseguido pela nossa história cultural de várias formas. O movimento romântico é o exemplo mais evidente dessa busca. Por isso, mais do que uma discussão importada da França, o brasileirismo é a retomada de uma tradição que busca definir o Brasil. É assim que neste período do modernismo o nacionalismo ressurgiu como tema e o Romantismo, enquanto movimento que se propôs esta mesma busca, é visto com positividade.

Sérgio Milliet se refere ao brasileirismo, na crítica citada acima, como um componente nacionalista na arte. Justifica-se dizendo:

*"O sentimento nacionalista na arte é mais do que útil, é indispensável, imprescindível (...) "Ora, é repetir uma chapa dizer-se que, para atingir o nível da literatura universal, é preciso trazer, juntamente com a máxima personalidade, a sua contribuição nacional."*

Em relação à cultura, a principal tarefa dos intelectuais do período é a definição do caráter nacional para que a cultura brasileira faça parte da cultura universal. A linha diretiva proposta é a do particular ao universal. Por isso ocorre um movimento geral de "mergulho" no Brasil, a busca das tradições populares e o abandono do "lado doutor". Conforme afirma Oswald: *"Ser regional e puro em sua época. (...) O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica."*<sup>3</sup>

*Terra Roxa e outras terras* encontra-se, portanto, mergulhado na questão da elaboração de uma cultura nacional. Devido a essa permanência e constante referência ao tema é que Cecília de Lara<sup>4</sup> afirma ser o brasileirismo o tema central do jornal literário. Segundo ela, esta questão nortearia todas as demais, justificando a presença da discussão sobre o romantismo, sobre a cultura, sobre os imigrantes, etc.

De fato, a década de 20 será frutífera para estas discussões, não só no grupo de *Terra Roxa e outras terras*, mas também em outros grupos do modernismo como o 'Verde Amarelo' e a 'Anta'. Os tumultuados acontecimentos políticos da época sob o governo repressivo de Artur Bernardes e, no âmbito de São Paulo, a revolução paulista de 24, de

<sup>3</sup>ANDRADE, O. "Manifesto da Poesia Pau-Brasil" apud TELLES, G. Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. 10a. ed., Rio de Janeiro: Record, 1987, p.330.

<sup>4</sup>LARA, Cecília. *Op. Cit.*, p.143.

Isidoro Dias Lopes, fizeram atentar para as grandes diferenças nacionais e para a necessidade de definição do que seria o Brasil. Rubens Borba de Moraes, participante da semana de 22, afirma que houve mudanças no Modernismo brasileiro aliando-as aos acontecimentos políticos da época:

*"Posso mesmo dizer que o movimento modernista de São Paulo foi artístico-literário até a revolução de 24. Daí em diante o seu sentido mudou, para a maioria pelo menos."*<sup>5</sup>

No âmbito mais geral da intelectualidade do período, a discussão também é procedente. A questão da nacionalidade, da integração ou do divisionismo do país, enfim, da possibilidade ou não de existência de um caráter nacional, coloca-se para vários intelectuais. Paulo Prado, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Hollanda, Graça Aranha, dentro do grupo modernista, e fora dele, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Jr., entre outros, foram alguns dos intelectuais que em suas áreas específicas de atuação trataram a questão nacional.

Do ponto de vista da arte, essa tendência nacionalista provoca um repúdio às influências estrangeiras nas obras. Estas passarão a ser avaliadas pelo conteúdo de brasileiro realmente original que possuem. Assim, na análise que Paulo Prado faz da obra de Ronald de Carvalho, *Toda A América*,<sup>6</sup> procura salientar o caráter de "brasilidade" que a obra possui: *"A inspiração do poeta, mais do que a geographia, affasta a sua obra da influência européia"*. E continua: *"Iniciamos agora a reconquista da nossa propria liberdade. Vae nascer o Brasileiro."*

Também Sérgio Milliet, em suas críticas, ressalta este aspecto da diferenciação das obras pelo que têm de realmente nosso. Na resenha que faz sobre *RAÇA* de Guilherme de Almeida<sup>7</sup>, avalia positivamente o poema, porque *"elle tocou na corda musical: na nossa brasilidade"*. Na análise de *Losango Cáqui*, de Mário de Andrade<sup>8</sup>, refere-se ao poema "Cabo Machado", como: *"o modelo para nosso brasileiro estético (...) tem (...) uma eloquência muito nossa, entusiasta, ingenua, deliciosa..."* Mas também critica o

<sup>5</sup>AMARAL, A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*, São Paulo: Martins Editora, 1970, p.15.

<sup>6</sup>T.R..4, p.1.

<sup>7</sup>T.R..1, p.6.

<sup>8</sup>T.R..3, p.3.

"brasileirismo selvagem do estilo" do prefácio de *Losango Cáqui*: "...abrazileirou-o. E de tal maneira que o tornou quase disforme".

Portanto, o que temos é a busca de características que definam a obra literária realmente nacional. Tais características não são apreendidas objetivamente, mas intuitivamente. A brasilidade deve ser captada através de um "aprofundamento no substrato da nacionalidade"<sup>9</sup>. A forma de apreensão do brasileiro é sua categorização psicológica, dentro das obras analisadas. Isto porque evidencia-se em toda esta discussão sobre a definição da realidade nacional uma perspectiva psicologista da cultura, através da qual esta, apesar de todas as diferenças, pode ser definida por determinadas características que compõem o todo.

Segundo Dante Moreira Leite<sup>10</sup>, pesquisador que traçou um panorama da 'ideologia do caráter nacional brasileiro' plenamente em voga no período do qual estamos tratando, essa ideologia foi formada pela aceitação de variadas teorias racistas da época juntamente com as teorias do determinismo geográfico - a Antropogeografia. Tal ideologia foi formulada considerando-se sempre a possibilidade de definição de uma raça ou povo a partir da atribuição, a estes, de traços psicológicos definidores. Tais traços obviamente não eram identificados objetivamente, mas de forma intuitiva. O Modernismo e sua concepção de brasileiro estão imersos nessas discussões.

É assim que Sérgio Milliet realiza uma categorização do brasileiro de alguns autores da época, a partir de suas obras. Diz a Ribeiro Couto:

*"...você conseguiu impor o seu brasileiro melancólico, leve, gracioso, muito mais tradicional e muito mais profundo. Seu brasileiro é o brasileiro dos sítios e o nosso é o brasileiro das cidades de imigração e de estrangeiros".*

Acerca do brasileiro de Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e outros, afirma que:

*"(o) brasileiro (deles) está na plumagem das araras, no cheiro das matas, no 'novoriquismo' da Avenida Paulista". Já "Para Mário de Andrade o brasileiro está na língua que falamos e num complexo racial de que elle duvida. Talvez seja Mário quem esteja com a maior parte da razão". (Enquanto que) "Para Alcântara o brasileiro está no encanto regional dos bairros italo-brasileiros. Está na*

<sup>9</sup>MORAIS, E. J. *A Brasilidade Modernista: Sua Dimensão Filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 151.

*nossa compreensão bastante rastaquera e comica das cousas; na nossa mentalidade superficial e pratica". Finaliza afirmando: "Enfim está na mistura disso tudo".<sup>11</sup>*

A valorização do brasileiro é então o fator estético que define a qualidade das obras em *Terra Roxa e outras terras*, sempre a partir da perspectiva adotada naquele momento pelo movimento modernista paulista de valorizar o particular, o regional, para que o Brasil pudesse fazer parte do "concerto das nações". Não só as obras literárias são julgadas pelo seu brasileiro e definidas a partir de "características psicológicas profundas", mas também outras manifestações artísticas como a pintura, o teatro e até o circo.

No artigo que noticia a abertura de uma exposição de Tarsila do Amaral em Paris <sup>12</sup>, sua pintura é tida como:

*"uma arte nossa, tão grande e tão pura quanto a das outras nações européas, acima da de todas as nações sul-americanas, que não cessam de namorar as civilizações de além mar. Nós fomos discípulos e nos emancipamos."*

A. de Alcântara Machado critica o teatro de sua época, dizendo: "*O teatro nacional, como muita história nossa, não é nacional*". "*Peças auri-verdes de facto, são raríssimas...*"<sup>13</sup>. Mas valoriza a produção circense do artista Piolin, pois:

*"A de Piolin, nem chega a ser uma companhia, não. Diverte. Revela o Brasil. Improviza brasileiromente tudo. É tôsca. É nossa. É esplêndida".<sup>14</sup>*

O que se observa então em *Terra Roxa e outras terras* é a característica de brasileiro funcionando como um 'nacionalismo estético' a partir do qual o nacional se definiria. Embora os autores apresentem a necessidade de se constituir, do particular de cada pedaço do país, o nacional, por vezes, constroem, em sua argumentação, um nacional particularizado. Nos autores paulistas observa-se a confusão de nacionalismo com "paulistismo", com a presença, portanto, da paulistanidade também na discussão do brasileiro.

<sup>10</sup>LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro: História De Uma Ideologia*. 4a. edição definitiva. São Paulo: Pioneira, 1983.

<sup>11</sup>MILLIET, Sérgio. "Um Homem na Multidão por Ribeiro Couto" in *T.R.*.6, p.3. Todas as citações do parágrafo pertencem ao mesmo texto.

<sup>12</sup>Artigo de autoria da Redação in *T.R.*.5, p.5.

<sup>13</sup>MACHADO, A. de A. "Nosso Primeiro Dramaturgo" in *T.R.*.5, p.2.

### 3.2 - IMIGRANTES

Estreitamente vinculada às questões sobre raça, cultura e identidade nacional está a questão da imigração. Temática muito presente no período em que *Terra Roxa e outras terras* é produzido, resultou da expansão da lavoura do café que provocou o aumento da necessidade da mão-de-obra, já que esta não poderia mais ser escrava. Há então, desde 1887, ano em foi fundada a Sociedade Promotora de Imigração pela família Prado, uma entrada maciça de imigrantes no país.<sup>15</sup>

Os efeitos dessa entrada de culturas diversas à nossa identidade nacional ainda em formação são apontados sob vários aspectos. No início foi vista de um prisma positivo. A mestiçagem do tipo nacional com o imigrante resultaria no branqueamento de nossa raça (Sílvio Romero), no fortalecimento de nosso caráter e influiria até mesmo na nossa disposição para o trabalho, já que, segundo os membros da Sociedade Central de Imigração, o trabalhador brasileiro era "*indolente, caprichoso e inconstante*".<sup>16</sup>

No Congresso Agrícola de 1878 os congressistas concordavam acerca da necessidade da imigração para o país, mas discordavam quanto ao tipo de estrangeiro que melhor conviria trazer ao Brasil. Os asiáticos eram vistos como raça inferior, degradada e subserviente que poderia contaminar ainda mais a população brasileira. A preferência naquele momento era claramente dada aos europeus, considerados uma raça superior.<sup>17</sup>

No entanto, posteriormente, o aspecto negativo dessa imigração é ressaltado. Em *Terra Roxa e outras terras* os imigrantes eram acusados de enriquecimento ilícito, de falta de brasilidade e ancestralidade, e também de cultivarem um exagerado saudosismo da pátria mãe, revelando-se ingratos com o Brasil. Sob esse prisma, um autor escondido sob um pseudônimo não-identificado afirma:

<sup>14</sup>*Ibidem.*

<sup>15</sup>O período é repleto de campanhas de incentivo à imigração. Entre 1887 e 1914 cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil, principalmente de italianos, portugueses e espanhóis. Em relação a São Paulo, a questão tornava-se mais importante ainda, já que, em 1920, 52,4% dos residentes estrangeiros no país concentravam-se neste estado. Provavelmente pelas melhores condições oferecidas aos imigrantes pelo estado, que possuiu inclusive a Sociedade Promotora de Imigração.

<sup>16</sup>HALL, Michael McDonald. *The origins of mass immigration in Brazil, 1871 - 1914*. Tese de Douramento, Columbia University, 1969. p. 66. *apud* FONSECA, Ana M. M. da. *Das raças à família: um debate sobre a construção da nação*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH / UNICAMP, 1992, p. 17.

<sup>17</sup>EISENBERG, Peter Louis. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Unicamp, 1989 *apud* FONSECA, Ana M. M. da. *Op. Cit.*, p.15.

*"Quasi sempre, o estrangeiro, que para cá vem pobre e aqui enriquece, tem uma raiva danada da gente". "E ainda por cima, xinga a terra roxa que lhe dá de comer e lhe enche o bolso para poder comprar títulos de bancos e de nobresa também". "E o Brasil dessa gente foi sempre mansa vítima". "O brasileiro, ainda indefinido, do século XVI, não aceitava os ensinamentos cristãos devido ao feio exemplo que lhe davam os europeus, ávidos de dinheiro e volúpia". "Tresentos e trinta anos depois, ainda continuamos a receber, aos milhares, cavalheiros da mesma estofa. Chegam aqui sem tostão, ficam millionários, dão maus exemplos aos indígenas, e depois cospem na tijela com que se empanturraram". "Mas isto um dia ainda há de endireitar. Ora se há de."<sup>18</sup>*

Tal acusação assenta-se nas questões culturais mas também nas questões econômicas. Na década de 20, muitos imigrantes já alcançavam seu espaço dentro da sociedade paulista ligando-se principalmente ao setor industrial que passa a representar neste momento, devido ao seu crescimento, uma concorrência ao modelo econômico agroexportador. Segundo Joseph Love<sup>19</sup>, não houve uma "burguesia urbana 'nativa'" que contribuisse grandemente com a industrialização no seu início. Citando Warren Dean, Love afirma que por volta de 1930 poucos industriais eram brasileiros. Grande parte era imigrante ou descendente destes.

Por isso, Carneiro Leão, em 1920, reconhece a importância do imigrante enquanto força de trabalho, mas ao mesmo tempo faz uma ressalva em relação à sua participação além dessa esfera. O autor deixa claro o receio em relação ao crescente poder dos imigrantes.

*"O imigrante é o braço, a mão-de-obra, o elemento trabalhador de que necessitamos para a extração e o desdobramento das nossas riquezas. Os nossos escassos milhares de braços não poderiam explorar a imensidão das nossas terras. Sem o elemento estrangeiro, sem o italiano - o mais inestimável fator da prosperidade paulista, dócil, laborioso, econômico, previdente, sóbrio - o desenvolvimento agrícola do Estado, a sua afirmação industrial, seriam*

<sup>18</sup>Artigo que trata especificamente de imigração, assinado como A.de A. e A.de C., "Um desaforo que já dura quatro séculos" in *T.R.* 2, p 1.

<sup>19</sup>LOVE, Joseph . *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

*impossíveis. Mas a posse da terra é garantia da força econômica; enquanto ela estiver nas nossas mãos a grandeza é nossa!*"<sup>20</sup>

Em outro momento, Carneiro Leão procura afastar o risco iminente de perda do poder para as mãos do imigrante, louvando a capacidade do paulista, até mesmo em um setor que naquele momento é claramente associado aos 'adversários estrangeiros'.

*"A direção política do Estado, o fato de estar a propriedade nas mãos do nacional, de serem as indústrias, as iniciativas, filhas tôdas da inteligência brasileira, provam a capacidade organizadora da nossa velha raça. Aí, o elemento estrangeiro vem auxiliar a construir a grandeza do Estado. É a mão-de-obra e é o braço que nos vem de fora. O capital e a inteligência, sendo, na sua generalidade, nacionais, têm preservado o Estado do domínio estrangeiro e da desassimilação. Certamente há muito capital e muita inteligência estrangeiros, mas a força e o prestígio brasileiros são perfeitamente dominadores."*<sup>21</sup>

Tais dados nos revelam que no período em que o jornal *Terra Roxa e outras terras* era publicado a ascensão dos imigrantes no setor industrial era fato. Sendo assim, as críticas encontradas no jornal a respeito desta parcela da população devem ser compreendidas também a partir deste prisma.

O problema da imigração também era considerado sob o ponto de vista político, conforme alerta Sérgio Milliet: *"O nacionalismo político é um sentimento útil num país em formação como o nosso, onde as corrente imigratórias podem absorver o que nos resta de Independência"*<sup>22</sup>.

Esta citação de Sérgio Milliet refere-se diretamente à concepção de nacionalismo de Alberto Torres, segundo o qual a nacionalidade nos países novos deve ser construída artificialmente:

*"O nacionalismo se não é uma aspiração, nem um programa, para os povos formados, se, de fato, exprime em alguns uma exacerbação mórbida do*

<sup>20</sup>CARNEIRO LEÃO, A. *S. Paulo em 1920*. Rio de Janeiro: Editor Anuário Americano, 1920, p 34-35. *apud* BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, p. 149-150.

<sup>21</sup>CARNEIRO LEÃO, A. *Op. Cit.*, p 28-29 *apud* BRITO, Mário da Silva. *Op. Cit.* p. 150.

<sup>22</sup>MILLIET, Sérgio. "Um homem na Multidão por Ribeiro Couto" in *T.R.* 6, p.3.

*patriotismo, é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade da vida dinâmica, sem fazer-se 'nação', isto é, sem formar a base estática, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural da sociedade política.*"<sup>23</sup>

Este autor pretendia a construção de um modelo de nação alicerçado sobre um estado forte e considera a imigração um obstáculo à nossa formação nacional. Exatamente como argumenta Milliet.

Do ponto de vista cultural, a imigração também é criticada. O já citado Carneiro Leão exprime sua preocupação com a tradição paulista que poderá ser perdida ou modificada pelo grande contingente de imigrantes no estado. Diz ele:

*"Cerca de um milhão de italianos (raça relativamente pura, unida e patriota), para uma população de três milhões e meio, dos quais uns quinhentos mil serão filhos de outras nacionalidades, constitui uma reação formidável na consciência, no pensamento e na direção geral da massa. Tanta multidão de elementos estranhos, ignorantes dos nossos feitos, e cujas descendências - sem uma hereditariedade que as predisponha a zelar e amar os nossos antepassados - constitui, talvez um perigo para o nosso espírito tradicional".*<sup>24</sup>

O perigo cultural apontado pelo autor também é aludido em *Terra Roxa e outras terras* sob vários aspectos, não apenas em relação à perda do 'espírito tradicional', como também na importação do modelo estrangeiro. A figura de Walter Mocchi (empresário italiano de companhias líricas) é constantemente lembrada como o símbolo da importação estrangeira e da imitação de má qualidade. Segundo A. de Alcântara Machado, Mocchi: "*é o homem que desde muitos anos, vem tocando realejo italiano para desgraça dos ouvidos indígenas*"<sup>25</sup>.

<sup>23</sup>TORRES, Alberto. *A organização Nacional - Primeira Parte: A Constituição*. 4a ed., São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: UNB, 1982, p. 98.

<sup>24</sup>CARNEIRO LEÃO, A. *Op. Cit.*, p. 29-30 *apud* BRITO, Mário da Silva. *Op. Cit.*, p. 148.

<sup>25</sup>MACHADO, A. de A. "Indesejáveis" in *T.R.1*, p.5.

Também Mário de Andrade acusa Mocchi e os demais imigrantes, além, é claro, dos brasileiros incultos, alertando sobre a incultura musical paulista, em "Chaminadismo"<sup>26</sup>:

*"a estupidez do guaraní apolainado" é "agravada pela boçalidade de estrangeiros mal transplantados que gemendo de gratidão idiota e saudade idolatra pela patria em que não conseguiram ganhar pão, vêm envenenar a água da gente com uns Denzas, uns Renée Batons, uns ediceteras de porcaria, inomináveis."*<sup>27</sup>

É dessa forma que a figura de Mocchi será utilizada pelos integrantes do Partido Democrático (surgido em 1926), muitos deles também colaboradores de *Terra Roxa e outras terras*. Walter Mocchi será o símbolo da imitação estrangeira pura e simples, promovida pelos reacionários do PRP.

Por todas essas questões conclui-se que, para *Terra Roxa*, os imigrantes eram indesejáveis para o Brasil, porém, segundo A. de Alcântara Machado:

*"indesejável para um país não é só o estrangeiro, aleijado, zorolho ou anarquista. O indesejável de importação. Também existe o de exportação. Igualmente nefasto."*<sup>28</sup>

Nesta citação, Alcântara Machado estabelece uma relação direta, devido à estrutura gramatical de enumeração, entre os termos "*estrangeiro aleijado, zorolho ou anarquista*", relacionando o anarquismo, trazido para o Brasil pelos italianos, aos defeitos físicos. Ambos, isto é, os anarquistas e deficientes, não eram bem-vindos para funcionarem como mão-de-obra. Esta posição de Antônio de Alcântara Machado coaduna-se com sua consciência clara de pertencer à classe dominante.

*"Sua consciência de intelectual modernista não repudiava as marcas profundas do tradicionalismo da gente do altiplano, os vestígios de um modo de ser próprio dos cidadãos das 'sociedades fechadas'."*<sup>29</sup>

<sup>26</sup>Neologismo criado para designar alguma característica peculiar de Cécile Chaminade (1857-1944), pianista e compositora francesa.

<sup>27</sup>T.R.1, p.5.

<sup>28</sup>MACHADO, A. de A. "Questão de Vergonha" in T.R.4, p.3.

<sup>29</sup>MACHADO, Luís Toledo. *Antonio de Alcântara Machado e o Modernismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1970, p. 41.

No entanto, sua obra de ficção tem como tema central a vida dos chamados “íto-brasileiros”, os quais retratou com impressionante argúcia. Porém a visão que apresentava desses elementos realçava a incorporação que faziam da cultura brasileira, deixando, entretanto, de retratar as resistências e as tentativas de conservação de sua cultura estrangeira. Elabora um retrato caricatural dos íto-brasileiros, permeado de humor que revela o aspecto panorâmico de seu ponto de vista acerca do tema. Não há um envolvimento por parte do autor com o drama imigratório.

Deste modo, Alcântara Machado realiza um recorte na temática que pretende retratar, definido por aspectos da ideologia dominante com os quais compactuava. O seu ponto de partida, além de reduzir a questão, revela *um certo nacionalismo que lhe era peculiar - nem exaltado, nem xenófobo*.<sup>30</sup>

Vale lembrar aqui que as discussões sobre a imigração prosseguirão para além de 1926 e resultarão na restrição à entrada de imigrantes no território nacional determinada pela Constituição de 1934 e pela Carta de 1937.

### 3.3 - BANDEIRANTISMO

O jornal literário *Terra Roxa e outras terras*, em seu artigo de “Apresentação”, caracteriza o seu surgimento da seguinte forma: “*Parece que este jornal, ao nascer, dá prova de uma corágem digna de Anhanguera*”<sup>31</sup>. Utiliza o símbolo bandeirante como uma metáfora, representando ousadia e coragem, para qualificar a si mesmo.

No decorrer da publicação a denominação é usada para qualificar outras ações, com que aparentemente não tem nenhuma relação, como a atitude da Academia Brasileira de Letras que ao eleger um poeta inédito — não nomeado no artigo — para uma de suas “cadeiras” recebe características bandeirantes:

*“... a Academia Brasileira de Letras acaba de demonstrar que também possui o espírito neo-bandeirante da época, inegável no terreno da actividade como no da inteligência. Ela também anda à procura do inédito”* e falando do poeta concluem:

<sup>30</sup>CAPELA, Carlos Eduardo Schimidt. *Brás, Bexiga e Barra Funda: uma topografia íto-paulista*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IEL/UNICAMP, 1989, p. 200.

<sup>31</sup>T.R.I., p.L.

*"É bom? É mau? Talvez seja mau. Mas é inédito. Nem todas as entradas dos paulistas de antigamente revertiam em bem para a civilização. Ou ao menos revelavam a existência de gemas preciosas nos sertões. Muitas se contentavam em prear peças do gentio.(...) A estas se assemelha a que ousaram os empalhados bandeirantes da Academia. Por enquanto só conseguiram agarrar um homem inédito. Dêem outras entradas e talvez descubram uma idéia inédita também."*<sup>32</sup>

Esta é a imagem do bandeirante presente na publicação: o homem forte, bravo, corajoso que empreendia entradas pelo sertão brasileiro enfrentando todos os perigos. Tal figura, no entanto, não foi concebida sempre dessa forma.

A construção histórica da figura do bandeirante foi marcada, em momentos diversos, por dois eixos antagônicos de representação. O primeiro deles foi a chamada "legenda negra" construída no século XVII pelos relatos dos jesuítas espanhóis vítimas dos ataques bandeirantes a suas missões. Construíram uma literatura indignada em relação a esses homens que, segundo eles, eram animais ferozes, violentos, lobos vestidos em pele de cordeiro que andavam escravizando e comercializando índios.

Esta visão só foi refutada no século posterior com a criação da chamada "legenda dourada", quando *"a história da penetração do território começou a ser confundida com a História de São Paulo"*<sup>33</sup> pela atuação dos bandeirantes, e quando havia necessidade de um símbolo de integração dos paulistas nobilitados pela posse tradicional da terra. Frei Gaspar de Madre de Deus com sua principal obra: *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* e Pedro Taques de Almeida Paes Lemes com as *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma capitania* e a *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* foram os responsáveis pela construção da imagem positiva do bandeirante. De predador de indígenas desalmado e selvagem, passou a desbravador dos sertões, corajoso, viril, e acima de tudo representante supremo da raça paulista, constituindo-se em honra para os autores acima, o fato de serem descendentes dos primeiros povoadores da Capitania de S.Vicente.

A história das bandeiras e da figura do paulista que aqueles historiadores buscaram construir era pautada por uma concepção histórica de que o documento era fonte de

<sup>32</sup> "O Modernismo na Academia" in *T.R.5*, p.4.

<sup>33</sup> ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições - A Construção de um Símbolo Paulista : o Bandeirante*. Tese de Douramento, São Paulo: FFLCH/USP, 1985, p.3.

veracidade incontestável; sendo assim, buscaram respaldar suas afirmações em provas documentais, através de longas pesquisas. No entanto, o interesse real era reabilitar a elite agrária da época, descendentes das antigas famílias da terra, que estavam perdendo seu lugar na sociedade da época para os comerciantes que assumiam cargos elevados na Câmara de Vereança e nas Companhias Militares. Sendo assim, precisavam legitimar de alguma forma sua superioridade. Para tanto, o discurso histórico devidamente constituído é arma poderosa.

*“Os dois autores fizeram das suas obras porta-vozes das reivindicações das famílias antigas, no sentido de garantirem o seu lugar naquela sociedade ainda estamental. Por esse motivo é tão transparente neles o orgulho de casta, a afirmação da tradição, a procura das provas de ascendência ilustre para a classe dominante, ameaçada pelo grupo de recém-chegados, que assumia a sua mentalidade.”<sup>34</sup>*

Sua forma de defesa foi traçar a imagem do sertanista em oposição ao português recém-chegado, através de características como: nobreza, valor, proximidade e conhecimento da terra, bravura, etc., as quais seus ‘adversários’ não poderiam contestar.

Durante o século XIX, esta imagem do bandeirante é praticamente esquecida. Obviamente seria difícil conciliar a exaltação do indígena promovida neste período pelo movimento romântico com a figura do escravizador de índios, ainda que respaldado pela necessidade de desbravar os sertões. Não houve nessa fase a necessidade da recuperação da figura do bandeirante.

Porém, no período entre 1890 e 1930, o símbolo do bandeirante será retomado com força ainda maior, *“pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o progresso de integração territorial que dera sentido à unidade nacional.”<sup>35</sup>* Os historiadores das três primeiras décadas do século XX que efetuaram esta recuperação, em maior ou menor grau, apresentaram o bandeirante como o símbolo de uma elite política, cujo domínio — tanto do Estado quanto da nação — justificava-se pela ascendência nobre. Tanto o domínio do Estado quanto o domínio da nação. Alguns dos principais autores paulistas que realizaram estes

<sup>34</sup>ABUD, *Op. Cit.*, p.86

<sup>35</sup>ABUD, *Op. Cit.* p.132.

estudos foram: Ellis Jr., José de Alcântara Machado e A. E. Taunay. Suas obras são consideradas matrizes para os demais historiadores da questão.

Ellis Jr. foi autor de várias obras sobre o bandeirismo, sendo uma das mais importantes *Raça de Gigantes* (1926), leitura dos Verde-amarelistas e contemporânea de *Terra Roxa e outras terras*, que reúne em seu corpo artigos anteriormente publicados na *Revista do Brasil*.<sup>36</sup> Já José de Alcântara Machado, pai de Antonio de Alcântara Machado (um dos diretores de *Terra Roxa e outras terras*) era advogado e sua única obra de história foi *Vida e Morte do Bandeirante*<sup>37</sup>, publicado em 1929, na qual procurou reconstituir o cotidiano paulista no século XVII.

Alfredo d'Escragnole Taunay, porém, dedicou sua vida à história paulista, publicando uma vasta obra sobre 'o São Paulo seiscentista' e os bandeirantes. A mais importante delas talvez seja a *História Geral das Bandeiras Paulistas*, que começou a ser publicada em 1924 e encerrou-se em 1950.<sup>38</sup>

Os dois autores paulistas (Ellis Jr. e Alcântara Machado) pertenciam ao mesmo grupo da elite dominante paulista, do qual Taunay também participava ativamente<sup>39</sup>. Por isso, apresentam pontos em comum, em suas obras, sobre a construção histórica do bandeirante. Sua concepção de história é aquela da valorização da prova documental, como seus antepassados fizeram. Também como Pedro Taques e Frei Gaspar, revelam em seus trabalhos o orgulho da 'casta' a que pertenciam e constroem a figura positiva do bandeirante, ressaltando sua composição racial (mameluco), ousadia, caráter próprio e atuação na história brasileira como descobridor dos sertões. Apesar de pretenderem a construção de uma história científica, absolutamente objetiva, deixam evidente em suas obras "o sentimento de "patriotismo paulista", associado a um orgulho de linhagem"<sup>40</sup>.

<sup>36</sup> Além de *Raça de Gigantes*, reeditada posteriormente com o título de *Os primeiros troncos paulistas*. 2a. ed. São Paulo: Ed. Nacional, INL, 1976; Ellis Jr. publicou também: *Alguns paulistas dos séculos XVI e XVII. Subsídios para a História de São Paulo*, 1922; *Novas bandeiras e novos bandeirantes*, 1922; *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano: Pesquisas nos documentos seiscentistas*, 1924; *Meio Século de Bandeirismo*, 1939; *Capítulos da História Psicológica de São Paulo*, 1945.

<sup>37</sup> ALCÂNTARA MACHADO, José. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

<sup>38</sup> TAUNAY, A. d'E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Ideal, 1924-1950, 11volumes; *Na era das Bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1922; *Piratininga: Aspectos Sociais de São Paulo Seiscentista*, 1923; *Ensaio de carta geral das Bandeiras Paulistas*, sec. XVI, XVII, XVIII, São Paulo: Melhoramentos, 1926; *A grande vida de Fernão Dias Paes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955 (Documentos Brasileiros, 83); entre outras obras.

<sup>39</sup> Foi professor da Escola Politécnica desde 1904, fundador e diretor do Museu Paulista em 1922 e historiador da história de São Paulo.

<sup>40</sup> ABUD, *Op. Cit.* p.138.

Encontraremos em *Terra Roxa e outras terras* o próprio Taunay discursando como diretor do Museu Paulista, por ocasião da entrega da Carta de Anchieta àquela instituição, referindo-se repetidas vezes à figura do bandeirante. Dialoga com o discurso feito anteriormente por Paulo Prado, idealizador da subscrição, referindo-se ao Museu Paulista:

*“(...) Ao Museu Paulista chamaes a casa do passado paulista e este appellido me é sobremodo grato.*

*Neste bello hall, tão cheio de amplidão e harmonia architectonica, rodeia-nos a rememoração do nosso enorme alargamento territorial pelo bandeirantismo.”*

Em seguida passa a descrever o museu e sua entrada e todos os objetos e estátuas que reconstróem o bandeirantismo. Ao final, diz:

*“Se alguma recompensa me traz a reunião, neste recinto, destas sugestões, tenho-a sobretudo, na satisfação de um sentimento de justiça para com os realizadores da integração do territorio brasileiro, que as bullas e os tratados queriam mutilado.”<sup>41</sup>*

A imagem que Taunay recompõe do Bandeirante neste discurso, suas características e qualidades servem constantemente como referência para exaltar seus descendentes, os fazendeiros paulistas que se reuniram em torno do ‘nobre’ objetivo de resgatar a história de São Paulo. Assim Taunay descreve o plantio do café e todo progresso que trouxe, como um ‘movimento bandeirante’. Afirma então que *“é a paixão do café como que a modalidade contemporânea do espírito secular do bandeirantismo.”<sup>42</sup>* Segundo Taunay, quando os paulistas perceberam que sua região poderia servir à lavoura e viram que o café seria o ideal para este tipo de solo, e não a cana,

*“Desencadeou-se novamente o velho espirito das entradas e dos descimentos entre os netos dos antigos “calções de couro” e dahi a arrancada de onde surgiu a penetração para o occidente, a custa da substituição da matta virgem, immensa, pelo cafesal, immenso e pletorico de seiva grata. (...) Inaugurou-se a phase do*

<sup>41</sup>“Resposta de Affonso d’E. Taunay” in T. R. 5, p. 1- 2.

<sup>42</sup>*Ibidem.*

*neobandeirantismo, que também exigiu notáveis sacrifícios e provocou as mais duras desilusões, desenganos e angustias.”*

O autor realiza, assim, uma transposição clara do espírito bandeirante de outrora para o espírito do cafeicultor, relembando com orgulho a ascendência bandeirante da elite cafeeira paulista e agradecendo a oferta de trinta sacas de café para a compra da carta anchietana:

*“E a maioria destes fazendeiros de café que as ofertaram, ancestralmente se entroncam quasi todos, senão todos, nos povoadores martim affonsinos, nos patriarchas e guayanazes.”<sup>43</sup>*

Vemos então, pelo número de estudos sobre a história paulista e também pela atuação de *Terra Roxa e outras terras*, que há no período um ressurgimento da figura do bandeirante como símbolo paulista. Tal ressurgimento é justificado pela necessidade de hegemonia político-econômica respaldada pela tradição. Reabilitando a figura do bandeirante como líder, “*mestiço fruto de uma sub-raça superior*”<sup>44</sup>, corajoso, desbravador e, acima de tudo, acentuando a relação de ancestralidade entre o símbolo e a elite paulista da época, os historiadores efetuavam uma transposição da situação do bandeirante do século XVII para a situação do paulista do século XX. Assim como o bandeirante fora líder na expansão do território brasileiro, São Paulo deveria, por direito de tradição, ser líder do Brasil contemporâneo.

Evidencia-se na construção histórica do bandeirante sua atuação como símbolo unificador, em momentos da história paulista em que esta união se mostra necessária. No século XVIII, quando Pedro Taques e Frei Gaspar compuseram suas obras sobre o bandeirante, era necessária a reabilitação do poder à nobreza da terra. No período áureo da produção cafeeira, também no momento em que *Terra Roxa e outras terras* é publicado, a superioridade paulista deve ser atestada, para que se garanta a permanência do poder à elite cafeeira. Segundo Abud, que realizou um estudo do percurso do bandeirante desde figura histórica a símbolo paulista,

---

<sup>43</sup>*Ibidem.*

<sup>44</sup>ABUD. *Op. Cit.*, p. 207.

*“os estudos de história sobre o movimento bandeirista produziram um conhecimento que permitiu que a simbologia fosse criada sobre o pano de fundo da unificação - seja racial (a Bandeira era composta de brancos (portugueses e espanhóis), índios, negros e mestiços); seja territorial e política (o movimento bandeirantista incorporou ao domínio português imensas regiões da América Meridional); seja econômica (enviou mão de obra indígena às diversas capitânicas; o ouro que descobriu enriqueceu a Europa).”<sup>45</sup>*

O bandeirante enquanto símbolo paulista representa, portanto, uma figura unificadora. Aqueles que os têm como ancestrais recebem “hereditariamente” suas características e devem caminhar por objetivos comuns. É por isso que, em *Terra Roxa e outras terras*, confirmando a superioridade do paulista, A. de Alcântara Machado utiliza a metáfora do bandeirantismo para definir o seu ideal de brasileiro: “*O Brasil quer filhos que sejam bandeirantes na vontade e na audácia*”<sup>46</sup>.

### 3.4 - ANCHIETA

Do mesmo modo que encontramos em *Terra Roxa e outras terras* constituída a figura do bandeirante como um símbolo paulista, heróico e integrador, sai das páginas do jornal, construída através de inúmeras referências, a imagem de Padre Anchieta. Tais referências são motivadas especialmente pela promoção da subscrição para a compra da carta autógrafa do jesuíta, posta à venda em Londres. Por ocasião desta aquisição e de sua doação ao Museu Paulista, o jornal número 5 apresenta vários artigos em que a figura de Pe. Anchieta é delineada, apontando-se suas qualidades como catequizador, intelectual, dramaturgo, santo e inovador. Além disso ressalta-se a ligação entre suas obras no passado e o futuro que propiciou a São Paulo.

Tais referências são respaldadas nas histórias sobre a vida e obra do jesuíta e também diretamente relacionadas à história de S.Paulo, já que Anchieta surge como seu fundador. Essas construções históricas, tal como ocorrera com o Bandeirante, foram objeto de

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 9.

constantes pesquisas na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, realizadas principalmente por historiadores paulistas, tais como: Eduardo Prado, A. de E. Taunay, Alcântara Machado, Paulo Prado, Antonio de Alcântara Machado<sup>47</sup> e outros pesquisadores que publicaram inúmeros artigos sobre a história paulista e Anchieta na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A partir desses discursos históricos os colaboradores de *Terra Roxa e outras terras* referem-se à Anchieta.

As características de catequizador e intelectual são apontadas por Couto de Barros ao dizer que:

*"P. Anchieta teve duas naturezas; uma visível, palpável no que elle fez para o Brasil e para Christianismo catechizador; outra invisível, misteriosa, perdida num reino onde a energia espiritual se conserva pura, inviolada e interminável"*<sup>48</sup>

Também são endossadas por Afonso d'E. Taunay, diretor do Museu Paulista, quando afirma, no discurso de agradecimento pela doação da carta de Anchieta, que aquele não é meramente *"um objecto que recorde a vida material de Joseph de Anchieta e sim a exteriorização dum pouco de sua mentalidade profunda e de sua alma imortal"*<sup>49</sup>.

Imortal e versátil, pois, segundo Teobaldo Fagundes:

*"Ao mesmo tempo que instrua os jovens índios que lhe tinham sido confiados, compunha sua célebre gramática para facilitar seu majistério, corrigia os abusos dos reinões e escrevia os seus 2086 dísticos em louvor da Virjem"*<sup>50</sup>.

As qualidades de dramaturgo e santo são apresentadas por Antonio de Alcântara Machado, que, classificando Anchieta como "Nosso Primeiro Dramaturgo"<sup>51</sup>, afirma que o jesuíta

<sup>46</sup>MACHADO, A. de A. "Colhér Direita" in *T.R.3*, p.4.

<sup>47</sup>Eduardo Prado promoveu em 1896 uma série de conferências, em São Paulo, para celebrar o Tricentenário da morte de Padre Anchieta. Estas conferências foram publicadas neste mesmo ano, no jornal paulista *O Commercio* de propriedade de Eduardo Prado e posteriormente reunidas em volume, em 1900, publicado em Paris pela Casa Editora Aillaud & Cia. Afonso d'E. Taunay foi autor de várias obras sobre os bandeirantes e a História de São Paulo, dentre elas: *São Paulo nos primeiros annos*, São Paulo, 1922; *História Seiscentista da Villa de São Paulo*. São Paulo, Dois volumes, entre outros. Alcântara Machado, o pai, escreveu *Vida e Obra do Bandeirante*, cit, e seu filho, Antonio de Alcântara Machado escreveu o ensaio *Anchieta na Capitania de São Vicente*, São Paulo: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1929. Paulo Prado produziu a sua história de São Paulo, intitulada *Paulística*, em 1925.

<sup>48</sup>BARROS, Couto de. "Padre Anchieta" in *T.R. 5*, p.3.

<sup>49</sup>*T.R.5*, p.2.

<sup>50</sup>FAGUNDES, Teobaldo. "Anchieta" in *T.R.5*, p.3.

<sup>51</sup>MACHADO, A. de A. "Nosso Primeiro Dramaturgo" in *T.R.5*, p.2.

*"prégava com a palavra. Prégava com o exemplo. Também prégava com o teatro (...) aqui em S. Paulo de Piratininga, aldeia perdida no mundo, um padre de vinte e poucos anos tentava a comédia de caracteres", e defende: "Não importa para a glória do primeiro dramaturgo nosso que o fosse com o intuito cristão de apontar o pecado e acenar com o castigo".*

Em seguida, discute as características estéticas do teatro anchietano: *"... os autos de Anchieta tinham também o caráter didático dos dramas gauleses. Eram um catecismo dramático (...) para uso dos genções indomitos e ferozes da Índia Brazilica. O drama era uma das armas do catequisador", porém, "Anchieta (...) ao contrário de quasi todos os seus colegas europeus, ambientava sempre as suas peças ainda as puramente religiosas (...) O dramaturgo conhecia como ninguém a psicologia do seu público".*

No mesmo artigo, A. de Alcântara Machado procura ressaltar o aspecto satírico da obra teatral do jesuíta:

*"Apaixonam-me, pelo pouco que sei deles, os improvisos cênicos em que o Apóstolo satirizava os vícios dos vicentinos cristãos e não cristãos. Esses sim deviam ser curiosíssimos. A simples idéia deles revela em Anchieta um comediógrafo dos mais adiantados de seu tempo".*

O aspecto de santo é atribuído a Anchieta após a narração de um possível "milagre", realizado quando o dramaturgo ordena que se prossiga com a apresentação de um determinado drama, apesar da tempestade que se formava e que desaba somente quando a apresentação termina. A. de Alcântara Machado comenta: *"Assim começou o teatro brasileiro. Com milagres de dramaturgo e de santo"*. Também Mário de Andrade alude ao caráter milagreiro de Anchieta, dizendo: *"Foi ele, o milagreiro, foi o José do Brasil que inventou esta grandeza pacífica em nós"<sup>52</sup>*, referindo-se ao sentimento que vivenciaram seus compradores, ao receber a carta de Anchieta em Londres.

Na série de conferências organizadas em 1896 por Eduardo Prado, por ocasião do Tricentenário do Padre Anchieta, variados autores já apontavam estas virtudes do jesuíta.

Cada qual ressalta um aspecto de sua vida: sua presença na Companhia de Jesus, sua figura de catequizador, sua relação com os indígenas, sua condição de poeta e escritor, sua sublimidade moral, sua participação na colonização do país e na fundação de São Paulo.

Além destas características essenciais ao jesuíta, o discurso histórico sobre ele, principalmente aquele construído nas primeiras décadas do século XX, ressalta a qualidade de fundador de S.Paulo. O ato de fundar S.Paulo é descrito como ousado e, acima de tudo, essencial para a colonização do sertão brasileiro. Brazílio Machado aponta este fato:

*“A capitania de S.Vicente, por elle notada como porta e caminho mais certo e seguro para as entradas do sertão, haveria, em menos de um seculo, de confirmar a auspiciosa prophesia. Sahiram dessa capitania e vinham em descendencia directa das primeiras gerações instruidas na fé pelos jesuitas das casas de S.Vicente e de Piratininga esses audaciosos chefes das bandeiras que por duzentos annos perlustraram o Brazil, deixando nas excavações das minas exploradas e no sitio das tabas que salteavam os primeiros estaqueamentos donde se deveriam levantar mais tarde povoados e capitanias. Para as entradas a todos os pontos, pela porta e caminho da capitania, se foram os vicentistas, descobrindo e povoando, como se a nós estivesse commetida a empreza de dispersar nossos filhos a todos os rumos, para reuni-los depois na gloriosa unidade de uma patria immensa e feliz. Pela porta e caminho de São Vicente sahiram povoadores e guerreiros, largando do sul ao norte, das praias orientaes até às minas do Peru, as pegadas de nossas tradições, de modo a se poder proclamar neste seculo que a historia de S.Paulo seria também a historia geral do Brazil.”*<sup>52</sup>

Como se pode ver, segundo estes historiadores, a fundação de São Paulo possibilita o avanço para o restante do país, constituindo-se os paulistas nos desbravadores do Brasil. Mas além de funcionar como um centro geográfico a partir do qual a história do Brasil se fez, São Paulo, obra de Anchieta, funciona também como um centro formador de uma raça vigorosa, conforme atesta Eduardo Prado em sua conferência, em 1896. Segundo ele:

<sup>52</sup>ANDRADE, Mário de. "Ad Petendam Pacem" in *T.R.5*, p.3.

<sup>53</sup>MACHADO, B. "Narração da vida de Anchieta" in PRADO, E. (org.). *III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta - Conferências preparatórias feitas por ocasião do centenário do veneravel Padre Joseph de Anchieta*. Aillaud & Cia.: Paris/Lisboa, 1900, p. 78-79.

*“Foi o filho do portuguez e do indio, o homem chamado desprezivamente mameluco, que descobriu este grande paiz, e este enorme factor historico não teria apparecido, se a catechese, a redução, o aldeamento, isto é, a domesticação do indio, não tivesse sido feita pelos jesuitas.”<sup>54</sup>*

O raciocínio deste autor é o seguinte: a criação das aldeias, a domesticação do indígena pelos jesuítas e o apaziguamento das relações entre eles e portugueses, realizado pelos jesuítas, possibilitou o cruzamento das raças índio/português, a partir da qual originou-se o mameluco, a raça dos bandeirantes paulistas. Para que tal cruzamento ocorresse em condições adequadas, a fundação de São Paulo foi essencial por suas condições climáticas e por seu afastamento do litoral.

*“A razão dizia e a experiência demonstrava que a obra da civilização do indio não se podia fazer em S.Vicente ou em Santos. O contacto immediato com a gente do mar, forasteiros e aventureiros, era corruptor e fatal; e por outro lado a raça européa não podia medrar, ao começo da sua immigração tropical, na costa, onde o clima lhe é decididamente desfavoravel. A acclimação definitiva da planta humana européa não era possivel num paiz torrido, sem o enxerto na planta indigena e este enxerto se robustece e fructifica na perfeição, quando a raça immigrante encontra um meio climaterico não muito diverso daquelle da sua origem.”<sup>55</sup>*

Sendo assim, São Paulo funcionaria então como uma “*officina de homens*”, possibilitando que se criasse em seu solo a raça mestiça que faria a história do Brasil<sup>56</sup>. Encerrando a argumentação, Eduardo Prado é categórico nesse aspecto, usando palavras de seu amigo Oliveira Martins: “*De S.Paulo, dizia, pode sahir a raça que fez o Brazil; tivessesmos nós tido outro S.Paulo e teriamos creado em Africa outro Brazil.*”<sup>57</sup>

Todo esse discurso histórico visa produzir um constante transitar entre as qualidades de Anchieta e da S.Paulo antiga, e a S.Paulo de hoje. As qualidades de Anchieta se transferem para sua obra, S.Paulo antiga e seus filhos, os paulistas, que por sua vez se

<sup>54</sup>PRADO, E. “O Catholicismo, a Companhia de Jesus e a colonização do Brasil” in PRADO, E. (org) *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>55</sup>*Ibidem*, p. 48.

<sup>56</sup>O mesmo raciocínio da importância de São Paulo para a história do Brasil será utilizado por seu sobrinho Paulo Prado no elo que constrói entre suas duas obras essenciais: *Paulística e Retrato do Brasil*.

transferem para a S.Paulo de hoje. Por isso, assim como São Paulo foi essencial para a história do Brasil no período colonial, também o é no período da Primeira República. Por isso Eduardo Prado se ufana em dizer, no momento em que profere sua conferência em 1896:

*"O maior serviço da Companhia foi, porém, a fundação desta cidade de S.Paulo, onde hoje estão reunidos (embora sob a ameaça de desaparecerem na onda estrangeira) os descendentes das raças fundidas, e onde, depois de quase tres seculos e meio , ha a vontade de afirmar, pelo modo mais solemne, a nossa existencia social, prestando homenagem a um heróe da nossa velha historia."*<sup>58</sup>

Retornando ao objeto de análise desta dissertação, *Terra Roxa e outras terras*, reencontramos essas idéias, 'suavizadas' por um discurso mais sutil mas, sem dúvida, presentes.

Anchieta é descrito como inovador e modernista principalmente por sua condição de fundador de São Paulo. Tanto Paulo Prado, ao supor: "*Cerca de quatro séculos mais tarde a semente plantada pelo jesuíta frutificaria como talvez nunca o sonhara a sua imaginação de poeta e de missionário*"<sup>59</sup>, quanto Sérgio Milliet ,em "30 saccas de café", ao dizer: "*A figura venerada do padre Anchieta é também uma figura de modernista (...) No seu tempo foi um futurista (...) Um parnasiano não teria fundado S. Paulo*"<sup>60</sup>, ambos estabelecem esta relação entre o caráter inovador, modernista de Padre Anchieta como pressuposto de sua capacidade em fundar uma cidade como São Paulo.

Esses autores realizam a transposição de características de seu tempo e de seu movimento, o modernismo, para a figura de Anchieta, visando obviamente a que a estrada aberta seja de 'mão-dupla', ou seja, que as características atribuídas ao jesuíta e a São Paulo de seu tempo, possam ser anexadas ao paulista contemporâneo.

Como ocorre com a figura do bandeirante, a história, o discurso histórico validado através da busca de documentos que o comprovassem, funciona como respaldo para a construção do símbolo, que ultrapassa o limiar do fato, advindo da interpretação que, num dado momento, um certo grupo faz dele. Prova disso é que, embora jesuítas e bandeirantes

---

<sup>57</sup>MARTINS, Oliveira. *O Brasil e as Colonias Portuguesas*, liv. IV, cap. II *apud* PRADO, Eduardo. *Op. Cit.*, p.51.

<sup>58</sup>PRADO, E. *Op. Cit.* p. 48.

<sup>59</sup>PRADO, Paulo. "Uma carta de Anchieta" in *T.R.1*, p.1.

<sup>60</sup>MILLIET, Sérgio. "30 saccas de café" in *T.R.5*, p.3.

tenham sido, muitas vezes, opositores declarados são colocados lado a lado na simbologia heróica paulista. Os mesmos autores que construíram as primeiras imagens heróicas dos bandeirantes, os já citados Frei Gaspar e Pedro Taques, são fontes para os historiadores das primeiras décadas do século XX traçarem a figura heróica de Anchieta.

Com relação à imagem de Anchieta, observamos que em produções anteriores acerca de sua figura, como em poemas de Santa Rita Durão<sup>61</sup> e Fagundes Varela<sup>62</sup>, prevalecem as características de santo, bravo, humilde, penitente, casto e poeta, atribuídas ao jesuíta. No entanto, na imagem de Anchieta promovida pela elite cafeeira paulista, o papel de fundador de S. Paulo é essencial. Todas suas características são relacionadas de alguma forma ao seu passado paulista. A civilização do indígena é necessária para a formação da raça paulista: o mameluco; o aprendizado da língua tupi, é importante por ser a língua indígena usada em Piratininga; a atuação como soldado na luta contra os tamoios tem o objetivo de defender S. Paulo. É justamente este passado paulista anchietano que A.de Alcântara Machado vai buscar ao compor sua obra *Anchieta na Capitania de São Vicente*, publicada em 1929.

Segundo o próprio Alcântara Machado, a figura que emerge dos biógrafos seiscentistas é sua fonte de informações, embora apresente lacunas e aspectos contraditórios. No entanto nesta figura são ressaltados muito mais “a figura lendária do santo que a verídica e terrena do homem”<sup>63</sup>. Apesar disso e também por isso, o autor se propõe reconstituir a atuação terrena de Anchieta na capitania vicentina, já que “*Anchieta força, mais do que a curiosidade, a devoção dos filhos da terra, cuja infancia elle pageou.*”<sup>64</sup> Reconhece no jesuíta todas as características pessoais já apontadas (santo, devotado ao trabalho, humilde, etc.) dando relevo ao seu papel como fundador de S.Paulo, professor, dramaturgo, negociador, pacificador e bravo na luta contra os tamoios e os franceses, e administrador de São Vicente.

<sup>61</sup>No canto X de *O Caramuru*, o autor louva a colonização como empresa religiosa, elogiando o trabalho dos jesuítas: “os operários santos, / que com fadiga dura, intenção reta, / Padecem pela fé trabalhos tantos:/ O Nóbrega famoso, o claro Anchieta”, p. 52-57 apud MONTEIRO, João. “Anchieta na Poesia e nas lendas Brasileiras” in PRADO, E. (org.). *III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta - Conferências preparatórias feitas por ocasião do centenário do venerável Padre Joseph de Anchieta*. Aillaud & Cia.:ParisLisboa, 1900. p. 220.

<sup>62</sup>Escreveu a obra: *Anchieta, ou o Evangelho nas selvas*. Rio de Janeiro: Imperial, 1875.

<sup>63</sup>ALCÂNTARA MACHADO, A. *Anchieta na Capitania de São Vicente*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1929, p.3.

<sup>64</sup>*Ibidem*, p.5.

Todos os aspectos enumerados servem para erigir Anchieta como mais um símbolo do nobre passado paulista.

### 3. 5 - PAULISTANIDADE

A paulistanidade é um tema recorrente em *Terra Roxa e outras terras*, sendo aquele que organiza e dá sentido a todos os demais. É visto sob um prisma positivo (excetuando-se um artigo de Mário de Andrade), e está ligado a questões como: superioridade racial obtida pela atuação do meio na formação das raças e constituição da raça brasileira. O cerne das discussões sobre paulistanidade, em *Terra Roxa e outras terras*, é a polêmica criada por Mário de Andrade, ao criticar fortemente Sérgio Milliet, por suas afirmações na resenha que faz sobre *Raça* de Guilherme de Almeida<sup>65</sup>. Nela, Sérgio Milliet diz: "(...) *Guilherme é profundamente brasileiro. Digo mais: paulista*", e referindo-se a um trecho do poema, continua: "*Todo esse pedaço é profundamente nosso, de S. Paulo. Isso não é um defeito, porquê só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal sendo do seu paiz*".

Estas afirmações provocam uma reação enérgica de Mário de Andrade que, em sua "Carta Protesto"<sup>66</sup>, critica:

*"Em que sentido simbólico, heróico , grandiloqüente e errado você está empregando a palavra "paulista"! (...) Como símbolo o paulista também é aquela besta reverendíssima da guerra dos Emboabas, ainda por cima arara e covardão. É o homem que abandonou toda uma região porquê sem providendas de tratamento, sem bom senso e carinho ela não dava mais café."*

E referindo-se à participação dos paulistas na revolta tenentista de 1924, "a Isidora", insinua: "... eu que vivi na rua observando revoltosos e legalistas tenho muito que contar sobre a psicologia do paulista". Termina dizendo que é sentimentalismo:

---

<sup>65</sup>T.R.1, p. 6.

<sup>66</sup>T.R.2, p.4.

*"se deixar levar por vaidadinhas rompantes e afirmativas sem realidade e perigosas. Perigosa como a de você [Sérgio Milliet], que é desnacionalizante, irritante e errada."*

Criada a polêmica, pela reação de Mário de Andrade, surge a crítica de A. de Alcântara Machado<sup>67</sup> ao artigo daquele, intitulada "Colhér Direita", onde o autor defende fervorosamente a superioridade do paulista, frente aos brasileiros de outros estados. Dirigindo-se a Mário de Andrade, A. de Alcântara Machado diz: *"Você xingou o paulista de nomes feios. Para que isso? Sou paulista daqui mesmo (rua Barão de Campinas). Também quero brigar!"*, e prossegue, respondendo pontualmente a cada crítica feita ao paulista:

*"O paulista da guerra dos Emboabas não foi nem besta nem ararão nem covardão. Primeiro, sendo leal, confiou na lealdade de seu pai português. Depois, vítima de uma canalhada tremenda, reagiu com as mesmíssimas armas do inimigo. (...) Se não tornou fecundo o ouro de Minas foi porque a fazenda real não permitiu: avançava em tudo. A região que abandonou porque não dava mais café dá hoje arroz pelo paulista mesmo plantado e em tal quantidade que a bate de longe o Rio Grande do Sul. A revolução de 1924 foi feita e unicamente vencida pelo soldado paulista. Só ele combateu de verdade, quer de um quer de outro lado. Nunca mais repita, nem brincando, que a nossa riqueza e progresso nascem de circunstâncias climáticas e geológicas. Nada disso. Que o paulista com o seu carácter e a sua fibra seja produto das tais circunstâncias, vá lá! É diferente. E é bonito. Não degenerou. Não se mostrou indigno de seu ambiente."*

Termina aludindo à polêmica produzida por Mário de Andrade como mera contestação, lembrando-lhe a sua paulistanidade: *"Você, produto do meio, é dos caras mais perigosos em toda essa brigalhada."*

De fato, Alcântara Machado revela perspicácia ao fazer esse comentário acerca da paulistanidade de Mário de Andrade que, embora não se revele nas colaborações de *Terra Roxa*, vem à tona completamente por ocasião da Revolução de 32, da qual Mário toma parte ativa. Em carta a Drummond de 6 de novembro de 1932 afirma:

---

<sup>67</sup>T.R.3, p.4.

*"Agora eu sou paulista. Não sinto o Brasil mais, e ainda não readquiri a minha internacionalidade. Retrogradei vinte anos na minha vida. Voltei ao menino estudante que inda tinha senso político de pátria. E minha pátria é S.Paulo. E isso não me desagrada".<sup>68</sup>*

Encerrando os artigos que tratam da polêmica, Sérgio Milliet escreve "Pontos nos is"<sup>69</sup>, defendendo-se, a princípio:

*"Na minha crônica falava de Guilherme que, só podia ser brasileiro sendo paulista. Isto é sendo ele. Si se tratase de um carióca diria: ele só é brasileiro sendo carióca"*

Mas assumindo a posição de A. de Alcântara Machado ao final, embora alegue não ter pensado nela, resolve admiti-la como a melhor interpretação.

*"Adóto a interpretação de Antônio de Alcântara Machado. De hoje em diante é ali no duro: só se é brasileiro sendo paulista. E se quiser!"*

Como polêmica central, explícita, em *Terra Roxa e outras terras*, a respeito da paulistanidade, este diálogo de artigos será analisado por Eduardo Jardim de Moraes ao tratar do tema da brasilidade modernista<sup>70</sup>, que aponta a existência, nesta polêmica, do que chama de "paulistismo", "*confundido muitas vezes, pelos autores paulistas com suas reivindicações nacionalistas*"<sup>71</sup>.

Após citar o primeiro texto de Sérgio Milliet que afirma: "*Todo esse pedaço é profundamente nosso, de São Paulo. Isso não é um defeito, porque só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal sendo do seu país*", Eduardo Jardim de Moraes percebe uma identificação da brasilidade com o "paulistismo", evidenciando-se o "bairrismo paulista" da afirmação. Tal bairrismo cria uma contradição em relação ao princípio, apregoado pelos modernistas, de um nacionalismo que permitiria atingir o universal. Este nacionalismo, no entanto, opunha-se ao regionalismo, pelo menos em tese. Mas esta afirmação explícita da superioridade do paulista é fruto de um regionalismo estreito e pouco resolvido.

<sup>68</sup>Carta a Carlos Drummond de Andrade, datada de São Paulo, 6 novembro de 1932 in FERNANDES, Lygia, ed. . *71 Cartas de Mario De Andrade*. Rio de Janeiro: Livraria São José, s.d., p. 74-82.

<sup>69</sup>T.R.3, p.4.

<sup>70</sup>MORAIS, Eduardo Jardim. *A Brasilidade Modernista: Sua Dimensão Filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p.104-107.

<sup>71</sup>*Ibidem*, p. 104.

Não é apenas Sérgio Milliet que se mostra bairrista dentro da polêmica. Jardim de Moraes evidencia na crítica irritada que Mário de Andrade produz ao artigo de Milliet, a mesma lógica interna de raciocínio. Ao criticar Milliet pelo seu regionalismo desnacionalizante e saudosista, Mário enumera uma série de ataques à psique do 'paulista', apresentando assim a mesma posição do criticado, por efetuar críticas a um determinado agrupamento, os paulistas, definindo-os por sua posição geográfica. A diferença entre sua crítica e a de Milliet reside apenas no pólo negativo no qual se situa. No entanto, não rompe a lógica que assegura o raciocínio de Milliet.

Telê Porto Ancona Lopez já havia alertado para isso. Verificou em vários momentos da produção de Mário de Andrade um conflito 'inconsciente' entre nacionalismo e bairrismo. Este último manifestando-se em hostilidade em relação ao Rio de Janeiro, aos nordestinos, aos imigrantes, sempre procurando colocar-se em posição de defesa em relação às críticas feitas por estes a São Paulo. À medida que se aproxima a Revolução Constitucionalista de 1932, da qual tomará parte, passa a promover a exaltação de São Paulo, obviamente contagiado pelas discussões do momento.<sup>72</sup>

Além da presença nessa polêmica, a paulistanidade, enquanto defesa da superioridade do paulista, tanto com relação aos outros brasileiros, quanto com relação aos moradores de São Paulo que não possuem tradição, aparece em comentários como os de Paulo Prado, a respeito da aquisição da Carta de Anchieta:

*"Para um paulista é com intensa emoção que se lê esse documento (...) É o documento de família que dá à Cidade moderna o attestado de longa ascendencia que não possuem os novos ricos"*<sup>73</sup>.

Surge também em manifestações fervorosas, como as de René Thiollier, feitas a Blaise Cendrars durante viagem de ambos a São João Del Rey<sup>74</sup>:

*"Tenho loucura pelo meu Estado natal! Sou morbidamente paulista! No entanto, basta-me penetrar num Estado vizinho para que imediatamente pulse meu coração de um modo diferente, e eu veja, então, o quanto sou brasileiro! (...) De súbito, porém, me apoiou de dentro um ressentimento, que, todos nós paulistas,*

<sup>72</sup>ANCONA LOPEZ, Têlé Porto. *Mário de Andrade: Ramais e Caminho*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1972, p. 215-224.

<sup>73</sup>PRADO, Paulo. "Uma carta de Anchieta" in *T.R.1*, p.1.

<sup>74</sup>THIOLLIER, René. "Nós, em S. João D'El Rey" in *T.R.1*, p.2.

*temos, hoje em dia, contra as iniquidades que, á compita, nos assacam os odios da inveja. (...)*

*Por que motivo, sim, por que motivo nos hão de hostilizar, como nos hostilizam, os nossos irmãos, de norte a sul pelo Brasil?! Nós que os recebemos, de braços abertos, no seio das nossas famílias! Facilitamo-lhes as posições as mais elevadas na nossa terra, deixando-nos preterir por elles, em todos os ramos da actividade official: no proprio governo do nosso Estado! (...) Na nossa representação federal, então, nas nossas camaras, innumerados são os individuos que vivem a falar em nosso nome, mas que, absolutamente, não têm uma noção do que isto seja: - o ser PAU-LIS-TA!"*

É Paulo Prado novamente, que apresenta outra faceta da paulistanidade, quando procura ressaltar o poder de atuação dos fazendeiros paulistas no desenvolvimento do estado. Faz isto no discurso de entrega da Carta de Anchieta<sup>75</sup> ao Museu Paulista:

*"É hoje justo que São Paulo, prospera, cheia de vida, como a descortinamos desta mesma janella, e ataviada ingenuamente com o incerto gosto de uma nova-rica, venha pagar a divida de gratidão contrahida para com um dos fundadores da sua grandeza (...) Perto de quatro séculos foram necessarios para a elaboração d'esse milagre, e como numa parabola a lição do milagre é uma lição de humildade e confiança (...) Sabiamos que a semente do jesuíta tinha fructificado esplendidamente em mil milhões de cafeeiros espalhados nas 25.000 fazendas de S. Paulo. Com um insignificante esforço dessa força que se ignora a si mesma e que é tudo e nada é, poderíamos encher de preciosidades, como em armazens ou tulhas, todas as salas deste edificio (...) Este museu é sobretudo o museu do nosso passado paulista, ainda palpitante, ainda com o calor e o interesse da vida de outr'ora".*

Além de apontar a importância da atuação dos fazendeiros paulistas na doação das 30 sacas de café para a compra da Carta de Anchieta, Affonso d'E. Taunay, em seu discurso de agradecimento pela doação da mesma, também alude à

---

<sup>75</sup>T.R.5, p.1.

tradição dos fazendeiros, como um fator de superioridade, pois têm bandeirantes como ancestrais:

*"Ao autographo anchietano, simbolicamente adquiristes com trinta saccas de café. E nada mais expressivo nem mais suggestivo (...) É o café, de meio seculo para cá, o symbolo de S. Paulo, como o ouro e as pedras foram os de S.Paulo setecentista e o desporto da correria pelo continente e da caça ao indio o do S. Paulo seiscentista (...) Assim melhor inspirada não podia ser esta vossa ideia tão suggestiva, do escambo realisado, á moda da era anchietana, das trinta saccas do grão novecentista pelo documento quinhentista (...) E a maioria destes fazendeiros de café que as offertaram, ancestralmente se entroncam quasi todos, senão todos, nos povoadores martim affonsinos, nos patriarchas e guayanazes."*<sup>76</sup>

Devido a esse "entroncamento ancestral" dos fazendeiros paulistas, René Thiollier se permite dizer, descrevendo sua emoção ao tocar a Carta de Anchieta:

*"E os meus lábios, n'esse momento, encresparam-se n'um sorriso de infinita compaixão para os fidalgos de semel plebeu que se agasalham na cidade Heráldica".*<sup>77</sup>

A temática da paulistanidade surge em *Terra Roxa e outras terras* em todas as suas nuances: a questão racial, a tradição, a ancestralidade anchietana e bandeirante, a bravura do desbravador das terras brasileiras e o poderio econômico do café paulista formando uma elite cafeeira com "legitimidade" para ser dominante. Essa busca de justificação histórica e ideológica do poder, característica das classes dominantes, inicia-se no final do séc.XIX, logo que o café ascende economicamente e São Paulo passa a dominar o cenário político e econômico. As primeiras décadas do séc. XX trazem no seu bojo a discussão da superioridade paulista em relação ao restante do Brasil, justificando a necessidade de maior representação política do Estado, maior poder de decisão em relação à política econômica do país, chegando até ao separatismo, já que, segundo os defensores desta idéia, São Paulo "carregava os outros estados brasileiros sobre os ombros."

<sup>76</sup>T.R.5, p.3.

<sup>77</sup>THIOLLIER, René. "A Carta de Anchieta" in T.R.5, p.3.

Sabemos que a elite cafeeira alcançou grande parte do seu intento, garantindo uma política de valorização do café por parte dos governos federal e estadual, além do domínio político em vários momentos, com a política do 'café-com-leite'.

Do ponto de vista historiográfico encontramos uma série de publicações que discutem essa questão, legitimando a superioridade paulista através da interpretação dos fatos históricos. Dentre eles estão os livros de Paulo Prado (*Paulística e Retrato do Brasil*); as obras de A. Alcântara Machado, *Anchieta - Na capitania de S. Vicente*, e de seu pai, José de Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*; as publicações de Alfredo Ellis Jr. sobre os bandeirantes e a história paulista, *Raça de Gigantes*; as pesquisas de Afonso d'Escragnolle Taunay sobre a história de São Paulo, *Aspectos Sociais de São Paulo Seiscentista e História Geral das Bandeiras Paulistas*, bem como a descrição minuciosa que Sérgio Milliet faz da vida na fazenda São Martinho (de propriedade dos Prado) em seu ensaio, *Roteiro do Café*. Esta pequena coleta, principalmente dentre os colaboradores de *Terra Roxa* é reveladora do movimento historiográfico efetivado em São Paulo com a finalidade de afirmar a tradição paulista diante do panorama de imigração em massa e industrialização que se evidenciava no Estado. Revela portanto a importância da temática da paulistanidade.

Obviamente, o jornal literário está inserido nestas questões, assumindo, pela característica das suas colaborações, o partido da paulistanidade. Vale ressaltar que as principais diretrizes dessa questão parecem ter sido dadas pela obra de Paulo Prado, *Paulística*, publicada em 1925 e por seus estudos para a elaboração do *Retrato do Brasil*, que já haviam sido iniciados (conforme comprova a presença em *Terra Roxa e outras terras* de trechos de cronistas coloniais que seriam, posteriormente, incorporados a este livro). Dizemos isto não só pela presença dos argumentos para a superioridade paulista apresentados pelo próprio Paulo Prado em suas colaborações, citadas acima, que coadunam com sua tese em *Paulística*, mas também pela comunhão entre essa tese e os argumentos de A. de Alcântara Machado em sua defesa a Sérgio Milliet, na polêmica com Mário de Andrade, por exemplo.

Antonio de Alcântara Machado defende o paulista ressaltando a ancestralidade de bravura representada pelo bandeirante e erigindo a tese do surgimento da raça paulista através de sua atuação com o meio. Em suas obras, Paulo Prado afirma que a raça paulista é fruto da miscigenação entre o português heróico, do período renascentista

português, e o índio, gerando o bandeirante mameluco desbravador que efetuou o aprimoramento da raça pela atuação no meio inóspito. O autor nega ainda o contato da raça paulista com o negro escravo “vicioso” e com os demais brasileiros, pelo menos no período de formação de São Paulo. Este isolamento do paulista nos primórdios de sua formação fora resultado da barreira formada pela Serra do Mar, cujo caminho em direção ao litoral era extremamente difícil. Assim o contato era restrito. Por isso a raça paulista havia sido formada de forma particular, única e superior em relação aos brasileiros ‘comuns’. Desta forma, traçando primeiramente a história de São Paulo com suas particularidades, Paulo Prado vincula esta história à história do Brasil, acabando por criar uma dependência da segunda em relação à primeira. Esta reflexão será apresentada posteriormente em *Retrato do Brasil*.

A explanação dos tópicos apresentados até aqui permite embasar a identificação de uma temática centralizadora, que se apóia na defesa da superioridade do paulista. Como vimos, as teses acerca de raça e cultura defendem a existência de raças e culturas superiores, fruto da atuação do meio. Isso fornece o respaldo filosófico para a defesa da superioridade paulista e para a condenação do imigrante, como um ser que poderá corromper nossa cultura, preservando a sua.

Uma das características essenciais da cultura é a sua tradição. A superioridade paulista é apresentada também sob esse prisma, ao se promover a exaltação de Anchieta e dos bandeirantes, figuras históricas do país, mas sobretudo de São Paulo. Tal exaltação, portanto, visa a atingir os descendentes diretos dessas figuras, tornando-os possuidores, cultural e racialmente, de suas qualidades.

As principais características apontadas em Anchieta e nos bandeirantes são a coragem, a determinação e a busca do novo (ousadia), isto é, as mesmas louvadas nos paulistas e identificadas como definidoras do movimento modernista. Este movimento tem, de acordo com os colaboradores de *Terra Roxa*, como meta principal, no momento, a busca do brasileirismo na arte e a tentativa de definição do caráter brasileiro.

Para a definição do caráter brasileiro é imperativo encontrar soluções que equacionem, segundo a ótica da elite cafeeira, o delicado problema da manutenção da

hegemonia econômica e política do estado de São Paulo, em meio à federação, pois constrói-se, com traços provenientes das figuras históricas dos bandeirantes e de Anchieta, a vigorosa raça dos paulistas.

Além da construção simbólica da superioridade paulista efetivada a partir de cada um dos temas aqui apresentados, encontra-se no jornal literário um outro fato, também elaborado simbolicamente com a mesma finalidade, que deve ser examinado atentamente: a subscrição para a compra da Carta de Anchieta.

### 3.6 - A SUBSCRIÇÃO

Segundo Sérgio Milliet<sup>78</sup>, a idéia da subscrição surgiu na casa de Yan de Almeida Prado enquanto se discutia o São Paulo antigo. Nasce juntamente com o jornal *Terra Roxa e outras terras*. Certamente fazem parte do mesmo plano, já que no primeiro número a proposta é lançada por Paulo Prado: uma subscrição, em sacas de café, para a compra de uma carta autógrafa do Padre Anchieta que se encontra em uma loja de antigüidades de Londres.

Passados apenas quinze dias, quando o segundo número de *Terra Roxa* surge, já se publica uma listagem com 13 doadores, depositantes de 15 sacas de café em Santos. Esta listagem cresce para 19 nomes e 21 sacas no jornal n. 3, 24 nomes e 26 sacas no jornal n. 4, para encerrar-se com 27 nomes e 30 sacas no quinto número de *Terra Roxa e outras terras*.

Todos os integrantes da listagem são obviamente integrantes da elite cafeeira paulista conforme revelam seus sobrenomes: Motta e Silva, Souza Queiroz, Almeida, Silva Prado, Queiroz Telles, Moraes Sales, etc. É importante ressaltar que a família Prado colabora com o maior número de sacas de café, distribuídas em nome dos irmãos, das companhias distribuidoras de café e de suas fazenda. Na lista final, somando-se as 2 sacas em nome da redação de *Terra Roxa* como doação de Paulo Prado, “*capitalista da empresa*”

---

<sup>78</sup>“30 saccas de café” in *T.R.* 5, p. 3.

conforme declara A. de Alcântara Machado<sup>79</sup>, a família Prado contribui com 8 das trinta sacas de café.

Interessa notar também que no decorrer da publicação da lista de doações ocorrem mudanças na quantidade de sacas doadas por Paulo Prado. Em *Terra Roxa* n°2 aparecem duas sacas em seu nome, pela Cia. São Martinho, e a Redação de *Terra Roxa e outras terras* doa uma saca. Nos números 3 e 4 a lista de doadores apenas se amplia, seguindo a ordem inicial, restando apenas quatro sacas para encerrá-la. Finalmente, no quinto número, no qual se anuncia a doação da carta ao Museu Paulista e do qual constam, além de artigos de vários colaboradores sobre o episódio, os discursos pronunciados na cerimônia de entrega por Paulo Prado e Taunay, neste número notamos as seguintes alterações na listagem dos doadores: a Redação de *Terra Roxa* passa a doar 2 sacas de café; a Cia S. Martinho (propriedade de Paulo Prado) que anteriormente apresentava à frente o seu nome passa a figurar sozinha como doadora de 2 sacas; e o nome de seu proprietário, Paulo Prado, vai figurar ao final da listagem como doador de mais uma saca de café, além de outra saca em nome da Fazenda Santa Veridiana, também de sua propriedade. Por meio dessas alterações Paulo Prado completa a lista de doadores, mas esconde seu gesto sob outros nomes.

A apresentação desses pormenores tem o objetivo de salientar o caráter simbólico da subscrição, visto que, caso não houvesse essa preocupação, não haveria necessidade dessas pequenas, mas significativas alterações.

O próprio Paulo Prado diz em seu discurso na entrega do documento ao Museu Paulista que *“foi comprado simbolicamente com trinta saccas de café”*. O cafeicultor poderia tê-la comprado facilmente, sem necessidade de subscrição, conforme salientou Mário Guastini, criticando a idéia:

*“O Sr. Paulo Prado está confortavelmente installado na vida. Para elle, o dispendio de duzentas libras, sete contos de réis, ao cambio de hoje, provocará o mesmo desequilibrio que a um pobre mortal como eu acarretaria a despeza imprevista de uma das nossas desvalorizadas cédulas de cem mil réis...”*<sup>80</sup>

<sup>79</sup>Carta enviada a Prudente de Moraes Neto, datada de 31/12/1925, na introdução que Cecília de Lara escreve para a edição fac-similar de *Terra Roxa e outras terras*: “Terra Roxa ... e outras terras: um periódico Pau Brasil” in *Terra Roxa e outras terras*. edição fac-similar, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1977, p. VII.

<sup>80</sup>GUASTINI, Mário. “Autographo Quinhentista” in *A Hora Futurista Que Passou*, São Paulo, 1926, p.68-69.

Sendo assim, a subscrição tem a função de fazer com que todos os fazendeiros de café participem simbolicamente da construção de sua imagem, através da compra da carta de Anchieta, ainda que, ironicamente, Paulo Prado declare que a subscrição tem a função de proporcionar “aos meus collegas argentarios, na compra da carta anchietana, uma preciosa occasião para fazer figura”.<sup>81</sup>

Em todos os comentários e notícias sobre este fato está presente a idéia de união da classe cafeeira, para a obtenção de um objetivo comum. Na verdade, o que se pretende é ostentar o poderio econômico e a força da elite cafeeira quando unida.

Nos anúncios publicados n’*O Estado de São Paulo*, a participação da elite cafeeira é ressaltada quando se declara: “A subscrição aberta pelo quinzenário paulistano, entre fazendeiros de café”<sup>82</sup> ou “(...) o valiosíssimo autographo de Anchieta, adquirido por trinta fazendeiros abnegados”<sup>83</sup>, ou ainda “(...) appellando para a cultura e o patriotismo dos nossos fazendeiros de café.”<sup>84</sup> O mesmo ocorre em vários artigos publicados no quinto número que comemora a entrega da carta.

Tudo isso nos permite perceber como a subscrição é um fato simbólico, elaborado pelo jornal literário com a finalidade específica de promover a união da elite cafeeira. Ainda mais quando percebemos que o quinzenário passa a ser noticiado como aquele que efetuou a subscrição, sendo esta, juntamente com o ato de doação da carta de Anchieta ao Museu Paulista, a verdadeira razão para que os anúncios no jornal *O Estado de São Paulo*, bem como os rodapés de Mario Guastini, falassem da publicação. *Terra Roxa e outras terras* parece, então, ter sido identificado em seu tempo como o periódico que promoveu a subscrição.

A hipótese, aqui apresentada, da centralidade deste fato na publicação de *Terra Roxa e outras terras* e de seu significado enquanto símbolo da união e do poder da elite cafeeira paulista foi reforçada ainda mais quando nos deparamos com um artigo chamado “Um suposto autógrafo de Anchieta”, publicado na Revista do Arquivo Municipal da Prefeitura de São Paulo em setembro de 1952. Tal artigo de autoria de J.G. Moraes Filho,

<sup>81</sup>“Uma carta de Anchieta” in GUASTINI, Mário .*Op. Cit.*, p. 73-76.

<sup>82</sup>“Um Autographo de Anchieta ”. *O Estado de São Paulo*, 25/IV/1926, p. 6. Microfilme (MR 466), Acervo do Arquivo Edgard Leuronth, UNICAMP.

<sup>83</sup>“OAutographo de Anchieta” *O Estado de São Paulo*, 27/IV/1926, p. 6 . Microfilme (MR 466), Acervo do Arquivo Edgard Leuronth, UNICAMP.

pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, analisa a carta de Anchieta sob vários aspectos técnicos: tipo de documento, léxico, ortografia, entre outros e aponta a carta como apócrifa.

O artigo ressalta também a inabilidade, ou incompetência, do técnico inglês que fez a primeira análise da carta, em Londres, além de um anacronismo histórico em relação à construção da capela de N. Senhora da Luz, na qual, segundo a carta, Anchieta estaria rezando missa em 1579, mas cuja escritura de doação do terreno para construção, data de 1580. Portanto em 1579 a capela simplesmente não existia. O pesquisador relata ainda inúmeras características falsas da carta e aponta a existência, em São Paulo, nos anos de 1911 e 1925, de um grupo de falsários que espalhou suas fraudes por todo o Brasil. Mas, mais importante ainda é sua citação da declaração de um criminalista contemporâneo aos falsários, revelando que fabricavam essas “*peças fraudulentas*” por encomenda.

Tais descobertas assumem importância ainda maior para a análise da subscrição como um fato simbólico em *Terra Roxa e outras terras* se considerarmos, conforme já apontamos, que ocorria neste momento, em São Paulo, um movimento historicista que visava a resgatar a história paulista nos aspectos em que pudesse funcionar como afirmação de uma tradição valorosa. Por isso os estudos sobre os bandeirantes e Anchieta, entre outros. Além disso, a concepção de história que regia esses estudos valorizava sobremaneira a pesquisa documental. Os documentos eram vistos como comprovação incontestada das verdades históricas, sem qualquer questionamento. Assim, a carta de Anchieta assume o papel de prova necessária do valor e da ancestralidade do paulista.

Não estamos afirmando que o grupo componente de *Terra Roxa e outras terras* tinha conhecimento deste fato, ou que tenha mandado fabricar tal carta, mas é importante salientar que o símbolo da ancestralidade da elite paulista, conforme fazem questão de lembrar os colaboradores do jornal literário e o diretor do Museu Paulista, seja comprovadamente falso.

Verifica-se então a paulistanidade construída, comprovada de variadas formas e plenamente caracterizada em *Terra Roxa e outras terras*, principalmente pela recuperação de elementos da tradição: tanto histórica quanto literária. A partir desta

---

<sup>84</sup> *Ibidem.*

identificação, torna-se pertinente uma investigação da existência desse mesmo elemento: a paulistanidade, em outros momentos da história literária. Verificando em que medida esta seria uma construção específica de *Terra Roxa e outras terras*, ou existiria uma ‘tradição da paulistanidade’.

## CAPÍTULO IV - A TRADIÇÃO DE *TERRA ROXA*

A análise da temática de *Terra Roxa e outras terras* evidenciou a centralidade da paulistanidade e, interligando as principais discussões efetuadas nas colaborações, pudemos ver como se construiu uma concepção própria do que seria o moderno para o periódico: um moderno enviesado pela paulistanidade com todas as características de recuperação de um passado específico, com funções determinadas no presente. *Terra Roxa* encontra-se, pois, permeado e em constante diálogo com a **tradição**, tanto literária quanto histórica.

O diálogo com a tradição literária faz-se na negação do modelo passadista, representado principalmente pelo Parnasianismo, e na recuperação de alguns aspectos do Romantismo que são considerados positivos, dentro do projeto cultural modernista.

Indiretamente, através da temática da paulistanidade, *Terra Roxa* dialoga com outros momentos literários, seja anterior; concomitante, mas oposto, ou posterior à sua vigência. Portanto, pode-se delinear uma tradição do discurso sobre a paulistanidade, no âmbito da literatura paulista, tendo como referencial a forma como tal discurso é construído em *Terra Roxa e outras terras*.

Ao investigar a existência da paulistanidade em outros momentos literários, mantendo o referencial acima referido, é possível identificá-la em três momentos: na primeira fase da *Revista do Brasil*, na produção do grupo modernista *Verde Amarelo* e na *Revista Nova*, que representa um momento posterior da produção do mesmo grupo idealizador de *Terra Roxa*. Obviamente a identificação da paulistanidade nestas produções literárias específicas não pretende esgotar nem a pesquisa sobre a temática, nem a análise sobre tais produções, mas apenas delinear um panorama, mostrando, através de exemplos, que a paulistanidade não se circunscreve apenas ao objeto de nosso estudo.

Como a paulistanidade é construída principalmente através de referenciais históricos, o diálogo com a tradição histórica também está presente em *Terra Roxa e outras terras* e nos outros momentos literários em que esta temática aparece. Portanto a tradição é investigada tanto no âmbito literário quanto no histórico propriamente dito.

Pode-se dizer em relação a *Terra Roxa e outras terras* que este se propõe um diálogo com determinada tradição que é recuperada e (re)construída a partir de uma seleção.

Identifica-se a tradição como fator essencial dentro do periódico funcionando como embasamento para certas concepções, tanto literárias, quanto ideológicas. Isto porque a relação de *Terra Roxa e outras terras* com a tradição se faz pela tentativa de construção, ou reconstrução de uma tradição genuinamente brasileira, já que uma das grandes questões do Modernismo Brasileiro é a busca do caráter nacional.

Sabemos que o Modernismo não se construiu somente de rupturas. Há muito de continuidade no movimento. No entanto, esta continuidade procura vincular-se a tradições específicas, definidas histórica e literariamente.

Tradição, dentro de *Terra Roxa e outras terras* não é um elemento objetivamente conceitualizado. Relaciona-se com história, costumes, cultura e mais estreitamente com os conceitos de brasileirismo, e de um nacionalismo, isto porque, a construção do caráter nacional prevê o resgate de nossas tradições.

Enquanto proposta literária, *Terra Roxa e outras terras*, como periódico modernista, concede ao Romantismo os louros pela primeira tentativa de nacionalizar o país. Há então uma recuperação de alguns ideais românticos, tal como se realizaram no Brasil. *Terra Roxa e outras terras* promove assim uma volta à tradição literária mostrando que não é apenas ruptura, mas também continuidade.

#### 4.1 - O RESGATE DO ROMANTISMO

A relação entre Romantismo e Modernismo já foi largamente apontada por variados estudiosos do Modernismo, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito mundial, ou seja, tanto em relação à forma particular como os dois movimentos se realizaram no Brasil, quanto em relação aos conceitos estéticos gerais que os regeram aqui e em outros lugares onde se verificaram.

Um dos traços característicos do movimento romântico foi a efetivação da ruptura com a tradição neoclássica das artes, voltando-se para a realidade nacional de cada região. Mas, segundo Otavio Paz:

*“O romantismo não foi apenas uma reação contra a estética neoclássica, mas também contra a tradição greco-latina, tal como a haviam formulado o Renascimento e a idade barroca. O neoclassicismo, além de tudo, foi a última e*

*mais radical das manifestações dessa tradição. A volta às tradições poéticas nacionais (ou a invenção dessas tradições) foi uma negação da tradição central do Ocidente.”<sup>1</sup>*

Por isso o autor afirma que o Romantismo inaugurou a tradição da ruptura que as vanguardas levariam ao extremo. Tanto a ruptura com a ordem vigente, enquanto “volta às tradições nacionais ou invenção dessas tradições”, quanto “a pretensão de unir vida e arte”<sup>2</sup> são aspectos recuperados e reelaborados pelo Modernismo. Ambos pretendem romper com uma tradição que não mais satisfazia os artistas nem permitia que a arte pudesse ser elemento ativo e modificador da sociedade.

Na forma como se realizou no Brasil, o Romantismo apresentou todas essas características. Procurou romper com a excessiva influência europeia na nossa literatura, buscando nossas características e preocupando-se com a definição do caráter nacional.

Dentro dessa definição foram contempladas questões de língua: a tentativa de se identificar uma língua brasileira, diversa da portuguesa; questões étnicas: em meio à diversidade étnica brasileira elegeu-se o índio como elemento genuinamente brasileiro; questões políticas: foram os intelectuais românticos que, imbuídos do nacionalismo, idealizaram o movimento da Independência do Brasil.

O nacionalismo romântico não pretendia promover um isolamento do Brasil em relação às demais nações, uma vez que o princípio vigente era o de “acelerar a consciência de nacionalidade e reativar o complexo de cultura e civilização”<sup>3</sup> de nosso povo, sem no entanto, deixar de pretender a “universalidade.” Por isso, o regionalismo não é visto de forma negativa, mas considerado necessário para a construção da nossa nacionalidade. É assim que José de Alencar revela “a compreensão da realidade brasileira em termos da diversidade na unidade”<sup>4</sup>, através de romances que tematizam o índio, o rural e o urbano, figurando as fases necessárias do nosso desenvolvimento.

<sup>1</sup>PAZ, Octavio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 164.

<sup>2</sup>Segundo Octavio Paz: “A mais notável das semelhanças entre o romantismo e a vanguarda, a semelhança central, é a pretensão de unir vida e arte. Como o romantismo, a vanguarda não foi apenas uma estética e uma linguagem; foi uma erótica, uma política, uma visão do mundo, uma ação: um estilo de vida. A ambição de mudar a realidade surge igualmente entre os românticos e na vanguarda, e nos dois casos bifurca-se em direções opostas, porém inseparáveis: a magia e a política, a tentação religiosa e a revolucionária.” in PAZ, Octavio. *Op. Cit.*, p. 164.

<sup>3</sup>CASTELLO, José A. “Modernismo ou Neo-Romantismo” in *Cultura*, n° 5, Brasília, jan/mar de 1972, p. 125.

<sup>4</sup>CASTELLO, José A. “Modernismo ou Neo-Romantismo” in *Cultura*, n° 5, Brasília, jan/mar de 1972, p. 125.

Voltando nossos olhos para o Modernismo Brasileiro, verificamos que essas características principais do movimento romântico foram recuperadas e aprimoradas na volta ao Brasil que o Modernismo realizou. A questão da língua esteve presente desde sempre, tendo em Mário de Andrade o representante maior desta discussão. Era preciso promover a independência da nossa língua - o brasileiro - em relação à língua mãe, o português. A atuação efetiva do intelectual na sociedade realizou-se através do engajamento desses em inúmeros projetos culturais e políticos em que o conceito de brasileiro, ou brasilidade, acaba por embasar a crítica, principalmente depois de 1924.

*“Para expressar esse nacionalismo inerente ao espaço Brasil o grupo retoma o pensamento romântico que identifica brasilidade e natureza, vinculando-as à questão da identidade nacional.”<sup>5</sup>*

Através, pois, do conceito de brasilidade retoma-se o nacionalismo estético e o nacionalismo político-cultural. O mesmo princípio, já presente nos românticos, que ditava a necessidade de construir-se como um particular para alcançar o universal, esteve presente nas elaborações dos modernos.<sup>6</sup>

Também a questão étnica e cultural do brasileiro foi resgatada e discutida pelos modernos. As avaliações acerca da imigração, que se constituiu em um problema principalmente no início dos anos 20, mostram isto, através do questionamento sobre o que poderia causar à nossa nacionalidade o contato maciço e constante com outras culturas e nacionalidades.

Além disso, os modernos também promovem a recuperação da figura do indígena, embora não o façam exatamente como os românticos a realizaram, já que criticavam a maneira fantasiosa como o índio romântico era constituído: mistura de selvagem com cavaleiro medieval, figura idealizada, distante portanto de sua caracterização real. Por isso, Oswald de Andrade, no seu *“Manifesto Antropófago”* afirma:

---

<sup>5</sup>VELLOSO, Mônica P. “A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista” in *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, pp. 89-112.

<sup>6</sup>Segundo Mônica Fimenta Velloso são conceitos diversos, para os modernistas: “A brasilidade, identificada como estado natural de espírito, diz respeito à intuição de um sentimento nacional, visceralmente brasileiro. Já o brasileiro é associado a sistemas filosóficos, escola e partidos.” in “A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista” in *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, pag 103.

*“Contra o índio de tocheiro. O índio filho de Maria, afilhado de Catarina de Médicis e genro de D. Antônio de Mariz.”<sup>7</sup>*

O indianismo romântico brasileiro enfatizava a superioridade do indígena e a positividade deste elemento étnico na formação do nosso caráter nacional. Exatamente como os modernistas fizeram. Basta lembrar que o bravo bandeirante era resultado da miscigenação com o indígena, o elemento essencialmente nacional. No entanto, o índio moderno era fruto de uma tentativa de compreendê-lo como um ser real, dentro de seu mundo, com suas características essenciais.

A recuperação do indianismo era uma forma de romper com a visão idealizadora, ‘romântica’, mas, ao mesmo tempo, romper com “a visão pessimista do ser nacional gerada a partir da absorção das teorias evolucionistas européias. (...) Exige-se um pensar próprio, capaz de captar a singularidade da nacionalidade brasileira”.<sup>8</sup> Esta foi a pretensão que levou o movimento modernista a rever a figura do indígena: tanto o grupo ‘Pau-Brasil’, com Oswald de Andrade e sua *Poesia Pau-Brasil*, com Mário de Andrade e o seu *Macunaíma* e mais tarde a Antropofagia adotada por Raul Bopp com seu *Cobra Norato*, quanto o grupo Verde Amarelo de Cassiano Ricardo, com *Martim Cererê*, Menotti del Picchia, com *A Filha do Inca* e *A Outra Perna do Saci*, todos realizavam o indianismo modernista, independentemente do grupo ao qual pertenciam.

Foi um indianismo efetuado em um momento em que a etnografia já se encontrava bem desenvolvida, considerando as várias concepções de cultura. Por isso, Mário de Andrade, diferentemente de José de Alencar, dispunha de referenciais teóricos para realizar as pesquisas etnográficas que compuseram *Macunaíma*, símbolo construído com dados da realidade.

Estes são os aspectos principais da recuperação modernista do Romantismo. Em *Terra Roxa e outras terras* este movimento literário não é discutido em todos os seus aspectos pelos colaboradores. É visto essencialmente sob dois ângulos opostos: o negativo, pelo qual se critica o desmedido romântico, a imitação e a falsidade; e o positivo, reconhecendo-se a

<sup>7</sup>CASTELLO, José A. *Op. Cit.*, pag. 129.

<sup>8</sup>Ver: VELLOSO, Monica Pimenta. *A brasilidade Verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987, pp. 6-8, *apud* FONSECA, Ana Maria M. *Das Raças à Família: um debate sobre a construção da Nação*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992, p.64.

primazia do movimento na elaboração do nacionalismo que pretendia resgatar a cultural nacional e efetuou a independência política do país.

O "*desmedido romântico*"<sup>9</sup> e a nítida influência européia no movimento são apontados por Motta Filho no artigo "O Bom Caminho", que trata do nacionalismo na arte como preocupação romântica, elemento de crítica negativa ao movimento:

*"O Romantismo chegou mesmo a patriotadas", portanto, "Breque ao desmedido romântico. Porque, no tempo de Tobias e mesmo de Gonçalves Dias, o nacionalismo na arte era quasi todo artificioso e prosaico. Era mais affectação que deslumbramento. Cantavam a terra, porque todos cantam sua terra."*<sup>10</sup>

Também Paulo Prado é um dos que partilham desta visão, afirmando, na crítica que faz a "Toda América" de Ronald de Carvalho:

*"... tivemos a invasão da epidemia romântica. Todos adoeceram. Como um nevoeiro abateo-se sobre os nossos claros dias o tédio da vida, o amor descabellado e a visão deformadora do mal do século. Começamos em literatura a pensar em francez, os nossos políticos brincavam de parlamentares ingleses sob o olhar sonhador do monarca, também romanticamente "liberal do Porto"*<sup>11</sup>.

O aspecto positivo verificado no Romantismo pelos colaboradores de *Terra Roxa e outras terras* é o nacionalismo político e cultural, que, segundo eles, estava sendo recuperado pelo Modernismo Brasileiro. Sérgio Buarque de Hollanda expressa claramente essa opinião, ao dizer que "*O velho jacobinismo dos nossos românticos de 1868, tipo "todos cantam sua terra também vou cantar a minha", começa a ser ressuscitado pelos nossos românticos de 1926"*<sup>12</sup>.

O próprio Motta-Filho, no artigo citado acima, em que critica o "*desmedido romântico*", reconhece:

*" Ora, o nacionalismo constitui programma essencial de todos os povos livres. Não o crearam por capricho, mas o aceitaram como uma fatalidade. Cresceu no Romantismo, e se repete agóra, brilhantemente.(...) Essa, aliás, foi a*

<sup>9</sup>MOTTA FILHO, C. "O Bom Caminho" in *T.R.*.2 , p.2.

<sup>10</sup>*Ibidem.*

<sup>11</sup>*T.R.*4, p.1.

<sup>12</sup>HOLLANDA, Sérgio B. de. "Pathé-Baby" in *T.R.*6, p.3.

*preocupação louvável do Romantismo. Magalhães veio e gritou contra a França e o estrangeirismo.(...) o próprio Gonçalves Dias prestimoso no tratar do fraseado clássico, protestava em favor das construções rebeldes do brasileiro ingênuo.(...) A obra política de nossa independência foi obra do Romantismo que creava individualidade e portanto, creava pátrias.*<sup>13</sup>

Em relação à contribuição artística do Romantismo, ainda dentro de uma visão positiva do movimento, Sérgio Milliet, na crítica que faz da obra de Ribeiro Couto, "Um homem na multidão", apesar de criticar Menotti del Picchia pelo "*romantismo balofo dos seus versos*", também aponta: "*Nossa poesia brasileira, nossa arte nossa, já foi realizada em certas obras-modelos. "Minha terra tem palmeiras", é uma dessas realizações, quem sabe a mais ingenuamente perfeita.*"<sup>14</sup>

*Terra Roxa e outras terras* realiza então, em menor escala, aquilo que o movimento modernista realizou em relação ao Romantismo. Retorna até ele para recuperar os elementos positivos para o ideal modernista e descarta aquilo que não é adequado. O modernismo rompe com a tradição literária imediatamente anterior a ele, mas recupera em um momento mais longínquo uma outra tradição literária, resgatando seletivamente a tradição romântica, reconstruindo um caminho que, segundo os modernos, havia sido interrompido pelas escolas literárias posteriores.

#### 4.2 - A TRADIÇÃO DA PAULISTANIDADE

Para responder se a temática da paulistanidade encontra-se exclusivamente em *Terra Roxa e outras terras* ou se está presente em outros momentos do Modernismo ou anterior a ele, optou-se por investigá-la, tal como se apresenta no periódico estudado, isto é, embutida nas temáticas de raça, cultura, imigração e figuras históricas, em três momentos diversos, seguindo-se uma linha cronológica que tem como centro o ano de 1926.

A *Revista do Brasil* em sua 1ª fase (1916-1925), inserida, portanto, no chamado Pré-Modernismo, representa o momento anterior. O chamado grupo Verde Amarelo,

<sup>13</sup>*Ibidem.*

<sup>14</sup>MILLIET, S. "Um homem na multidão por Ribeiro Couto", Poesia in *T.R.6*, p.3.

contemporâneo de *Terra Roxa e outras terras* e , naquele momento de 1926, opositor do grupo Pau-Brasil, ao qual se vinculavam os principais colaboradores do jornal literário, representa o momento contemporâneo. A *Revista Nova*, produzida em São Paulo de 1931 a 1932, pelo mesmo grupo de *Terra Roxa e outras terras*, representa o momento posterior.

É importante ressaltar que os periódicos analisados assemelham-se em sua estrutura e propostas. Tanto a *Revista do Brasil* quanto a *Revista Nova* caracterizam-se como periódicos que pretendem efetuar uma divulgação cultural ampla, não se restringindo somente ao campo da literatura. Assuntos diversos são tratados, dando ensejo ao surgimento de questões culturais, políticas e sociais que permitem investigar, portanto, a presença da paulistanidade subjazendo às colaborações.

Quanto à análise do Verdeamarelismo, que não se pauta pela investigação de um periódico específico, está aqui inserida por sua característica de opositor ao grupo de *Terra Roxa*: oposição estabelecida dentro de *Terra Roxa e outras terras*, já que, nele se encontram críticas a membros do Verdeamarelismo e a suas concepções, e oposição também estabelecida pelos críticos e estudiosos do Movimento Modernista. A questão que direciona esta pequena análise do Verdeamarelismo em confronto com *Terra Roxa e outras terras*, é se, em relação à temática da paulistanidade, os dois grupos são tão divergentes quanto anunciam.

#### 4.2.1 - REVISTA DO BRASIL: 1916-1925

A primeira fase da *Revista do Brasil* recobre o período de 1916 a 1925, ano anterior à publicação de *Terra Roxa e outras terras*. A revista prossegue com a segunda fase, de 1926 a 1927 e a terceira, de 1928 a 1944, sob várias direções nestas épocas diversas, mas no período ao qual nos circunscreveremos, a primeira fase, foi dirigida por Monteiro Lobato, Brenno Ferraz, Afrânio Peixoto, Ronald de Carvalho e Paulo Prado (esse ingressa na direção em 1924, juntamente com Lobato.)

Tratava-se de um periódico mensal que assim se define, no editorial do primeiro número:

*“Não será, nem quis ser, uma revista exclusivamente de história, exclusivamente de literatura ou exclusivamente de ciência. Se-lo-á de tudo isso. Árvore*

*verdejando no alto da montanha, ela receberá nas frondes as carícias de todos os ventos e abrigará nos ramos o gorjeio de todos os pássaros.*"<sup>15</sup>

A *Revista do Brasil* recebe variadas colaborações de intelectuais do período, escritas para a Revista ou transcritas de jornais ou outras publicações. Todas seguindo o propósito de compor um quadro do Brasil, de revelar o país, já que o periódico é declaradamente nacionalista.

*"O que há por trás do título desta revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista."*

A opção pelo nacionalismo, pela necessidade de redescoberta do país e de abandono da ótica do estrangeiro é ressaltada pela *Revista do Brasil* ( sabemos que isso se constitui em questão central do Modernismo Brasileiro). Analisando, pois, a *Revista do Brasil* e comparando com as discussões travadas em *Terra Roxa e outras terras*, teremos não só este, mas outras pontos de convergência. Vejamos:

Já no 'Editorial' de estréia, os criadores da *Revista do Brasil* falam da falta de intelectuais no país e da necessidade de disseminação da cultura, ou seja, é a mesma reclamação presente no artigo de 'Apresentação' de *Terra Roxa e outras terras*: "o jornal à procura de um leitor"<sup>16</sup>.

Em seguida, os fundadores da *Revista do Brasil* definem como objetivos:

*"o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade. Vivemos desde que existimos como nação, quer no Império quer na República, sob a tutela direta ou indireta, senão política ao menos moral do estrangeiro."*<sup>17</sup>

<sup>15</sup>Editorial "Revista do Brasil" in *Revista do Brasil*. Janeiro de 1916, nº 01, Vol I, p.02.

<sup>16</sup>T.R.1, p.1.

<sup>17</sup>Editorial "Revista do Brasil" in *Revista do Brasil*. Janeiro de 1916, nº 01, Vol I, p.02.

Essa declaração explicita o nacionalismo como o “leit-motiv” da revista e a necessidade de busca daquilo que seja genuinamente nacional - o caráter nacional. Para tanto, prescrevem o abandono do cultivo de tudo que seja estrangeiro e a volta às tradições brasileiras. É exatamente a atitude do Modernismo.

*“O nosso povo precisa aprender, ou recordar, que há, no seu sangue e na sua tradição, essa força imponderável que nos leva naturalmente, insensivelmente para os cimos, que nos reserva ao pé dos nossos semelhantes, sem violências, com um direito indisputado, um lugar especial e honroso, e que tem sido, em todos os tempos e em todos os pontos do mundo, a marca inconfundível das raças adultas, emancipadas e sadias.”<sup>18</sup>*

Este programa inclui costumes, idéias e a questão fundamental da língua.

*“Pensamos pela cabeça do estrangeiro, vestimo-nos pelo alfaiate estrangeiro, comemos pela cozinha estrangeira e, para coroar essa obra de servilismo coletivo, calamos, em nossa pátria, muitas vezes, dentro dos nossos lares, a língua materna para falar a língua do estrangeiro!”*

Aqui critica-se o uso do francês, disseminado pelos lares, índice de cultura. Por isso, há também dentro da *Revista do Brasil* a pesquisa sobre a nossa língua verdadeira. Amadeu Amaral, por exemplo, publica (em fevereiro e setembro de 1916) um estudo sobre o “Dialeto Caipira”. Também Monteiro Lobato e Brenno Ferraz discutem esta questão, do ponto de vista da diferenciação entre a língua brasileira e a língua portuguesa. Em 1920, Monteiro Lobato fala da necessidade de criação de um “Dicionário Brasileiro”.<sup>19</sup> Lembremos aqui que Mário de Andrade também participou, a partir de 1923, da *Revista do Brasil* e partilhava das mesmas idéias, já que, num esforço de sistematização semelhante ao de Monteiro Lobato, propôs-se a escrever a *Gramatiquinha da Língua Brasileira*<sup>20</sup>, obra inacabada. Em *Terra*

<sup>18</sup>*Ibidem.*

<sup>19</sup> “O dicionário brasileiro” in *Revista do Brasil*. Agosto de 1920, p. 379, *apud* MARTINS, Milena R. . *Monteiro Lobato na Revista do Brasil* (xerox). A autora realiza um trabalho de análise da obra adulta de Lobato, principalmente contos, mas também crítica, publicados na primeira fase da *Revista do Brasil* e aponta entre outros aspectos, a preocupação do autor com a língua nacional.

<sup>20</sup>Também Anchieta produziu a sua *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*. São Paulo: Editora Anchieta S/A, 1946.

*Roxa e outras terras* esta é uma bandeira já hasteada. Sérgio Milliet inclusive refere-se a alguns exageros de Mário de Andrade que ficariam bem em 1922, mas que no momento, em 1926, já não são necessários.

*“Compreendo muito bem os intuitos revolucionários do autor. Esterminar as regras gramaticaes (o que já fizeram os modernos), destruir a sintáxe da língua escrita, metodicamente. (...) Aceito, admiro e gosto” (...) “Mas não compreendo obra de critica, divulgadora por conseguinte, ou explicativa, em estilo e língua a tal ponto arvezados que afujentam os leitores menos prevenidos. Pois si nós, modernistas do grupo gambá, nos irritamos com certos processos de Mário, que serão dos leitores?”<sup>21</sup>*

Outra grande questão modernista, já levantada pelo “Editorial” do primeiro número da *Revista do Brasil*, é a discussão sobre a necessidade de “ser particular para ser universal”, a única forma de “entrar no concerto das nações”, de universalizar a literatura brasileira.

Segundo a *Revista do Brasil*, nós, brasileiros, possuímos uma “*modéstia como nação*” que faz com que acolhamos “*tudo, o bom e o mau, que de fora nos vem*”. Esta discussão é também levantada por Mário de Andrade, em *Terra Roxa e outras terras*, em todas as críticas de arte e música que escreve, bem como por Motta Filho. Também Alcântara Machado, ao tratar de teatro, reclama da nossa constante acolhida a tudo que venha da Europa, ainda que não seja de boa qualidade. Segundo ele, devemos tomar cuidado com “*o estrangeiro de importação*”<sup>22</sup>. Mas o mesmo autor ressalta o cuidado que devemos ter com o “*estrangeiro de exportação*”<sup>23</sup>, ou seja, com aquilo que mostramos de nosso no estrangeiro, porque o que exportarmos em termos culturais deve ser genuinamente nosso e não uma cópia mal feita do outro.

Esta é uma grande bandeira do Modernismo Brasileiro. Descobrir aquilo que temos de genuinamente nosso para que nos definamos enquanto particularidades, só assim poderemos participar do Universal. É assim também que A *Revista do Brasil* define sua luta pelo nacionalismo, contra a imitação do estrangeiro:

<sup>21</sup>MILLIET, Sérgio. “Losango Caqui” in *T.R.*3, p.3.

<sup>22</sup>MACHADO, A. de A. “Questão de Vergonha” in *T.R.*4, p.3.

<sup>23</sup>*Ibidem.*

*“As nações não hão de ser soberbas e jactanciosas, mas também não podem apartar-se dessa austera dignidade, desse nobre respeito pela própria personalidade que lhes permite, no comércio de idéias e de serviços com as outras nações, manterem-se no mesmo nível que elas.”* (grifo nosso)<sup>24</sup>

A *Revista do Brasil* faz questão de ressaltar, também, que não pretende um regionalismo estéril, mas sim um estudo das tradições do Brasil.

*“O nacionalismo desta revista visa até, pelas suas tendências e pelas raias do horizonte que se traçou, um fim mais humano que regional.”*<sup>25</sup>

*Terra Roxa e outras terras* debate a mesma questão, assumindo, curiosamente, uma posição mais condescendente. Curiosamente, porque quem foi acusado de ‘regionalismo estreito’ pelos próprios modernistas foi Monteiro Lobato, mentor intelectual da *Revista do Brasil* nesta primeira fase.

Sérgio Milliet, em *Terra Roxa*, discutindo o “brasileirismo estético” e o nacionalismo, afirma em relação ao regionalismo que “*temos que passar por elle*” como uma etapa para alcançar a maturidade. Por isso, tanto a etapa de regionalismo, quanto “*um sentimento nacionalista na arte*” são “*imprescindíveis*”<sup>26</sup>, ou seja, em 1926, em *Terra Roxa e outras terras* os modernistas admitiam a necessidade do regionalismo como base para se chegar a uma arte genuinamente nossa:

*“Ora, é repetir uma chapa dizer-se que, para atingir o nível da literatura universal, é preciso trazer, juntamente com a máxima personalidade, a sua contribuição nacional. Não será nunca copiando os francezes ou imitando Papini que conseguiremos um lugar permanente no Conselho da liga Literária das Nações. Muito pelo contrario. Mil vezes os motivos regionaes do Morro da Favela e do Bom Retiro.”*<sup>27</sup>

<sup>24</sup>Editorial “Revista do Brasil” in *Revista do Brasil*. Janeiro de 1916, nº 01, Vol I, p.02.

<sup>25</sup>*Ibidem*

<sup>26</sup>MILLIET, Sérgio. “Um homem na multidão por Ribeiro Couto”, Poesia in *T.R.6*, p.3.

<sup>27</sup>*Ibidem*.

É em meio a estas discussões sobre o nacional, o regional, a tradição, a língua, que a paulistanidade se insinua na *Revista do Brasil*, tal como atestamos sua presença em *Terra Roxa*, no capítulo anterior.

Desde o primeiro editorial da *Revista do Brasil*, a paulistanidade marca sua presença quando se afirma, do ponto de vista histórico, a importância de São Paulo para o Brasil.

*“A nossa história, com dois ou três lances de epopéia dos quais o maior e mais belo é talvez a arremetida dos bandeirantes para ao sertão, é, no seu conjunto, o romance incolor, monótono e fastidioso de uma nação obscura e canhestra que parece implorar perdão as demais de ser independente e grande.”<sup>28</sup>*

Neste pequeno trecho uma parte da história de São Paulo aparece como a única realmente grandiosa para o país, dada a importância da figura do bandeirante, que surgirá durante toda a publicação da *Revista do Brasil* como metáfora de força e bravura do paulista. Aqui se evidencia também que todas as críticas feitas ao Brasil, encontram uma exceção em São Paulo.

Em trabalho ainda não publicado, encontramos a pesquisa da chamada “Perspectiva Paulista” na *Revista do Brasil*<sup>29</sup>, que tem por objetivo: “a partir da análise do literário (contos, poesias, críticas, resenhas, etc.) presente na *Revista do Brasil* em sua primeira fase, 1916-1925 (113 números), e relacionando-o com artigos de outra natureza, verificar a (seguinte) hipótese: a incidência de uma perspectiva paulista determinando/querendo determinar os rumos da cultura brasileira no início deste século”<sup>30</sup>, o que corrobora a existência da paulistanidade, agora num periódico diverso, mas que fez parte da leitura dos modernistas de *Terra Roxa e outras terras*. Sabemos ainda que alguns dos colaboradores de *Terra Roxa e outras terras* publicaram também na *Revista do Brasil*, como Mário de Andrade, Ronald de Carvalho, etc., além de Paulo Prado na direção da Revista junto com Lobato, em 1924.

A perspectiva paulista, encontrada tanto em material literário, quanto em não-literário, expressa-se, do ponto de vista histórico, com a vinculação imediata entre a história do

<sup>28</sup>Editorial “Revista do Brasil”, *Op.Cit.* p.4.

<sup>29</sup>Projeto elaborado por Enid Yatsuda Frederico. “A Perspectiva Paulista na *Revista do Brasil* - 1ª fase”. Análise dos componentes literários do periódico. (xerox)

<sup>30</sup>*Ibidem*, p.13.

Brasil e a história paulista, na exaltação dos bandeirantes e de Padre Anchieta, em vários artigos.

O de Rocha Pombo, “A terra paulista e as suas legendas” é exemplar neste aspecto.<sup>31</sup> Segundo o autor:

*“S. Paulo pode desvanecer-se de ser a terra onde se passaram os grandes sucessos mais característicos da nossa vida de povo. Dir-se-ia que o destino teve com a terra paulista o capricho de reservar-lhe essa fortuna de ser na América portuguesa o teatro em que se haviam de representar as scenas mais significativas do nosso drama nacional.*

*Desde a primeira expedição colonizadora, parece que recebera aquele solo com tanto carinho o espirito da raça, que nunca mais deixou de estar alli, palpitante e forte, o coração da nacionalidade. Essa impressão sente-se muito viva, e em crescendo até nossos dias, ao estudarem-se os annaes que alli se escreveram, e que são por assim dizer, o centro de toda a nossa história.”*<sup>32</sup>

Exalta então a história de São Paulo como fator essencial da história do Brasil e, como não podia deixar de ser, aponta a importância dos jesuítas como fundadores do grande estado:

*“Em pouco mais de século e meio, o collégio (fundado pelos jesuítas) transformara-se em cidade. Isso, no entanto, valia muito menos do que uma outra transformação que se havia operado. Estava ali creada a nova alma da terra, consubstanciando o vigor das duas raças alliadas, e fazendo-se assim capaz de assumir a direção da corrente que se instalara neste lado da América.”*

*“Se num dia se quizer projectar num grande symbolo toda a história de S. Paulo, bastará que se represente num quadro, ou numa estátua, a figura de Paiva ou de Anchieta, prendendo com uma das mãos um índio, e com a outra plantando uma cruz no alto de uma colina.”*<sup>33</sup>

Além de Anchieta, o grande fundador da Piratininga, os bandeirantes paulistas, destemidos desbravadores do Brasil, são exaltados:

<sup>31</sup>POMBO, Rocha. “A terra paulista e as suas grandes legendas” in *Revista do Brasil*, Julho de 1916, nº 7, ano I, vol. II, pp. 272-277.

<sup>32</sup>POMBO, Rocha. “A terra paulista e as suas grandes legendas” in *Op. Cit.*, pag. 272.

(...)” *A epopéia dos bandeirantes pela natureza excepcional dos seus episódios, e pelo seu alcance histórico, é de tal importância que seria só por si bastante para renovar o sentimento nacional, se este viesse por acaso a esmorecer nalguma phase imprevista.*”<sup>34</sup>

Mas o autor não encerra no passado colonial sua obra de exaltação à São Paulo e seus bravos. Dando um salto de ‘três séculos’, relembra com orgulho a proclamação da Independência em solo paulista:

“(...) *sendo admirável que alli mesmo na terra paulista é que se fosse erguer o grito do Ipiranga, como se a história lembrasse em confirmar assim um predicamento que três séculos de coragem vinham fazendo.* (grifo nosso)”<sup>35</sup>

Assim, a Independência do Brasil também é incluída como um fato paulista, embora não tenha sido realizada sequer por um brasileiro.

Raciocínio semelhante realiza Adolpho Pinto no artigo intitulado “O centenário da Independência”, em que discute a necessidade de São Paulo erigir monumentos que comemorem os cem anos de autonomia política, “*por ter sido o padrinho do memorável batismo celebrado no Ipiranga*”. Este monumento deveria render homenagem à cidade de São Paulo e ao fato mais significativo da evolução histórica brasileira: a epopéia dos bandeirantes. Por isso afirma:

“*As três ordens de fatos (fundação de S. Paulo, epopéia dos bandeirantes e Independência do Brasil) a que me tenho referido constituem, por assim dizer, a espinha dorsal da história do Brasil, que, nas linhas matrizes de sua estrutura, quase se pode dizer, é a projeção em maior escala da história de São Paulo*”<sup>36</sup>

É importante lembrar que estamos analisando um artigo da *Revista do Brasil* em 1916, e qualquer semelhança com *Terra Roxa e outras terras* não terá sido “mera coincidência”.

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 275.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 275.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 276.

<sup>36</sup> PINTO, Adolpho. “O Centenário da Independência” in *Revista do Brasil*. Janeiro de 1916, nº 1, ano I, p. 15, *apud* Enid Yatsuda Frederico, projeto de pesquisa citado, p.9.

Encontramos também, nas noções acerca de raça e no conceito de miscigenação que origina misturas fortes (índio-português) e fracas (as demais que compõe o Brasil), a presença do viés paulista. Na exaltação dos bandeirantes a “mistura de raças” é primordial.

*“Estava ali criada a nova alma da terra, consubstanciando o vigor das duas raças aliada.”<sup>37</sup>*

Esta é a conclusão de Rocha Pombo: o desenvolvimento de São Paulo deve-se ao cruzamento do português e o índio, originando o mameluco bandeirante.

O bandeirante apresenta-se, pois, como a matriz étnica do paulista, por isso, Oliveira Vianna julga importante estudar a fecundidade do paulista daquela época. No artigo “Oscilações da taxa de fecundidade durante o ciclo bandeirante”<sup>38</sup>, o autor busca em inventários e testamentos os dados relativos à composição étnica e fecundidade do paulista.

*“Embora pouco fecundas, cada família paulista do ciclo bandeirante revela-se, pois, extremamente fértil na produção de temperamentos eugenicos: cada um dos seus descendentes varões é, como se vê, um typo robustamente provido não só de intrepidez e actividade, como de poderosa ambição (grifo nosso).”<sup>39</sup>*

*“Compreende-se agora porque, não obstante a sua pequena fecundidade, a gente paulista opera tamanha expansão conquistadora e colonisadora em tão curto espaço de tempo. O que assegura o destino formidável dessa raça ardega e cupida, é a sua capacidade guerreira, e a sua capacidade migradora, e a sua capacidade provedora, dando-lhe o estupendo papel que teve em toda a nossa história é, realmente, o seu alto coeficiente eugenístico, isto é, a fecundidade das matrizes da sua aristocracia na gestação dos typos dotados de coragem, energia, actividade e principalmente ambição de largo vôo. (grifo nosso)”*

Com estas afirmações o autor justifica a superioridade da raça paulista e sua liderança no passado e no presente. Justificativa que já conhecemos pela análise que fizemos da figura do bandeirante em *Terra Roxa e outras terras*.

<sup>37</sup>POMBO, Rocha. “A terra paulista e as suas grandes legendas” in *Op. Cit.*, p.275.

<sup>38</sup>VIANNA, Oliveira. “Oscilações da taxa de fecundidade durante o ciclo bandeirante” in *Revista do Brasil*. Março de 1925, n° 111, ano X, Vol XXVII, pp. 193 - 201.

<sup>39</sup>*Ibidem*, p. 201.

Não só os artigos definidos como históricos usam tal argumentação. Também alguns que têm como tema central outras questões, como a literatura, por exemplo, usam o raciocínio histórico e racial para realçar São Paulo. Isto ocorre exemplarmente nos artigos de Brenno Ferraz, que polemizam com José Maria Bello a respeito de um artigo deste último publicado em *O jornal* do Rio de Janeiro.<sup>40</sup>

José Maria Bello teria dito que a literatura paulista não acompanhava os novos tempos, resguardando-se num “*regionalismo à maneira antiga*”. Ao que Brenno Ferraz responde afirmando a “*singularidade paulista*”. O paulista apresentaria tal progresso material, cultural e político que sua literatura não poderia ser regionalista, tal a “*evolução mental*” realizada pelo Estado. Por isso afirma: “*evolução mental fizêmo-la nós e só nós, neste país*”<sup>41</sup>

Em março de 1922 continua a polêmica abordando principalmente a questão da raça paulista que realizou tal “evolução mental”. Discute a conceituação paulista como sub-raça, afirmando que:

“*Três ou quatro (séculos), por certo, temos nós, paulistas, de caldeamento com o hespanhol e o indio e não é com rigor científico que nos dizemos sub-raça.*”<sup>42</sup>

Prossegue argumentando que nas “sub-raças”, italiana, espanhola, vindas das misturas de muitos sangues, também surgiu boa literatura como: Dante, Cervantes. Ressalta o poder de resistência da ‘sub-raça’ paulista às influências de outras raças e culturas. Desdenha, dizendo que “*uns miseros quarenta ou cincoenta anos de vida paralela que levamos com italianos, hespanhoes, allemães e syrios*” não afetarão a raça paulista, já que estas “*desencontradas influências se chocam e contrabalançam, anulando-se em favor da poderosa hegemonia moral e mental dos primeiros ocupantes*”.<sup>43</sup>

Comprova, ainda, retomando um exemplo do passado, que o paulista não se deixou influenciar pelo indígena nem no linguajar pela “*predominancia do linguajar caipira sobre a famosa “lingua-geral”* (grifo nosso) *corrente na capitania e absorvente como idioma vulgar.*” Por isso termina por declarar que em São Paulo:

<sup>40</sup>FERRAZ, Brenno, “A Literatura em São Paulo” in *Revista do Brasil*. Fevereiro de 1922, nº 74, ano VII, vol. XIX, pp. 99-105 e Março de 1922, nº 75, ano VII, vol. XIX, pp.194-200.

<sup>41</sup>FERRAZ, Breno. “A Literatura em São Paulo” in *Revista do Brasil*. Fevereiro de 1922, p. 103.

<sup>42</sup>FERRAZ, Brenno. “A Literatura em São Paulo” in *Revista do Brasil*. Março de 1922, p. 198.

*“Consolida-se, isso sim, a velha, velhíssima sub-raça, que, ha quatro longos séculos, aliás se vem formando no seio de uma população, cujo potencial de energias já reside principalmente numa boa tempera de sangues bem caldeados e bem absorvidos.”*<sup>44</sup>

O autor realiza então a ligação entre os elementos raça e cultura para comprovar a superioridade do paulista, da mesma forma como apontamos em *Terra Roxa e outras terras*.

Neste mesmo artigo, já vislumbramos a questão da imigração sendo abordada. Para Brenno Ferraz ela não se constitui em problema, já que a raça paulista é forte o suficiente para não se deixar influenciar; ao contrário, São Paulo ‘paulistaniza’ o imigrante. Mas esta posição não é a única apresentada na revista.

Há colaboradores como Frederico Schmidt, Vivaldo Coaracy e Hélio Lobo que a vêem como um risco. Pensando no Brasil e também em São Paulo, afirmam que pode ser perigoso, para um país cujo caráter ainda não está definido<sup>45</sup>, a presença maciça de imigrantes evidenciada desde a política imigratória de 1908. Isto porque *“paizes como o nosso são officinas em que se está fabricando uma nacionalidade* (grifo nosso)<sup>46</sup>, e a presença maciça do imigrante poderia dificultar a *“consolidação da nacionalidade”*<sup>47</sup>.

Em sua participação na Revista, Paulo Prado também discute a questão da imigração, agora, do ponto de vista do fazendeiro paulista:

*“No banquete que lhe foi oferecido pela colonia italiana de S. Paulo o Snr. Giuriati declarou que só recommençaria a corrente immigratória do seu paiz para o Estado de S.Paulo quando melhor retribuirmos o trabalhador italiano. Esta declaração foi recebida com applausos pelos seus patricios, enriquecidos, condecorados, ennobrecidos, graças ao pouco dinheiro que aqui ganharam* (grifo nosso). *Ninguem - nem mesmo a imprensa paulista, tão ciosa dos brios nacionais - teve a idéia de fazer ver ao embaixador da Itália que na nossa miseria*

<sup>43</sup>*Ibidem*, p.198.

<sup>44</sup>*Ibidem*, p.199.

<sup>45</sup>SCHMIDT, F. “Assimilação do Imigrante” in *Revista do Brasil*. Junho de 1916, n° 6, ano I, vol. II, pp.182-184.

<sup>46</sup>COARACY, V. “Os dois Brasis” in *Revista do Brasil*. Abril de 1922, n° 76, ano VII, vol. XIX, p. 307.

<sup>47</sup>LOBO, Hélio. “Brasil, Potencia Mundial” in *Revista do Brasil*. Junho de 1922, n° 78, ano VII, vol. XIX, p. 113.

*de mão d'obra quem dita e impõe o preço do salario é o próprio trabalhador: é a simples e ineludível lei da oferta e da procura.*"<sup>48</sup>

Retornando à *Terra Roxa e outras terras*, gostaríamos de recordar um artigo assinado com pseudônimos, que afirma exatamente o mesmo que Paulo Prado:

*"E ainda por cima, (o imigrante) xinga a Terra Roxa que lhe dá de comer e lhe enche o bolso para poder comprar títulos de bancos e de nobresa também"*<sup>49</sup>

Percebemos então que, assim como em *Terra Roxa e outras terras*, essas discussões acerca de imigração, raça, cultura, bandeirantes, história paulista, na *Revista do Brasil*, são permeadas em muitos momentos, pela crença na superioridade paulista. Evidencia-se, assim, entre a *Revista do Brasil* e *Terra Roxa e outras terras*, (um periódico tido como conservador e o outro tido como Modernista), além de uma continuidade cronológica, uma continuidade temática. Obviamente não estamos afirmando que os dois periódicos assumem sempre as mesmas posturas em relação a todas as questões, mas certamente em relação ao item centralizador de nossa análise, a paulistanidade, encontramos coincidências. E, como se trata, a nosso ver, de um tema que funciona como espinha dorsal de ambos os periódicos, as adjetivações empregadas pelos críticos — conservador um e modernista outro — precisariam ser revistas, embora não caiba aqui tal tipo de discussão.

#### 4.2.2 - O VERDEAMARELISMO: 1926

Este grupo representa uma dissidência dos intelectuais que realizaram a Semana de 22. Liderado por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Plínio Salgado, principalmente a partir de 1924, define-se como opositor ao grupo Pau-Brasil, realizando

<sup>48</sup>PRADO, Paulo. "O momento" .in *Revista do Brasil*. Maio de 1924, nº 101, ano IX, vol. XXVI, p.4.

<sup>49</sup>Artigo que trata especificamente de imigração, assinado com os pseudônimos de A.de A. e A. de C., "Um desaforo que já dura quatro séculos" in *T.R.* 2 pag. 1.

inclusive o “Manifesto anti-pau-brasil”<sup>50</sup> em oposição ao Manifesto de Oswald de Andrade. Numa crítica irônica, conforme o próprio estilo de Oswald, contestam dizendo:

*“Pau Brasil é madeira que já não existe, interessou holandeses e portugueses, franceses e chineses, menos os brasileiros que dela só tiveram notícia pelos historiadores; inspirou a colonização, quer dizer: a assimilação da terra e da boa gente empenachada pelo estrangeiro; em síntese: pau nefasto, primitivo, colonial, arcaísmo da flora, expressão do país subserviente, capitania, governo geral, sem consciência definida, balbuciante, etc. Ainda hoje, na acepção tomada por Oswald, pau importuno, xereta, metido a sebo. Aparece prestigiado por franceses e italianos. Mastro absurdo na nossa festa do Divino, carregado por Oswald, Mário, Cendrars.”*<sup>51</sup>

O grupo Verde Amarelo teve uma produção literária intensa desde esse período, tendo sido comentada inclusive por *Terra Roxa e outras terras*.<sup>52</sup> Sem possuir um veículo específico, os autores expressavam-se através da revista *Novíssima* e também do *Correio Paulistano*, no qual Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado publicavam artigos, e também participavam como colaboradores em outros periódicos modernistas. Inicialmente denominaram-se grupo Verde Amarelo, posteriormente resolveram igualar suas aspirações às do grupo Anta, em oposição à Antropofagia de Oswald de Andrade e, na década de 30, articularam-se no grupo Bandeira. Atuaram portanto, entre as décadas de 20 a 40.

*“Sua produção literária se exerce concomitantemente à atuação em cargos políticos: Menotti del Picchia e Plínio Salgado são eleitos deputados pelo Partido Republicano Paulista (PRP), Cândido Motta Filho torna-se assessor da bancada paulista à Constituinte e Cassiano Ricardo desempenha funções de assessoria junto ao governo.”*<sup>53</sup>

<sup>50</sup>HELIOS. “Manifesto anti-pau-brasil” in *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 abril 1924, Crônica Social, p. 4, apud GUELF, Maria Lúcia Fernandes. *Novíssima: Estética e Ideologia na Década de Vinte*. São Paulo:IEB/USP, 1987.

<sup>51</sup>*Discursos Acadêmicos*. Vol XI, pp. 349 - 350 apud COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Vol III, Tomo I Rio de Janeiro:Livraria São José, 1959, p. 468.

<sup>52</sup>Sérgio Milliet analisa *Borrões de verde e amarelo* de Cassiano Ricardo in *T.R.* 2, p. 3. Além disso recomenda a leitura de “Chuva de Pedra” de Menotti del Picchia, dizendo que por ter discutido com o autor não poderia analisar o livro, mas afirma que é um “bom livro passadista” in *T.R.* 1, p. 6.

<sup>53</sup>Ver: VELLOSO, Monica Pimenta. *A brasilidade Verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*, Rio de Janeiro: CPDOC, 1987, pp. 6-8, apud FONSECA, Ana Maria M. *Das Raças à Família: um debate sobre a construção da Nação*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992, p. 64.

Nas análises encontradas sobre este grupo<sup>54</sup> são freqüentes as identificações do nacionalismo exacerbado e da paulistanidade encontrados no apelo à terra, à raça, ao sangue, diferentemente das análises existentes sobre o grupo de *Terra Roxa e outras terras*, o grupo alinhado com o Pau-Brasil. Isto porque o Verdeamarelismo reconhecia o valor do regionalismo na composição da nacionalidade brasileira: sendo paulistas, promoviam a exaltação de São Paulo e sua cultura e, partindo da nacionalização da literatura, construíram “um projeto de hegemonia paulista na organização nacional” que se sustenta na “*primazia intelectual de São Paulo sobre os demais estados da federação*”, e na identificação de São Paulo como “*matriz da nacionalidade brasileira*”.<sup>55</sup> A esse respeito se expressa Plínio Salgado em 1927:

“Da República para cá, o desenvolvimento econômico de S.Paulo criou uma situação dentro da qual já se deve ir pensando em certas medidas assecuratórias, não só da defesa do espírito nacional entre nós, mas, ainda, e principalmente, da manutenção dessas forças históricas, oriundas de fatalidades étnicas e mesológicas, que nos deram a missão de sustentar a unidade política e espiritual da nacionalidade.”<sup>56</sup>

Como se pode depreender deste fragmento, fundamentavam sua ideologia em fatores como a geografia, a história, a etnia, a economia e o ambiente cultural, relacionando os argumentos através de um encadeamento perfeitamente lógico.

São Paulo apresenta-se como o cerne da nacionalidade brasileira pela sua configuração física: o clima ameno que propiciou a fixação na terra, a direção dos rios que em São Paulo corriam para o interior, obrigando os paulistas a caminharem nessa direção, abandonando o litoral e a ‘má-influência’ européia fornecem a justificativa geográfica para a grandeza do estado. Exatamente como conclui Paulo Prado em *Paulística*: o afastamento do litoral possibilitou o desenvolvimento de uma raça diversa, sem influências dos costumes europeus, marcando para sempre a diferença étnica do povo paulista.

<sup>54</sup>A análise aqui apresentada sobre o grupo *Verde Amarelo* está embasada no trabalho de Mônica Pimenta VELLOSO. “A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, pp. 99 -112.

<sup>55</sup>Ver: VELLOSO, Monica Pimenta. *A brasilidade Verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*, Rio de Janeiro: CPDOC, 1987, pp. 6-8, *apud* FONSECA, *Op. Cit.*, p.64.

<sup>56</sup>SALGADO, Plínio. *Literatura e Política*, Ed. Hélios, 1927, p. 73 *apud* CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978, p. 227.

Tal isolamento teria provocado também a grande diferença entre o caráter da população paulista e aquele da população carioca ou litorânea (frequentemente apontada pelos verde-amarelistas, como rival). Devido ao isolamento e às dificuldades enfrentadas, o paulista teria um caráter empreendedor, enquanto o carioca se definiria como contemplativo, por ter aceito passivamente a influência européia. Por isso o movimento modernista, enquanto busca do caráter nacional, através da criação de uma arte que se voltasse para a realidade do Brasil, seria um empreendimento que só poderia ter sido realizado por São Paulo, o “berço da nacionalidade”.

Lembremos que Mário de Andrade também faz esta diferenciação entre São Paulo e Rio de Janeiro, e conclui que o Modernismo teria que ocorrer em São Paulo:

*“E, socialmente falando, o modernismo só podia mesmo ser importado por São Paulo e arrebentar na província. Havia uma diferença grande, já agora menos sensível, entre Rio de São Paulo. O Rio era muito mais internacional, como norma de vida exterior. Está claro: porto de mar e capital do país, o Rio possui um internacionalismo ingênito. São Paulo era espiritualmente muito mais moderna porém, fruto necessário da economia do café e do industrialismo conseqüente.”<sup>57</sup>*

Conforme dissemos, a oposição São Paulo - Rio de Janeiro para os verdeamarelistas é representativa da oposição sertão-litoral, que se duplica na oposição rural-urbano. Por isso o mergulho na floresta para a recuperação do tupi e de seus símbolos, como o curupira, que representaria para os verde-amarelistas, a alma nacional, “a síntese de unidades étnicas”, o verdadeiro Brasil, enquanto que o litoral é visto como o influenciado pelo exterior. Eis porque Cassiano Ricardo, no seu *Martim-Cererê*, declara:

*A estar chorando de saudade  
portuguesa  
prefiro varar o sertão  
que é o meu destino singular.<sup>58</sup>*

<sup>57</sup> ANDRADE, Mário de. “O Movimento Modernista” in *Aspectos da Literatura Brasileira*, São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d., p.236.

<sup>58</sup> RICARDO, Cassiano. “Canção Geográfica” in *Martim-Cererê*, apud VELLOSO, Mônica P. “A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 100.

Prefere embrenhar-se no sertão a viver sofrendo de saudade “portuguesa”, como o bandeirante, e realiza assim a obra maior dos paulistas, a expansão do território brasileiro. Surge aqui, de novo, a figura histórica representativa da grandeza paulista: o bandeirante.

Para os verdeamarelistas a composição étnica do bandeirante<sup>59</sup> e sua atuação na expansão do território nacional atestam o grande papel histórico de São Paulo e fornecem o respaldo de ascendência e tradição necessários aos modernos paulistas, cafeicultores que engrandecem economicamente o país.

*“Se, com os Bandeirantes, S. Paulo conquistou o território e demarcou os limites do país, opondo uma realidade americana à ficção européia de Tordesilhas, com as gerações que se seguiram delimitou as nossas áreas morais.”<sup>60</sup>*

Devido a todos os fatores aqui apontados no projeto cultural dos Verde amarelos, São Paulo possuiria um meio cultural particular e devidamente assegurado, no qual o sentimento de brasilidade estaria profundamente enraizado. Por isso a questão da imigração não representaria um problema para o Estado. Os verdeamarelistas não temem a imigração como um fator que pudesse prejudicar a cultura brasileira. Pelo contrário, afirmam que o imigrante será contagiado da brasilidade paulista e se integrará perfeitamente, ajudando a compor a grandeza de São Paulo. Isto porque o Estado possuiria uma *“alma coletiva” capaz de homogeneizar todas as diferenças raciais, englobando-as em um todo orgânico e coeso*.<sup>61</sup>

Comparando-se os argumentos ideológicos utilizados pelo grupo Verde Amarelo com as temáticas identificadas em *Terra Roxa e outras terras* encontramos muitas semelhanças. Ambos utilizam os mesmos argumentos da grandeza histórico-geográfica e econômica de São Paulo, muitos deles semelhantes àqueles apontados por Paulo Prado em suas obras. Ambos elegem a figura do bandeirante como símbolo da grandeza e referem-se ao nacionalismo dos paulistas. A diferença reside apenas na questão da imigração: *Terra Roxa e outras terras*, principalmente pela contribuição de Antonio de Alcântara Machado e de artigos assinados com pseudônimo, a define como negativa para a cultura paulista. Relembre-se, no

<sup>59</sup>Cassiano Ricardo em *Martim-Cererê* reconstrói a epopéia bandeirante.

<sup>60</sup>SALGADO, Plínio. *Literatura e Política*, Ed. Hélios, 1927, p.76 apud CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978, p. 227.

entanto, que esta justificativa cultural encobre, muitas vezes, a disputa entre economia agro-exportadora e industrialização.

Além dessas questões mais abrangentes, há outras, de menor porte, mas relevantes, que representam pontos coincidentes entre o Verdeamarelismo e *Terra Roxa e outras terras*. Uma delas é o culto ao esporte como forma de aperfeiçoar o homem e a raça. Menotti del Picchia enfatiza esta necessidade em várias crônicas publicadas pelo *Correio Paulistano*<sup>62</sup> e nós a encontramos contemplada em *Terra Roxa e outras terras* através da coluna de Esportes feita por Sérgio Milliet.<sup>63</sup> Ambos apontam a necessidade dos esportes para a melhoria da raça.

Sendo assim, a separação efetuada pelos críticos do movimento modernista entre grupos como o de *Terra Roxa e outras terras*, sempre vinculado ao Pau-Brasil, e o *Verde Amarelo*; entre grupos de ideologias chamadas de esquerda e de direita; entre períodos mais estéticos e mais políticos; tais divisões não se revelam tão claras quanto se pretenderia. A ideologia apresentada pelo grupo *Verde Amarelo* revela semelhanças evidentes com as temáticas identificadas no jornal literário *Terra Roxa e outras terras*. Semelhanças que não podem ser ignoradas simplesmente porque os grupos se declaram opositores.

#### 4.2.3 - A REVISTA NOVA: 1930-1932

Continuando nosso rastreamento cronológico da paulistanidade, investigaremos um periódico paulista posterior à *Terra Roxa e outras terras*: a *Revista Nova*. Perguntamo-nos novamente se a questão da paulistanidade permanece neste periódico permeando as colaborações. A escolha da *Revista Nova* justifica-se, porque é produzida e dirigida por figuras centrais de *Terra Roxa e outras terras*: Mário de Andrade, Paulo Prado, Alcântara Machado. Entre os colaboradores também estão muitos dos que participaram do periódico de 1926, como: Guilherme de Almeida, Cândido Motta Filho, Prudente de Moraes

<sup>61</sup>COUTO, Ribeiro. "O espírito de São Paulo", Rio de Janeiro: Schimidt, 1932, *apud* VELLOSO, Mônica P. "A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista" in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 105.

<sup>62</sup>HELIO, "Escoteiros" in *Correio Paulistano*, 10 de maio de 1922, p.4, *apud* VELLOSO, Mônica P. "A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista" in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 107.

<sup>63</sup>Discutimos esta questão no item "Raça", capítulo II desta dissertação.

Neto (Pedro Dantas), A. C. Couto de Barros, Sérgio Buarque de Hollanda, Sérgio Milliet, Ribeiro Couto, Martins de Almeida, entre outros.

Além da continuidade estabelecida através da lista de colaboradores, podemos ainda considerar que a *Revista Nova* significa a realização do que se propôs *Terra Roxa e outras terras* e não cumpriu, como podemos notar no anúncio do quinto número do jornal literário:

*"Terra Roxa, como todo o mundo cresce e, quando pode, aparece. Já suas quatro páginas não dão para a colaboração que recebe. Por isso seus progenitores decidiram transformá-la em revista. Aparecerá, do próximo número em diante, com dezesseis páginas. Essa inovação trará um grande benefício aos seus leitores porque permitirá a criação de novas sessões, tais como crônicas de livros e revistas estrangeiras, radio-notas, informações de toda espécie sobre economia, finança, etc.*

*Viva Terra Roxa, pois, a futura melhor revista literária brasileira."*<sup>64</sup>

A *Revista Nova* segue estes moldes. Foi uma publicação bimestral que durou 7 números, iniciada em 15 de março de 1931 e encerrada em 15 de dezembro de 1932, com uma interrupção de junho a dezembro, período em que ocorreu a Revolução Constitucionalista em São Paulo.

Em sua apresentação, os diretores afirmam que é uma revista destinada a uma pequena minoria (como *Terra Roxa e outras terras* que se destina aos poucos leitores da terra paulista), e fazem questão de frisar que:

*" (a) revista nasce com a firme tenção de durar. Ano começado será acabado: assegurar-se aos possíveis assinantes. E essa afirmação é necessária numa terra que nem esta de desânimo fácil e tentativas abortadas."*<sup>65</sup>

Sabemos que *Terra Roxa e outras terras* foi uma dessas tentativas que se encerrou sem qualquer explicação, por isso, como estão novamente envolvidos numa produção do mesmo porte, os diretores talvez sintam necessidade de esclarecer a seriedade da

<sup>64</sup>T.R. 5, p. 3.

<sup>65</sup>PRADO, P; ANDRADE, Mário; MACHADO, Antonio de Alcântara. "Momento" in *Revista Nova*. Fasc.1, São Paulo, 15 de março de 1931, p.3.

publicação. Obviamente o paralelo aqui não se estabelece somente com *Terra Roxa e outras terras*, já que outras revistas do Modernismo também se constituíram em “tentativas abortadas”.

Após afirmarem sua intenção de durar, os diretores expõem o programa da revista:

*“Com tal intuito não se cingirá á pura literatura de ficção. Nem mesmo lhe reservará a maior parte de espaço. O conto, o romance, a poesia e a crítica delles não occuparão uma linha mais do que de direito lhes compete numa publicação cujo objetivo é ser uma espécie de repertório do Brasil. Assim o interessado encontrará aqui tudo quanto se refere a um conhecimento ainda que sumário desta terra, através da contribuição inédita de ensaístas, historiadores, folkloristas, technicos, criticos e (está visto) literatos. Numa dosagem imparcial.”<sup>66</sup>*

É, portanto, uma revista de cultura, como *Terra Roxa e outras terras*. Não há muita publicação de matéria de ficção, mas um grande número de ensaios e críticas e a literatura é vista enquanto parte de um fenômeno cultural, como modo de conhecer e revelar o Brasil, portanto, avaliada para além de suas características estéticas. Poderíamos dizer também que permanece a necessidade da presença do ‘brasileirismo’ dentro da *Revista Nova*, embora de maneira não tão explícita como em *Terra Roxa e outras terras*.

Em relação à estrutura da *Revista Nova*, além do predomínio do gênero ensaístico e dos objetivos de abrangência cultural maior, encontramos outras semelhanças com o periódico de 1926. Ambos possuem uma seção de transcrição de trechos de artigos de outros jornais que se caracteriza como:

*“um conjunto de flagrantes da vida nacional, que no todo de sua existência consegue fotografar jornalisticamente um Brasil desprovido de lógica científica, existindo dentro de um espaço onde o real e o imaginário estão muito próximos um do outro.”<sup>67</sup>*

<sup>66</sup>*Ibidem.*

<sup>67</sup>KREINZ, Glória Ap.R. *Revista Nova: Contribuição para o estudo do modernismo brasileiro*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1979, p. 47.

Na *Revista Nova* a seção é maior e intitula-se “Brasileira”. Já em *Terra Roxa e outras terras* chama-se “Manifestações Espontâneas de Pau-Brasil”.

O propósito firmado no quinto número de *Terra Roxa*, a presença de diretores e colaboradores comuns juntamente com a semelhança de objetivos possibilitam-nos levantar a hipótese de que a *Revista Nova* seja a continuidade de *Terra Roxa e outras terras* como revista.

Além disso, ou talvez por isso, encontramos a *Revista Nova* completamente imersa nos acontecimentos fervilhantes de seu tempo. Já no “Editorial” do primeiro número fazem questão de esclarecer:

*“Resta esclarecer que sendo da sua terra a Revista Nova será também do seu tempo. E deste terá sobretudo a feição polêmica que o caracteriza e vem definida por Trotsky no prefácio de sua autobiografia. Quer dizer: combatividade, agitação de idéias, choque de correntes, procura e discussão.”*

De fato, isto ocorre. As questões políticas e culturais mais recentes são discutidas predominantemente na seção “Momento”, principalmente a partir de novembro-dezembro de 1931, quando a análise dos fatos políticos toma conta dos artigos da direção. Critica-se o governo de Getúlio Vargas e discute-se, sobretudo em 1932, a questão das garantias constitucionais. Recorde-se que nesse ano se dará a Revolução Constitucionalista em São Paulo e que alguns dos colaboradores da revista estiveram diretamente nela envolvidos, como os diretores: Mário de Andrade e Antonio de Alcântara Machado e os colaboradores: Cândido Mota Filho, Guilherme de Almeida e Sérgio Milliet.

Tratando-se de uma publicação paulista profundamente envolvida com as questões de seu tempo, o periódico estava completamente impregnado da paulistanidade, do ufanismo paulista extremamente exacerbado pela Revolução Constitucionalista e pelas medidas tomadas pela República Nova. Conforme já discutimos no item “bandeirantismo”, a figura do bandeirante e a história de glórias dos paulistas foram recuperadas e utilizadas como componente ideológico da Revolução Constitucionalista.

A *Revista Nova* apresenta como “o traço delineador de seu perfil no contexto das publicações do gênero”<sup>68</sup> o que a estudiosa do periódico, Glória Aparecida Rodrigues Kreinz, definiu como: “o caráter primordialmente paulista (grifo nosso) que orienta a escritura do periódico”<sup>69</sup>, ou seja, o que nós denominamos de paulistanidade.

Novamente a afirmação da superioridade do paulista se processa na argumentação explícita ou subjacente às colaborações dos participantes de uma revista literária modernista. As concepções de raça e cultura justificando a superioridade do bandeirante e, como consequência, do paulista, seu descendente; a história paulista engrandecida pela figura do bandeirante e de Anchieta, revelando-se como momento essencial da história do Brasil; a posição positiva em relação ao imigrante que foi absorvido, que se paulistanizou: todas aquelas questões já apontadas em *Terra Roxa e outras terras* estão novamente presentes na *Revista Nova*. Agora, com um objetivo mais direto, o apelo às questões políticas da época.

Encontramos outra vez Paulo Prado com as mesmas idéias apresentadas em *Paulística* sobre a sub-raça paulista que originou o bandeirante. Falando da mestiçagem branco-índio, afirma que essa mistura:

*“preparou a excepcional estrutura física daquele que se pode chamar o patriarca fundador da raça, tronco vetusto e fortíssimo donde ramificou a formidável prole dos mamalucos piratininganos.”*<sup>70</sup>

Colocando em relevo assim a figura do bandeirante e sua importância na história de São Paulo e, conseqüentemente, na História do Brasil.

Além de Paulo Prado, outro historiador paulista está presente na *Revista Nova*: Alfredo Ellis Junior, que também exalta a figura do mameluco bandeirante como matriz étnica do paulista, derivado da mestiçagem entre índio e português. Este historiador atribui à ausência do elemento negro nas mestiçagens a razão da superioridade étnica da população paulista ( a terra roxa) em relação às demais populações do Brasil (outras terras):

*“Assim, ao passo que o mameluco foi um resultado estupendo da mestiçagem de duas raças diferentes, o mulato não pode ser considerado um produto feliz do cruzamento do branco com o negro.”*<sup>71</sup>

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.118.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p.118.

<sup>70</sup> PRADO, Paulo . “O Patriarca” in *Revista Nova*. Fasc. 4, São Paulo, 15 de dezembro de 1931, p. 540.

Para Ellis Jr. a população paulista estaria 'melhorando' com a diminuição da presença negra (da mestiçagem), pois "o negro e o mulato vão desaparecendo de São Paulo. Mais 50 anos e não os teremos, como já não temos o índio"<sup>72</sup>; e também pela presença de imigrantes europeus que vieram em massa para o estado. Na visão de Ellis Jr. a figura do imigrante não é tida como negativa, ao contrário, ela representa uma possibilidade de melhoramento da raça. Sabe-se também que neste momento da história paulista, diante da perda de poder político, os imigrantes estabelecidos em São Paulo e paulistanizados pelo convívio eram aceitos e conclamados a lutar pela terra adotiva.

Obviamente ao se falar do bandeirante e da raça paulista, a história do estado é recuperada. Na *Revista Nova* isso é feito também por Ermelino A. de Leão com artigos que tratam de fatos ligados à história do São Paulo antigo: "O Vilarejo de Piratinin"<sup>73</sup> e "A luta dos Pires e dos Camargos"<sup>74</sup>. Os fatos históricos são novamente resgatados como epopéias dos feitos heróicos dos paulistas.

Como não poderia deixar de acontecer, a *Revista Nova* traz também a discussão do problema do café, já que as novas medidas econômicas não eram favoráveis ao equilíbrio da produção cafeeira e o encaminhamento político dado ao país acenava para um abandono do caráter essencialmente agrícola da economia. O café é então discutido como questão econômica e política dentro da *Revista Nova*.<sup>75</sup>

Esta revista é, pois, caracterizada desde de seu princípio pela paulistanidade sob todas as suas formas simbólicas, uma vez que, neste momento da história de São Paulo, era necessário reunir integrantes da causa paulista: A Revolução Constitucionalista. A figura do bandeirante representava uma forma de união inusitada e era invocada para relembrar aos paulistas sua descendência nobre.

*"Três eram as emissoras paulistas existentes então: Record, Educadora e Cruzeiro; sem dúvida era relativamente reduzido o número dos que podiam*

<sup>71</sup>ELLIS JR., Alfredo. "Populações Paulistas" in *Revista Nova*. Fasc. 2, São Paulo, 15 de junho de 1931, p. 233.

<sup>72</sup>ELLIS JR., Alfredo. "Populações Paulistas" in *Op. Cit.*, pp. 234-235.

<sup>73</sup>LEÃO, Ermelino A. de. "O Vilarejo de Piratinin" in *Revista Nova*. Fasc. 5, São Paulo, 15 de fevereiro de 1932, p.49-59.

<sup>74</sup>LEÃO, Ermelino A. de. "A luta dos Pires e dos Carmargos" in *Revista Nova*. Fasc. 8, São Paulo, 15 de dezembro de 1932, p.49.

<sup>75</sup>Ver os artigos: GORDO, José da Silva. "A questão Econômico-Financeira e a Revolução" in *Revista Nova*. Fasc.2, São Paulo 15 de junho de 1931, pp. 167-192 e ALMEIDA, Martins de. "Café, café e mais café" in *Revista Nova*. Fasc.5, São Paulo, 15 de fevereiro de 1932, p.63.

*possuir um aparelho receptor, porém, ligado a alto-falantes, concitavam na rua o povo à luta tanto no front quanto nas atividades de retaguarda, divulgavam amplamente slogans de apoio à causa paulista, difundiam discursos e apelos. O espírito bandeirante era constantemente invocado para reforçar o entusiasmo da população, lembrando que a iniciativa, a eficiência, a bravura que toda a coletividade estava demonstrando eram a prova da filiação ilustre. O Caçador de Esmeraldas, o Anhangüera eram invocados a todo instante como deuses lares que levariam os descendentes à vitória.”<sup>76</sup>*

Aqui está a realidade na qual a *Revista Nova* está inserida, e aqui estão os motivos pelos quais a paulistanidade se torna elemento aglutinador.

Depois das análises efetuadas, pode-se dizer que a relação estabelecida entre *Terra Roxa* e a tradição existe como ruptura e também como continuidade. Há uma seleção de fatos históricos e literários aos quais o jornal se filiará, procurando reconstruir uma nova tradição para o país, a partir de um outro ângulo, considerado mais nacional. No entanto, a escolha deste ângulo e do que considerar genuinamente “nacional” parte daqueles que se propõem a tal tarefa. Portanto, dentro de *Terra Roxa e outras terras* e também dentro das outras agremiações de intelectuais aqui analisadas, esta escolha é perpassada constantemente pelo temática da paulistanidade. Assim a tradição da “*Terra Roxa*”, na qual se inclui o grupo literário modernista *Terra Roxa e outras terras*, possui características próprias a serem investigadas.

---

<sup>76</sup>QUEIROZ, Maria Isaura P. de . “Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário” in *Revista USP* 13, 1992, p.85.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO

Procurou-se mostrar no decorrer desta dissertação que existe um diálogo entre *Terra Roxa e outras terras* e a tradição, entendida como uma permanência do passado no presente. Tal diálogo não se limita ao campo literário, com a recuperação do Romantismo, mas se estabelece também com outros momentos culturais e principalmente com alguns fatos históricos, selecionados segundo a necessidade freqüentemente apontada no Modernismo de se constituir a nacionalidade brasileira, de se definir o caráter nacional.

A tradição do Brasil, no entanto, enquanto país colonizado, é constituída pela tradição do colonizador. Mais do que isso, a concepção de cultura e tradição é dada pela visão do colonizador, fenômeno percebido pelos modernistas que, por isso, procuraram romper com a tradição de se enxergar o Brasil pelos olhos estrangeiros e procuraram constituir uma nova forma de ver o país, concebida por eles como nacional.

Daí então a necessidade de construir uma 'tradição' para o país, desatrelando a história brasileira da história européia e enfatizando os aspectos genuinamente nacionais.

Avaliando a partir do objeto de estudo desta dissertação, o jornal literário *Terra Roxa e outras terras*, pode-se considerar que essa construção algumas vezes significou invenção, ou reconstrução, a partir de um prisma próprio, desta tradição: romântica, em certa medida, e também moderna, isto é, uma 'nova tradição'. Isso só pode ser possível atrelando-se a tradição criada a outra tradição, já existente e fixada.

*(...) "O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os "movimentos progressistas", que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante, embora eles terminem abruptamente em uma data determinada, tal como 1789. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições "inventadas" caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações*

*novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através de repetição quase que obrigatória.”<sup>1</sup>*

Nesta citação, Hobsbawn utiliza o termo ‘tradição inventada’ que define como:

*“Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica (grifo nosso), visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (grifo nosso)”<sup>2</sup>*

Hobsbawn utiliza o termo “tradição inventada” para referir-se a práticas culturais, mas podemos ampliar esta concepção utilizando-o para tratar da ‘tradição brasileira’ como os modernistas a consideravam: tanto a tradição histórica quanto a cultural.

Nesse sentido, inventar uma tradição, portanto, implica um projeto no qual se restabeleçam ligações com um determinado passado e no qual se reforcem essas ligações através do uso repetitivo da tradição. Projeto, aliás, muito evidente em *Terra Roxa*, uma vez que encontramos a busca do caráter nacional definida pela recuperação de elementos étnicos do passado, na nossa origem; e, mais forte ainda, temos a recuperação de elementos históricos e sua atualização no presente. A revisão do papel histórico de Anchieta e principalmente dos bandeirantes presente no periódico é apenas a amostra de um esforço, nos anos 20, de recuperar uma parte da história brasileira, mais especificamente a história paulista.

Os historiadores paulistas e os colaboradores de *Terra Roxa e outras terras* realizaram não só uma reconstrução, mas uma invenção histórica, ao erigirem o bandeirante e os elementos da história paulista como figuras centrais da História do Brasil. Portanto a tradição nacional recuperada por *Terra Roxa e outras terras* marca-se pela paulistanidade, fazendo confundir, interessadamente, a História de São Paulo com a História do Brasil.

Garantindo a legitimidade da recuperação da tradição, há a busca de farta documentação (ainda que forjada); a subscrição para a compra da Carta de Anchieta, as

---

<sup>1</sup>HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence- *A invenção das Tradições* - Rio de Janeiro: Paz e Terra - pag. 9

inúmeras pesquisas históricas feitas por Eduardo Prado, Paulo Prado, Alfredo d'Escragnole Taunay, Alfredo Ellis Jr., etc. Trata-se, pois, da “invenção” de uma tradição paulista, marcada pela paulistanidade, num momento em que São Paulo precisava manter sua hegemonia nas áreas econômica, política e cultural. Por isso os elementos que a historiografia recupera não permanecem simplesmente no passado longínquo do qual foram resgatados, mas são revividos. *Terra Roxa e outras terras* dá ao Modernismo e a si mesmo o caráter de bandeirante, reforçando constantemente a bravura paulista, como se os mamelucos estivessem revivendo em cada paulista tradicional. Portanto, é um passado recuperado e atualizado no presente, para justificar este mesmo presente.

A este respeito, novamente podemos recorrer ao estudo de Velloso sobre o Verde-Amarelismo<sup>3</sup>. Embora a autora tente demarcar os limites entre o pensamento de Mário de Andrade e do Grupo Verde-Amarelo, encontramos uma passagem de sua análise que se adequa perfeitamente à relação que *Terra Roxa e outras terras*, enquanto jornal literário com uma linha temática determinada, estabelece com a tradição. Analisando o *Manifesto Nhengaçu*, a estudiosa afirma que nele, o período colonial é o momento áureo de nossa civilização pela integração pacífica entre elemento colonizado e colonizador. A respeito da tradição dentro deste Manifesto, diz Velloso:

*“A chegada dos portugueses ao Brasil teria inaugurado um tempo que não se esgotou simplesmente no processo de colonização, mas que permanece ao longo de toda a nossa história devido à plenitude de seus valores.*

*Observa-se nessa perspectiva o predomínio de uma visão pitoresca e estática da tradição, uma vez que o passado passa a coexistir com o presente. Rompe-se com a concepção linear do tempo: passado e presente deixam de ser concebidos como etapas sucessivas para ingressarem numa mesma realidade. (...)”<sup>4</sup>*

---

<sup>2</sup>*Ibidem.*

<sup>3</sup>VELLOSO, Mônica Pimenta - “A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

<sup>4</sup>*Ibidem*, p. 98.

Assim, em *Terra Roxa e outras terras* o passado histórico heróico de São Paulo representa aquilo que o Brasil possui de melhor e atualizado no presente; São Paulo continua sendo a fonte da nacionalidade de onde sairá o verdadeiro brasileiro: o paulista.

No entanto, *Terra Roxa* é um periódico modernista, produzido pelo grupo Pau Brasil, considerado a 'ala revolucionária' do Modernismo paulista. Tanto o grupo *Verde Amarelo*, também modernista, quanto a *Revista do Brasil* são considerados como "conservadores" pelos críticos, em certos aspectos, principalmente pela presença de um "nacionalismo estreito" que desembocaria, por vezes, no regionalismo. Porém *Terra Roxa*, considerando-se a temática e a forma como é abordada, revela-se tão "conservador" quanto os outros periódicos e grupos mencionados.

Do ponto de vista literário, *Terra Roxa* diferencia-se das demais revistas modernistas, por trazer pouco material de ficção e por não exigir dos colaboradores e dos escritores que critica grandes malabarismos formais. O modernismo em *Terra Roxa* mostra-se atrelado a uma tentativa de construção da identidade nacional, que, no entanto, pauta-se em muitos momentos pelo limite regional.

No periódico, o Modernismo caracteriza-se como especificamente paulista: **o modernismo da Terra Roxa**. Encontra-se aqui um projeto cultural subordinado a um grupo específico, a elite cafeeira paulista, interessada em questões econômicas e políticas. Por isso mesmo, *Terra Roxa* propõe-se a ser um periódico de cultura, abrindo espaço para outras discussões, que não só a literária. Isto faz parte do projeto modernista brasileiro, no entanto, em *Terra Roxa e outras terras* este projeto restringe-se, subordina-se ao projeto regional, ao projeto da terra roxa.

## SUMMARY

This work make a thematic analysis of the brazilian modernist periodical *Terra Roxa e outras terras*, produced in 1926, which intention was become a way to spread not only literary but culture in general.

The journal introduces a set of different themes with many simbolic characteristics which permit to get back some main ideas which could join and identify the group from São Paulo state who produced it. Those main ideas appear in the discussion about: breed, culture, brazilianism, imigrants, São Paulo pioneers (called “Bandeirantes”), “Anchieta” and “paulistanidade” (the self affirmation that people from São Paulo state are superior than people from others brazilian states). This last theme is the central topic and the others one go towards it.

In addition to all that, it’s possible to identify in the journal a movement to creat a new tradition to the country based on the objectives of this publication and bringing back forgotten figures as national simbols, in opposition of usual ones. There are a movement to break the old tradition and to build a new one that is not exclusive of *Terra Roxa e outras terras*, but can be found growing in others moments of the brazilian literary history.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Katia Maria. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições: A Construção de Um Símbolo Paulista: O Bandeirante*. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 1985.
- ALCÂNTARA MACHADO, A. *Anchieta na Capitania de São Vicente*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1929.
- ALCÂNTARA MACHADO, José. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.
- AMARAL, A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*, São Paulo, Martins, 1970.
- AMARAL, Aracy. *Tarsila: Sua Obra e Seu Tempo*. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- ANCONA LOPEZ, Telê Porto. *Mário de Andrade: Ramais e Caminhos*. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- ANDRADE, M. "Os jacarés inofensivos", *Crônica de Arte in Revista do Brasil*. Vol. XXII, nº88, S.Paulo: Monteiro Lobato e Co. Editores, ano VIII, abril, 1923.
- ANDRADE, M. *A Lição Do Amigo - Cartas de Mario de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.
- ANDRADE, M. *Corresponde Contumaz: Cartas A Pedro Nava, 1925-1944*. Edição preparada por Fernando da Rocha Peres, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- ANDRADE, M. *Cartas de Mário de Andrade a Prudente de Moraes neto*. Organizadas por Georgina Koifman, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- ANDRADE, M. *Cartas A Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d.
- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da Literatura Brasileira*. 5ª edição, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974.
- ANDRADE, Mário de. *71 Cartas de Mario de Andrade*. Organizadas por Lygia Fernandes, Rio de Janeiro: Livraria São José, s.d.
- ARANHA, Graça. *Chanaan*. 10ª edição, Rio de Janeiro: F.Briguiet & Cia. Editores, 1949.
- ARGAN, G. Carlo. *Arte Moderna - Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.
- ÁVILA, Affonso (org.). *O Modernismo*. São Paulo: Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1975.
- BASTOS, Élide Rugai. "O Ensaísmo dos anos 20 e a formação nacional" in *Boletim Intercâmbio*. Rio de Janeiro, 5(25):30-49, jan/mar./1986.
- BERRIEL, Carlos Eduardo O. *Dimensões de Macunaíma - Filosofia, Gênero e Época*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IEL/UNICAMP, 1987.
- BERRIEL, Carlos Eduardo (org.). *Mário de Andrade Hoje*. Cadernos Ensaio nº.4, São Paulo: Editora Ensaio, 1990.
- BERRIEL, Carlos Eduardo O. *Tietê, Tejo e Sena: A Obra de Paulo Prado*. Tese de Doutorado, Campinas: IEL/UNICAMP, 1994.

- BOAVENTURA, M. E. da G. Alves. *Movimento Brasileiro: Contribuição ao Estudo do Modernismo*. Coleção ensaio n.89, São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOSI, A. “Moderno e modernista na literatura brasileira” in *Céu e Inferno: Ensaio de Crítica, Literatura e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa Da Literatura Brasileira*. 2ª edição, São Paulo: Editora Cultrix, 1975.
- BRADBURY e MACFARLANE (org.). *Modernismo: Guia Geral 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BRITO, Mário da Silva. “A Revolução Modernista” in *A Literatura no Brasil*. Direção de Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.
- BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BRITO, Mário da Silva. “Suplemento Literário” d’*O Estado de São Paulo* de 17/02/1962, nº 269.
- CACCESE, Neusa Pinsard. *Festa: Contribuição para o Estudo do Modernismo*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/ USP, 1971.
- CÂNDIDO, A. “Literatura e Cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros)” in *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. 5ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

- CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 2ª edição, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- CANDIDO, Antonio e CASTELLO, J. A. - *Presença da Literatura Brasileira - Vol. III - "Modernismo"* - 5ª edição, São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- CANDIDO, Antonio, "Prefácio" in DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por Ele mesmo*. São Paulo: EDART - São Paulo Editora Ltda., 1971.
- CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt. *Brás, Bexiga e Barra Funda: uma topografia ítalo-paulista*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IEL/UNICAMP, 1989.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- CARVALHO, José M. de. "Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro" in *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- CAVALHEIRO, E. *Testamento De Uma Geração*. Porto Alegre: Globo, 1944.
- CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
- COUTINHO, Afrânio. "Revolução Modernista" in *A Literatura no Brasil*. Vol. III, tomo 1, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 14ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

- DI CAVALCANTI. Depoimento in "Suplemento Literário" d'*O Estado de São Paulo*.  
Fevereiro de 1962.
- DOYLE, Plinio. *História de Revistas e Jornais Literários*. Vol.I, São Paulo: Ministério da  
Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976.
- ELLIS JR., A. *Os primeiros troncos paulistas*. 2a. ed., São Paulo: Ed. Nacional, INL, 1976.
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930*. 3a. edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1975.
- FAUSTO, Bóris. "O Brasil Republicano (1889-1930)" in *História Geral da Civilização  
Brasileira*. Tomo III, 2º volume, Rio de Janeiro- São Paulo: DIFEL, 1978.
- FERRAZ, G. "Perfil de um homem e de um livro" , prefácio in PRADO, P. *Retrato do Brasil*.  
6a.edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- FONSECA, Ana Maria M. *Das raças à família: um debate sobre a construção da nação*. Tese  
de Doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992.
- GÓIS, Fernando. "Notícia (incompleta) sobre a literatura do café" in *O espelho infiel*. S.Paulo,  
1966.
- GUASTINI, Mário. *A Hora Futurista Que Passou*, São Paulo, 1926.
- GUELFÍ, Maria Lúcia F. *Novíssima: Estética e Ideologia na Década de Vinte*. São Paulo:  
IEB/USP, 1987.
- HENRIQUES, Luiz Sérgio N. "Contradições do Modernismo" in *Realismo e Anti-Realismo na  
Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

- HARDMAN, Francisco Foot. "Engenheiros, Anarquistas, Literatos: Sinais da Modernidade no Brasil" in *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- IANNI, Octavio. "As Três Raças Tristes" in *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- KEYSERLING, H. *Le Monde Qui Nait*. Paris: Librairie Stock, 1927.
- KREINZ, Glória Ap. R. *Revista Nova: Contribuição para o estudo do Modernismo Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1979.
- LARA, Cecília. "Terra Roxa... e outras terras, um periódico Pau Brasil" in *Terra Roxa e outras terras*. Edição fac-similar, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1977.
- LARA, Cecília. *Klaxon & Terra Roxa e outras terras: dois periódicos modernistas de São Paulo*. São Paulo: IEB, 1972.
- LARAIA, Roque De Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: História De Uma Ideologia*. 4ª edição, São Paulo: Pioneira, 1983.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Quadro Sintético da Literatura Brasileira*. 2ª edição, Rio de Janeiro: AGIR, 1959.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- LUZ, Nícia Vilela de. "A Década de 1920 e suas crises" in *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 6, Universidade de São Paulo, 1969.
- MACHADO, Luís Toledo. *Antonio de Alcântara Machado e o Modernismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.
- MARTINS, Wilson. "O Modernismo (1916-1945)" in *A Literatura Brasileira*. Vol. VI, 2ª ed., São Paulo: Editora Cultrix, 1967.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volumes V (1897-1914) e VI (1915 - 1933), São Paulo: Cultrix - Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- MARTIUS, K. F. "Como se Deve Escrever a História Brasil" in *Revista Trimestral de História e Geographia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 24, janeiro de 1845.
- MORAES Neto, Prudente de. Depoimento in "Suplemento Literário" d'O Estado de São Paulo. Nº. 269, 17/02/1962.
- MORAES, R. Borba. "Memórias de um Sobrevivente de Klaxon" in *Anhembi*, ano XII, vol. XIV, nº138, maio 1962.
- MORAIS, E. J. *A Brasilidade Modernista: Sua Dimensão Filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- ORLOV, Martha L. Volpe. *A Revista do Brasil e a Formação de uma Consciência Nacional*. Dissertação de Mestrado, vol. I e II, São Paulo: FFLCH/USP, 1980.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 5a. edição, 1994.

- PICCHIO, Luciana S. *La Letteratura Brasiliana*. Milano: Sansoni Accademia, 1972.
- PAZ, Octavio. *Os Filhos do Barro: Do Romantismo à Vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PRADO, Antonio Arnoni. *1922, Itinerário de Uma Falsa Vanguarda. Os Dissidentes, A Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRADO, E. (org.). *III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta*. Conferências preparatórias feitas por ocasião do centenário do venerável Padre Joseph de Anchieta. Aillaud & Cia.: Paris-Lisboa, 1900.
- PRADO, Maria Lígia C. *A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, 6a. ed., José Olympio, Rio, 1962.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura P. de. "Ufanismo paulista: Vicissitudes de um imaginário" in *Revista USP* 13, 1992.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Vol. I, 7a. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, INL-MEC, 1980.
- SCHWARZ, Roberto. *Que Horas São?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole ( São Paulo: Sociedade e Cultura nos Frenentes Anos 20)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto do Branco: Raça e nacionalidade no pensamento político brasileiro*. 2a. edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SPENGLER, O. *La Decadencia de Occidente - Bosquejo de una Morfologia de la Historia Universal*. Primeira Parte: Forma y Realidad, vol. I. Trad. por Manuel G. Morente, 6a. edição, Madrid: Spasa-Calpe S.A., 1944.

TAINÉ, H. A. "Introduction" in *History of English Literature*. Vol. I, New York: Grosset & Dunlap, Publishers, s/d.

TAUNAY, A. d'E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. 11 volumes, São Paulo: Ideal, 1924-1950.

TELES, G. Mendonça. *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1987.

TORRES, Alberto. *A organização Nacional*. Primeira Parte: A Constituição. 4a ed., São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: UNB, 1982.

VELLOSO, Mônica Pimenta. "A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista" in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993.

#### OUTRAS FONTES:

*O Estado de São Paulo*. Anúncio, p.7. Microfilme (MR 465), Acervo do Arquivo Edgard Leuronth, UNICAMP, 4/II/1926.

*O Estado de São Paulo*. "O Autographo de Anchieta", p.6. Microfilme (MR 466), Acervo do Arquivo Edgard Leuronth, UNICAMP, 27/IV/1926.

*O Estado de São Paulo*. "Um Autographo de Anchieta", p. 6. Microfilme (MR 466), Acervo do Arquivo Edgard Leuronth, UNICAMP, 25/IV/1926.

*Estética - Revista Trimensal*. 1924-1925 (1-3), Ed. fac., Rio de Janeiro: Germasa com a colaboração do Pró-Livro, 1974.

*Klaxon - mensário de arte moderna*. Ed. fac., São Paulo: Martins/Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

*Novíssima: Estética e Ideologia na Década de Vinte*. Contribuição para o Estudo do Modernismo. São Paulo: IEB-USP, 1987.

*A Revista*. Belo Horizonte (1-3), julho, agosto (1925), janeiro (1926). Ed. fac., São Paulo, Metal Leve, 1978.

*Revista do Brasil*. 1ª fase, São Paulo: Monteiro Lobato e Co. Editores, 1916 a 1925, 113 números.

*Revista Nova*. São Paulo, 1931 a 1932, 8 números.

*Brasil: 1º. Tempo Modernista (1917-1929)*. Documentação, São Paulo: IEB/USP, 1972.